

A Prestação de Contas do Fundo Municipal de Educação é ato privativo de todo aquele que administra ou arrecada recursos públicos, conforme disposto na Constituição Federal e atende aos princípios basilares do direito administrativo, tais como a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

Fundo Municipal de
Educação de Conceição do
Tocantins

Lucíolla Di Paulla Farias de Alencar
Bittencourt, Chefe do Controle Interno



FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS

30.767.108/0001-75

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2020

Conceição do Tocantins, fevereiro de 2021

INDICE

1.	APRESENTAÇÃO.....	4
2.	BASE LEGAL.....	5
3.	IDENTIFICACAO DO GESTOR.....	5
4.	LEGISLAÇÕES PERTINENTES.....	5
5.	DO RESUMO GERAL DA RECEITA DO FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO	6
6.	DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA GERAL DO FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO	6
6.1	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO.....	7
7.	EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES.....	8
7.1	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	8
7.1.1	FUNDEB.....	12
7.2	EXECUÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA E DESPESA.....	13
7.3	DESPESAS POR FUNÇÃO	14
8.	DISFUNÇÕES EXISTENTES	14
9.	DIVIDA FLUTUANTE.....	14
10.	RELAÇÃO DAS OBRAS EM EXECUTADAS, EM ANDAMENTO E INACABADAS	15
11.	OBRAS PARALISADAS	16
11.1.	RELATÓRIO TÉCNICO PAC201201/2011	16
11.2	PARECER TÉCNICO OBRA - 702619.....	21
12.	LIMITES LEGAIS	23
12.1	EDUCAÇÃO	23
12.2.	PESSOAL	23
13.	PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSO E PROGRAMAS FEDERAIS;.....	24
14	RELAÇÃO DAS UNIDADES EM FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO, E-MAIL E TELEFONE).....	29
15.	RELAÇÃO DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSO E OUTROS PAGOS E A PAGAR;.....	29
16.	PLANO DE CONTINGÊNCIA 2020;	33
17.	RELAÇÃO DAS UNIDADES EXECUTORAS ATIVAS;	33
18.	PATRIMÔNIO	33



18.1	Registro e Controle.....	33
18.2	Relatórios	34
19.	ALMOXARIFADO.....	34
19.1	FÍSICO E CONTÁBIL	35
20.	DIFICULDADES ENCONTRADAS NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES	35
21.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
Anexo I – Plano de Contingência do COVID-19 e Relatório conclusivo de Transição		38



1. APRESENTAÇÃO

Em obediência às disposições legais vigentes e, em especial, à Constituição Estadual, à IN TCE 007/2013 e suas alterações, à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado e ao seu Regimento Interno, esta Municipalidade apresenta, em conjunto com a assessoria de Controle Interno, o Relatório de Gestão das Contas do Fundo Municipal de Educação, referente ao exercício de 2020, observando as matérias econômica, administrativa, financeira e social, concernentes às informações apuradas nas descrições analíticas das diversas atividades das unidades gestoras do Poder Executivo.

A Prestação de Contas do Governo é ato privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme disposto na Constituição Estadual e atende aos princípios basilares do direito administrativo, tais como a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Nesse sentido, a Lei Orgânica do TCE/TO define prestação de contas, no artigo 74:

I – prestação de contas, o procedimento pelo qual pessoa física, órgão ou entidade, por final de gestão ou por execução de contrato formal, no todo ou em parte, ou convênio, prestarão contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.

O Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar, de forma resumida, as principais ocorrências no que tange a execução dos Programas e suas respectivas ações completadas na Lei Orçamentária Anual, que foram executados no exercício de 2020, bem como as variações e resultados obtidos com a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Dessa forma, este Relatório contém uma demonstração das principais atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Educação de Conceição do Tocantins e o resultado das ações implementadas no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.



2. BASE LEGAL

O Fundo Municipal de Assistência Educação foi criado pela Lei Municipal nº 482 de 14 de junho de 2018, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 30., situado na Praça José Leal, nº 12, Centro – Conceição do Tocantins/TO.

3. IDENTIFICACAO DO GESTOR

O Fundo Municipal de Educação tem como gestor:

- **Edmária Tolentino de Oliveira Silva**, casada, portador da cédula de identidade, sob o nº 244.646 SSP-TO, CPF 713.260.061-34, residente e domiciliado na Rua Santo Amaro, s/nº, Centro, Conceição do Tocantins-TO. (ATE ABRIL DE 2020)
- **Luana Souza Rodrigues**, solteira, brasileira, solteira, assistente social, portador da cédula de identidade, sob o nº 837.861 SSP-TO, CPF 022.837.241-04, residente e domiciliado na Rua Cel. Guedes, s/n, centro, Conceição do Tocantins-TO. (DE MAIO A DEZEMBRO DE 2020)

4. LEGISLAÇÕES PERTINENTES

No desenvolvimento dos trabalhos de execução orçamentário-financeira do exercício de 2020 foram observadas, entre outras, as normas contidas nas leis a seguir descritas:

- a) Lei nº 505/2019 – LDO;
- b) Lei nº 504/2019 – PPA;
- c) Lei nº 506/2019 – LOA
- d) Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- e) Lei nº 10.520/2002;
- f) Lei nº 4.320/64;
- g) Lei Complementar nº 101/00 – LRF;
- h) Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins;
- i) Lei Municipal nº 390/2013 – Regulamento Controle Interno Municipal.

5. DO RESUMO GERAL DA RECEITA DO FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO

TÍTULOS	PREVISÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	%
RECEITAS CORRENTES	3.509.633,57	4.416.288,62	125,83
RECEITA PATRIMONIAL	12.000,00	35.132,66	292,77
RECEITA DE VALORES MOBILIARIOS			
TRANSFERENTES CORRENTES	3.497.633,57	4.381.155,96	125,26
RECEITAS DE CAPITAL		50.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		50.000,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.645.881,59	
SUPERAVIT FINANCEIRO			
SOMA :	3.509.633,57	6.112.170,21	174,15

Fonte: Balanço Orçamentário - anexo12 da Lei 4.320/64 - Sistema Mega Soft.

O Fundo Municipal de Assistência Social de Conceição do Tocantins, têm suas diretrizes na Lei Municipal nº 505/2019 – LDO e aprovado pela Lei Municipal nº 506/2019 – LOA.

6. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA GERAL DO FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO

TÍTULOS	FIXAÇÃO R\$	EXECUÇÃO R\$	%
CRÉDITOS ORÇAMENTO SUPLEMENTARES	5.960.365,81	5.864.913,26	98,40
DESPESAS CORRENTES	4.576.399,72	4.486.745,84	76,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.568.138,44	3.508.733,97	98,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.008.261,28	978.011,87	97,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.383.966,09	1.378.167,42	99,58
INVESTIMENTOS	1.383.966,09	1.378.167,42	99,58
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			



SOMA :		5.864.913,26	
SUPERÁVIT:		247.256,95	
TOTAL	5.960.365,81	6.112.170,21	117,90

Fonte: Balanço Orçamentário - anexo 12 da Lei 4.320/64 - Sistema Mega Soft.

6.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUN. DE *EDUCAÇÃO*

A Lei nº 506/2019 estima e fixa a despesa de unidades orçamentárias do município a serem executadas no exercício de 2020, pelo **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

A execução, segundo a natureza da receita e despesa, estão indicados no quadro abaixo:

Categ. Econômico	Previsão	Arrecadada	Categ. Econômico	Autorizado	Executadas
Receitas Correntes	3.509.633,57	4.416.288,62	Despesas Correntes	4.576.399,72	4.486.745,84
Receita de Capital	0,00	50.000,00	Despesas de Capital	1.383.966,09	1.378.167,42
Transferências Recebidas	0,00	1.645.881,59	Transferências Financeiras	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	Reserva de Contingencia	0,00	0,00
Soma:	3.509.633,57		Soma:	5.960.365,81	5.864.913,26
			Superávit	0,00	247.256,95
Total		6.112.170,21	Total		6.112.170,21

5

Quanto à análise global do resultado orçamentário, verifica-se que, confrontando a despesa executada R\$ 6.112.170,21 com a receita arrecadada no exercício de R\$ 5.864.913,26, observa-se que, em 2020, O Fundo Municipal de Educação de Conceição do Tocantins obteve um superávit no valor de R\$ 247.256,95, evidenciando que as receitas arrecadadas superam o valor das despesas empenhadas no exercício e demonstrando equilíbrio entre os referidos valores, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

7. EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

7.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

00026 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Programas: Escolas, Manutenção, revitalização da educação, dinheiro na escola, Brasil alfabetizado, qualificação profissional, cota salário educação, educação eficaz, gestão transporte escolar, merenda escolar, creches, ensino infantil;

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ORÇADO	EXECUTADO	%
32	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12	EDUCAÇÃO			
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			
15	ALIMENTACAO ESCOLAR			
2.026	MANUT. DA MERENDA ESCOLAR			
0560 3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	1.889,43	0	-
0561 3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.259,62	0	-
0562 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	75.892,20	130.515,34	171,97
0563 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	7.557,74	0	
0564 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	251,9	4.250,00	1.687,18
0565 3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	188,95	0	-
0566 4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.889,43	0	-
	SOMA - MANUT. DA MERENDA ESCOLAR	88.929,27	134.765,34	151,54
361	ENSINO FUNDAMENTAL			
13	EDIFICACOES PUBLICAS			

1.006	CONST.REF.AMPL.DE UNID.ESCOLARES			
0567 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	127.128,47	2.156,10	1,70
0568 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	18.894,33	0	-
0569 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	3.778,86	15.285,58	404,50
0570 4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	44.086,75	408.106,42	925,69
	SOMA - CONST.REF.AMPL.DE UNID.ESCOLARES	193.888,41	425.548,10	219,48
1.056	CONST. DE QUADRAS POLIESPORT. ESCOLARES			
0571 4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	151.621,10	0	-
	SOMA - CONST. DE QUADRAS POLIESPORT. ESCOLARES	151.621,10	0	-
2.103	MANUTENÇÃO DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS ES			
0572 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	9.999,28	945,66	9,46
0573 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.999,85	0	-
0574 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	4.999,64	0	-
0575 4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.999,78	0	-
	SOMA - MANUTENÇÃO DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS ES	19.998,55	945,66	4,73
14	SANEAMENTO GERAL			
1.007	CONST.DE POCOS ARTSIANOS E CIST. EM ESC			
0576 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	0	-
0577 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	3.149,05	0	-
0578 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	3.149,05	0	-
0579 4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.778,86	0	-
	SOMA - CONST.DE POCOS ARTSIANOS E CIST. EM ESC	15.076,96	0	-
16	MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL			
2.027	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
0580 3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	62.981,07	0	-
0581 3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	11.336,60	0	-

0582 3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	12.596,23	0	-
0583 3.3.90.14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	8.817,36	1.650,00	18,71
0584 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	198.894,25	56.210,30	28,26
0585 3.3.90.32	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	5.038,49	0	-
0586 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	46.606,00	48.220,33	103,46
0587 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	22.673,20	142.483,28	628,42
0588 3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.519,25	0	-
0589 4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.298,11	265.367,00	4.213,44
	SOMA - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	377.760,56	513.930,91	136,05
2.029	MANUT. DO PDDE			
0590 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	12.836,59	0	-
0591 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	251,92	0	-
0592 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	629,81	0	-
0593 4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.038,48	0	-
	SOMA - MANUT. DO PDDE	18.756,80	0	-
2.059	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO -EDUCAÇÃO			
0594 4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.983,19	684.850,00	11.446,24
	SOMA - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - EDUCAÇÃO	5.983,19	684.850,00	11.446,24
2.078	MANUTENÇÃO DA SEC. DE EDUCAÇÃO			
0645 3.1.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0	1.800,00	
0595 3.1.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	251.738,04	129.788,94	51,56
0596 3.1.90.13	OBRIGACOES PATRONAIS	2.519,25	36.209,91	1.437,33
0597 3.1.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.298,11	0	-
0598 3.3.90.14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	3.578,60	1.810,00	50,58
0599 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	10.076,98	48.380,09	480,11
0600 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	7.557,74	68.996,23	912,92
0601 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	2.519,25	98.542,92	3.911,60
0602 3.3.90.92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.259,62	0	
0603 4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.778,86	19.844,00	525,13

	SOMA - MANUTENÇÃO DA SEC. DE EDUCAÇÃO	289.326,45	405.372,09	140,11
17	ASSISTENCIA A EDUCANDOS			
2.028	MANUT. DO TRANSP. ESCOLAR			
0604 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	25.673,20	53.863,31	209,80
0605 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	226.731,89	0	-
0606 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	175.577,32	123.782,86	70,50
	SOMA - MANUT. DO TRANSP. ESCOLAR	427.982,41	177.646,17	41,51
2.092	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA			
0607 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	11.663,17	1.485,40	12,74
0608 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	2.332,64	8.400,00	360,11
0609 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	5.831,57	5.366,67	92,03
	SOMA - MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	19.827,38	15.252,07	76,92
2.104	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO			
0610 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	46.486,34	0	-
0611 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	13.995,81	0	-
0612 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	13.995,81	0	-
	SOMA - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO	74.477,96	0	-
2.105	MANUTENÇÃO DA BANDA ESCOLAR MUNICIPAL			#DIV/0!
0613 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.999,85	0	-
0614 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	999,93	0	-
0615 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	1.999,85	36.750,00	1.837,64
0616 4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.999,64	0	-
	SOMA - MANUTENÇÃO DA BANDA ESCOLAR MUNICIPAL	9.999,27	36.750,00	367,53
364	ENSINO SUPERIOR			

19	ENSINO DE GRADUACAO			
2.032	BOLSA UNIVERSITARIA/AUXILIO A ESTUDANTES			
0617 3.3.90.18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	10.000,00	0	-
0618 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	629,81	0	-
	SOMA - BOLSA UNIVERSITARIA/AUXILIO A ESTUDANTES	10.629,81	0	-
365	EDUCAÇÃO INFANTIL			
20	ENSINO DA CRIANCA			
1.026	CONST.REF.AMPL. DE CRECHES			
0619 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	15.115,48	0	-
0620 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	21.413,57	0	-
0621 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	20.153,95	233,94	1,16
0622 4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	226.099,03	0	-
	SOMA - CONST.REF.AMPL. DE CRECHES	282.782,03	233,94	0,08
2.123	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL			
0623 3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	1.259,62	20.710,20	1.644,16
0624 3.3.90.36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.259,62	120	9,53
0625 3.3.90.39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURI	1.259,62	21.937,72	1.741,61
0626 4.4.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.259,62	0	-
0627 4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.259,62	0	-
	SOMA - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	6.298,10	42.767,92	679,06
	TOTAL - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.993.338,25	2.438.062,20	122,31
	TOTAL GERAL -	4.789.819,97	5.864.913,26	122,45

Fonte: Comparativo da Despesa Orçada com a realizada – Anexo 11 Sistema MegaSoft.

7.1.1 FUNDEB

Programas: manutenção dos programas FUNDEB;

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ORÇADO	ACUMULADO	%
9	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
31	FUNDEB			
12	EDUCAÇÃO			
361	ENSINO FUNDAMENTAL			
18	FUNDEF			
1.008	CONST.REF.AMPL.UNID.ESCOLARES-FUNDEB			
0540	MATERIAL DE CONSUMO	8.817,34	0	0
0541	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	3.778,86	0	0
0542	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA	3.778,86	0	0
0543	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.298,11	0	0
	SOMA - CONST.REF.AMPL.UNID.ESCOLARES-	22.673,17	0	0
2.030	MANUT. DO FUNDEB 60%			
0643	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0	888.876,29	#DIV/0!
0544	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -	1.470.153,00	839.176,72	
0545	OBRIGACOES PATRONAIS	242.436,55	334.199,64	
0546	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.000,00	1.190,57	
0547	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.519,25	0	
0548	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	629,81	0	
0549	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA	1.007,70	0	
	SOMA - MANUT. DO FUNDEB 60%	1.720.746,31	2.063.443,22	28.985,16
2.031	MANUT.DO FUNDEB 40%			
0644	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0	387.712,08	#DIV/0!
0550	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -	540.188,02	614.467,59	
0551	OBRIGACOES PATRONAIS	60.294,24	233.490,28	
0552	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	22.673,19	0	-
0553	INDENIZACOES E RESTITUICOES	4.000,00	41.821,95	
0554	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.519,25	700	
0555	MATERIAL DE CONSUMO	224.045,03	2.732,00	
0556	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	6.298,11	0	-
0557	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	25.192,44	0	-
0558	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA	164.073,10	82.483,94	
0559	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.778,86	0	-
	SOMA - MANUT.DO FUNDEB 40%	1.053.062,24	1.363.407,84	
	TOTAL - FUNDEB	2.796.481,72	3.426.851,06	

Fonte: Comparativo da Despesa Orçada com a realizada – Anexo 11 Sistema MegaSoft

Evolução do Ideb 2019 5,60.

7.2 EXECUÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA E DESPESA

A execução, segundo a natureza da receita e despesa, estão indicados no quadro abaixo:

Categ. Econômico	Previsão	Arrecadada	%	Categ. Econômico	Autorizado	Executadas	%
Receitas Correntes	3.509.633,57	4.416.288,62	125,83	Despesas Correntes	4.320.650,53	4.486.745,84	103,84



Receitas de Capital	0,00	50.000,00	0,00	Despesas de Capital	469.169,44	1.378.167,42	293,75
Total	3.509.633,57	4.466.288,62	127,2	Total	4.789.819,97	5.864.913,26	122,4

7.3 DESPESAS POR FUNÇÃO

Código	Especificação	Valor
12	EDUCAÇÃO	5.864.913,26
	Total	5.864.913,26

Justificativa

Tem como base fundamental interagir democraticamente, alunos, professores e comunidade, foco principal das ações desenvolvidas, tendo em vista o crescimento de aprendizagem dos alunos.

Missão

Nesta abordagem, de um novo paradigma educacional, a Secretaria Municipal de Educação tende a desenvolver funções democráticas, tendo uma visão de mudança nos aspectos do desenvolvimento da aprendizagem.

8. DISFUNÇÕES EXISTENTES

Foi evidenciado, após análises apenas erros formais de digitação que não comprometem a lisura dos atos.

Todos os procedimentos realizados pelo Fundo Municipal de Educação obedeceram à legislação vigente. Foi entregue aos departamentos Notas de Orientações Técnicas para o correto andamento e atendimento legal. Os processos são liberados mediante pareceres do Controle Interno.

9. DIVIDA FLUTUANTE

Confrontando-se os valores de disponibilidade com o valor inscrito em restos à pagar, verifica-se a suficiência, após a inscrição em restos à pagar, de saldo financeiro junto com os compromissos assumidos para o exercício seguinte, em conformidade com a Lei Complementar nº 101/00.



Saldo Anterior	INSCRIÇÃO		LIQUIDAÇÃO		BAIXA		
	Inscrição	Encamp.	Liquidado	Não liquidado	Pagamento	Cancelamento	Saldo
371.986,63	1.032.187,23	0,00	724.440,10	118.027,65	734.630,34	99.265,65	570.277,87

Fonte: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2020
RELAÇÃO ANALÍTICA DO PASSIVO FINANCEIRO, Sistema MegaSoft.

10. RELAÇÃO DAS OBRAS EM EXECUTADAS, EM ANDAMENTO E INACABADAS

Nº/Ano do Termo/Convênio	Obra	Início	Situação	% Executado	Descrição
1201/2011	(18323) ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL TIPO B PROINFANCIA TERMO DE COMPROMISSO PAC201201/2011, VALOR: R\$ 1.277.927,17 – CONTRATADO: LUCIANO ELIAS RIBEIRO – PORTAL DAS CONSTRUÇÕES – CNPJ: 10.463.476/0001-12 – TOMADA DE PREÇO: 002/2011	10/02/2012	Inacabada	4.22%	Escola de Educação Infantil Tipo B
4747/2013	(1000988) PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013 - Conceição do Tocantins – TO – TERMO DE COMPROMISSO PAC4747/2013 – VALOR: R\$ 509.528,71 – CONTRATADO: L2 PRESTACIONAL – CNPJ: 08.960.041/0001-31 – CONTRATO Nº 005/2014 – TOMADA DE PREÇO: 002/2014	15/04/2014	Concluída	99.79%	Quadra escolar coberta com vestiário-projeto FNDE
702169/2010	(13470) 702619 - Esc. Educ. Infantil - Tipo B - Pro infância - Construção - CONCEIÇÃO DO TOCANTINS/TO		Inacabada	45.60%	Escola de Educação Infantil Tipo B
Rec. Próprios	Construção Escola Educação Fundamental Izabel Costa		Concluída	100%	Escola de Educação Infantil



11. OBRAS PARALISADAS

As obras referente as duas creches encontram-se em processo de repactuação junto ao FNDE, tendo seu deferimento aguardando a liberação do Termo de Compromisso.

ITEM	EMPREENDIMENTO	CONTRATADA	VALOR PAGO NO PERÍODO
1	(13470) - 702619 - Esc. Educ. Infantil - Tipo B - Proinfância - Construção - CONCEIÇÃO DO TOCANTINS/TO	Contrato Rescindido	0,00
1.	(18323) - ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL TIPO B PROINFANCIA	Contrato Rescindido	0,00

11.1. RELATÓRIO TÉCNICO PAC201201/2011

OBJETO: Construção de **ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL TIPO “B”** no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA, sob o termo de compromisso PAC201201/2011 celebrado entre o **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE** e o município de **CONCEIÇÃO DO TOCANTINS**, localizada na Rua Domiciana Miranda, Conjunto 01, Lote 02, Setor Aeroporto – Conceição do Tocantins – TO. Licitada na modalidade tomada de preços Nº002/2011, do tipo menor preço, execução sob o regime de empreitada por preço global, adjudicada e homologada em 10/01/2012, e celebrado contrato entre a contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS** e a denominada contratada:



PORTAL CONSTRUÇÕES M.E.. A ordem de serviço para dar início à obra foi emitida em 10 de fevereiro do ano de 2012.

INTERESSADO (A): Prefeitura Municipal de Conceição do Tocantins – TO.

FINALIDADE: Relatar e esclarecer a real situação da obra, através da verificação do grau de conformidade de sua execução com as determinações contratuais decorrentes do processo licitatório.

Após assumir a função de fiscalizar as obras da Prefeitura Municipal de Conceição do Tocantins, em 01/01/2013, realizei três vistorias na obra supracitada, verificando todas as condições, que constantes do processo licitatório, deveriam ser avaliadas para que a obra estivesse em conformidade com as exigências preestabelecidas, resultando num processo construtivo de qualidade.

A empresa **PORTAL CONSTRUÇÕES M.E.**, responsável pela execução da obra solicitou por várias vezes o pedido de medição junto à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO TOCANTINS-TO, pressionando-a por diversas oportunidades para que fosse realizado pagamento serviços executados alegando que necessitava efetuar pagamento aos seus funcionários e comprar materiais para dar bom andamento à obra. Diante do exposto acima, a prefeitura solicitou que fosse realizado um levantamento detalhado acerca da real situação da obra, para propiciar, à administração atual, a clareza do processo e a partir disso dar condições para o direcionamento de decisões.

Em consonância com o proposto nas fiscalizações, avaliando: projeto/execução, cronograma físico/financeiro, planilha orçamentária, especificações técnicas,



memorial descritivo, contrato de prestação de serviços, foi constatada a seguinte situação:

Não constaram na obra, em nenhuma das vistorias realizadas, os documentos imprescindíveis à sua execução, tais como: ART de execução, caderno de encargos, projetos, diário de obras, especificações técnicas, cronograma de execução, memorial descritivo, layout do canteiro de obras e alvará de construção. Não foram encontrados os componentes físicos essenciais à obra e aos profissionais colaboradores da empresa responsável pela execução da mesma, tais como: Barracão de obras (ausência de banheiros, almoxarifado, escritório, refeitório, vestuário), placa da obra e parte dos EPI's, deixando muito a desejar no que se refere às condições oferecidas aos seus funcionários.

Desde o período em que foram iniciadas as aferições da atual gestão (2013/2016), em três meses decorridos, houve uma evolução de 1,01% em relação a ultima aferição realizada pela equipe técnica da gestão anterior que era de 3,21% do valor global da obra, muito aquém do esperado para o cumprimento fidedigno do cronograma proposto. A obra encontra-se com o correspondente a 4,22% do valor global já executado.

Após a avaliação feita pôde-se perceber um desequilíbrio no cronograma físico – financeiro, pois mesmo antes das aferições da atual gestão, já havia sido pago o equivalente a 6,65% do valor global da obra, sendo que até então a mesma encontrava-se com apenas 3,21% dos serviços realizados. Em valores reais foi repassado um montante de R\$ 88.400,00 em medição única, enquanto deveria ter sido repassado pelos serviços executados o equivalente a R\$ 42.639,45. Devido a isso, imediatamente,

a Prefeitura Municipal de Conceição do Tocantins passou a adotar uma postura conservadora no tocante às liberações de pagamento à microempresa Portal Construções M.E., para se resguardar de problemas futuros com prestações de contas. A prefeitura propôs à empresa que regularizasse a situação, equilibrando o cronograma físico – financeiro e a partir daí seria feita a liberação de pagamento dos serviços executados. A empresa Portal Construções M.E. não se pronunciou quanto a proposta apresentada pela prefeitura e sem justificativa plausível abandonou a obra, deixando-a a mercê de intempéries e vândalos. A empresa foi notificada em sua sede situada na cidade de Anápolis – GO, após alguns dias do abandono da obra, porém não se manifestou, não tomou providências para o restabelecimento da obra.

Segue abaixo imagens que evidenciam o abandono da obra:



Imagem 01: Material depositado no canteiro de obras.



Imagem 02: Parede interna no chão.



Imagem 03: Paredes ainda não concluídas
que podem



Imagem 04: Armadura não concretada
Exposta a agentes do ambiente
provocar a sua corrosão.



Imagem 05: Vista panorâmica da obra já
Com muita vegetação no canteiro.



Imagem 06: Parte interna com muito mato.



Imagem 07: Paredes do bloco de serviço e salas I e II, com duas fiadas acima da verga de portas e janelas à exceção de algumas a serem construídas.



Imagem 09: Material com evidências de que não é utilizado a muito tempo: muito mato próximo e grande parte foi carregada pela chuva.



Imagem 11: Agregado graúdo estocado e sem uso a muito tempo.

Emanuel Coelho Guedes, Engenheiro Civil, CREA – 207341/AP-TO.

Imagem 08: Entrada de sala com muito mato.



Imagem 10: Local de produção de concreto e argamassa cheio de entulho.



Imagem 12: Limpeza precária na obra.

11.2 PARECER TÉCNICO OBRA - 702619



Como atestado em vistoria técnica realizada na obra - 702619 - ESC. EDUC. INFANTIL - TIPO B - PROINFÂNCIA - CONSTRUÇÃO - CONCEIÇÃO DO TOCANTINS/TO, em que foi feito um levantamento geral para se ter evidenciada a sua real situação no que tange ao cronograma físico-financeiro, pôde-se constatar que a mesma encontra-se com cerca de **45,6%** (físico) de obra executada, apresentando um crescimento de aproximadamente **2,22%** em comparação à última vistoria realizada ainda na gestão passada que foi de **43,38%**. O que efetivamente foi pago pela gestão anterior representa um percentual **50,09 %** segundo dados de valores empenhados e liquidados do SIMEC-FNDE, perfazendo-se um montante de **R\$ 663.328,98** (seiscentos e sessenta e três mil trezentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos). O valor que deveria ter sido liquidado seria de **R\$ 574.506,80** referente ao percentual físico de **43,38%** devendo a atual gestão repassar somente **2,22%** que seria a diferença entre a medição prevista nesta vistoria do mês de janeiro de 2013 e a anterior, porém o valor já repassado ultrapassa a previsão daquilo que já foi executado, fazendo com que a atual gestão, pela natureza dos fatos, impeça qualquer tipo de repasse à construtora responsável pela obra, resguardando-se de qualquer tipo sanção administrativa por conivência com o que já demonstra ser um desvio de recurso. Haja vista que já foi repassado pelo FNDE à conta da creche um montante de **R\$ 987.525,00** para o pagamento dos serviços realizados e que o saldo atual da conta está em **R\$ 186.218,17**, podemos concluir que **R\$ 801.306,83** que equivale a **60,50%** do valor total da obra foram retirados da conta para supostamente serem pagos à construtora responsável pela obra e não mais os **50,09%**, gerando assim um desequilíbrio físico(**45,6%**) – financeiro(**60,50%**) com uma diferença em percentual de **14,90%**



cerca de R\$ 197.329,45. Emanuel Coelho Guedes, Engenheiro Civil, CREA – 207341/AP-TO.

12. LIMITES LEGAIS

12.1 EDUCAÇÃO

Em atendimento aos limites estabelecidos na Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município de CONCEIÇÃO DO TOCANTINS no exercício de 2020, aplicou em educação um valor de R\$ 2.910.864,90 representando 30,26%, da receita de impostos e transferências, o que atende o artigo 212 da Constituição Federal.

Receitas	Despesas	Percentual
9.618.884,59	2.910.864,90	30,26

12.1.1 INDICADORES DO FUNDEB

Em atendimento aos limites estabelecidos na Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município de CONCEIÇÃO DO TOCANTINS no exercício de 2020, aplicou no mínimo de 60% do FUNDEB na remuneração do magistério aplicou o montante de 60,43% e máximo de 40% em despesas com MDE o montante de 39,54%.

12.2. PESSOAL

O Fundo Municipal de Educação de Conceição do Tocantins finalizou o exercício de 2020 com um quadro de pessoal no total de 137 servidores entre concursados e contrato temporário e 2 prestadores de serviços.

13. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSO E PROGRAMAS FEDERAIS;

13.1 Procedimentos Artigo 3º, Inciso I, V e XII alínea a, Instrução Normativa nº 002/2016:

Além do projetos macros, no âmbito das unidades de ensino (escolas), vem sendo implantados e implementados, programas de repasse financeiro direto às unidades. Na tabela abaixo, identificamos os programas por Unidade de ensino, valores recebidos e prestações de contas informadas:

Tabela -

Ano	Unidades de Ensino (Escola)	Valores repassados às escolas por programa				TOTAL
		PDDE	PDDE	PDDE	PDDE	
			EDUCAÇÃO	ESTRUTURA	QUALIDADE	
			INTEGRAL			
		Manutenção Escolar	Mais Educação	Acessibilidade /Campo	AE Mais Alfabetização	
	Associação de Apoio das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	R\$ 4.500,00	-	-	-	R\$ 4.500,00
2017	Associação de Apoio da Escola Municipal Izabel Costa	R\$ 10.800,00	R\$ 36.282,00	-	-	R\$ 47.082,00
	Associação de Apoio da Escola Municipal Sadja Samara Miranda de Souza	R\$ 3.700,00	R\$ 4.734,00	-	-	R\$ 8.434,00
Total Recebido no Exercício						R\$ 60.016,00

Tabela –

Ano	Unidades de Ensino (Escola)	Valores repassados às escolas por programa				TOTAL
		PDDE	PDDE	PDDE	PDDE	
			EDUCAÇÃO	ESTRUTURA	QUALIDADE	
			INTEGRAL			
		Manutenção Escolar	Mais Educação	Acessibilidade /Campo	AE Mais Alfabetização	
	Associação de Apoio das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	R\$ 2.520,00	-	-	-	R\$ 2.520,00
2018	Associação de Apoio da Escola Municipal Izabel Costa	R\$ 10.040,00	R\$ 41.955,00	-	R\$ 4.860,00	R\$ 56.855,00
	Associação de Apoio da Escola Municipal Sadjá Samara Miranda de Souza	R\$ 4.560,00	-	-	-	R\$ 4.560,00
	Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	R\$ 2.460,00	-	-	-	R\$ 2.460,00
Total Recebido no Exercício						R\$ 66.395,00

Tabela –

Ano	Unidades de Ensino (Escola)	Valores repassados às escolas por programa				TOTAL
		PDDE	PDDE	PDDE	PDDE	
			EDUCAÇÃO	QUALIDADE	QUALIDADE	
			INTEGRAL	Conectada	Alfabetização	
		Manutenção Escolar	Mais Educação	Educação Conectada	AE Mais Alfabetização	
	Associação de Apoio das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	R\$ 4.820,00	-	-	-	R\$ 4.820,00
	Associação de Apoio da Escola Municipal Izabel Costa	R\$ 9.140,00	-	R\$ 3.328,00	R\$ 8.040,00	R\$ 20.508,00
2019						
	Associação de Apoio da Escola Municipal Sadja Samara Miranda de Souza	R\$ 2.980,00	-	R\$ 2.451,00	-	R\$ 5.431,00
	Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	R\$ 2.300,00	-	R\$ 2.451,00	-	R\$ 4.751,00
Total Recebido no Exercício						R\$ 35.510,00

Tabela –

Ano	Unidades de Ensino	Valores repassados às escolas por programa
-----	--------------------	--

(Escola)	PDDE	PDDE QUALIDADE DE	PDDE QUALIDADE	PDDE QUALIDADE	TOTAL
	Manutenção Escolar	Emergencia 1 COVID-19	Educação Conectada	AE Mais Alfabetização	
Associação de Apoio das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	R\$ 4.640,00	R\$ 2.207,04	R\$ 2.451,00	-	R\$ 9.298,04
Associação de Apoio da Escola Municipal Izabel Costa	R\$ 9.000,00	R\$ 3.588,00	-	-	R\$ 12.588,00
2020					
Associação de Apoio da Escola Municipal Sadjá Samara Miranda de Souza	R\$ 2.900,00	R\$ 1.614,65	-	-	R\$ 4.514,65
Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	R\$ 2.240,00	R\$ 1.401,14	-	-	R\$ 3.641,14
Total Recebido no Exercício					R\$ 30.041,83

As prestações de contas foram informadas no SIGPC, conforme Tabelas 1, 1.2 e 1.3, referente aos exercícios 2017, 2018 e 2019. O exercício 2020 tabela 1.4 está em vigência e, portanto, poderá haver créditos e débitos. Neste sentido, é regra, finalizar o exercício para posterior prestação de contas das receitas e despesas. **(Anexo Subitem 1.1 – Recursos e Prestações de Contas de Programas das U.Ex.).**

Com relação a situação fiscal das Associações junto à Receita Federal do Brasil, a SEMED vem trabalhando com intuito quanto a regularização de todas tal como consta em anexo a certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida



ativa da união da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição.

A Prefeitura Municipal também executa programas específicos, com recursos oriundos do tesouro federal e estadual, identificados na tabela abaixo:

Programas	Valores recebidos por exercício				Observações
	2017	2018	2019	2020	
PNAE: Programa Nacional da Alimentação Escolar.	R\$ 113.103,60	R\$ 150.024,40	R\$ 92.093,75	R\$ 99.612,00	
Tabela – PNAE: Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.	R\$ 34.120,20	R\$ 41.988,66	R\$ 54.412,74	R\$ 44.895,00	
QSE: Quota Salário Educação	R\$ 67.251,72	R\$ 78.507,85	R\$ 105.761,45	R\$ 55.597,76	
PAR: Plano de Ações Articuladas (Transferência Direta – Caminho da Escola/ônibus Pronacampo)	R\$ 336.000,00	-	-	-	
Transporte Escolar/SEDUC: Programa Estadual do Transporte Escolar	157.500,00	235.125,00	128.250,00	R\$ 64.125,00	
MP 815/2017 – Transferência de Recursos Financeiros, a títulos de apoio aos entes federados	-	R\$ 40.134,69	-	-	
Quadras – Programa de Construção de Quadras Poliesportivas	R\$ 112.096,31	R\$ 40.762,30	-	-	

Os Programas PNAE, PNATE FEDERAL, MP 815/2017 e Transporte Escolar/SEDUC, foram concluídos e informadas as devidas prestações de contas, sendo, PNAE, PNATE FEDERAL e MP 815/2017, informados nos sistema SIGPC, com comprovantes anexos a este relatório, referentes aos exercícios 2017, 2018 e 2019 e



Transporte Escolar/SEDUC, também com anexos informados na Secretaria Estadual de Educação e Juventude, referente aos três exercícios.

O Programa Construção de Quadras Poliesportivas foi concluída e realizada a sua prestação de contas no sistema SIMEC.

As prestações de contas dos Programas Federais, exercício 2020, estão em fase de conclusão, porém, somente poderão ser informadas no sistema SIGPC, ao findar o exercício. Da mesma forma, aplica-se a regra ao Programa de Transporte Escolar Estadual.

14 RELAÇÃO DAS UNIDADES EM FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO, E-MAIL E TELEFONE)

14.1 Procedimentos Artigo 3º, Inciso VI, Instrução Normativa nº 002/2016:

Unidade	Endereço	E-mail	Telefone
Escola Municipal Izabel Costa	Rua Travessa II, s/nº - Setor Leste	escolaizabelcosta20@gmail.com	(63) 3381-1134
Escola Municipal Sadjá Samara Miranda Souza	Rua 7 de agosto, s/nº - Setor Rodoviário		(63) 3381-1125
Fundo Municipal de Educação	Praça José Leal, nº 12 - Centro		(63) 3381-1415
Associação das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	Rua do Estudantes, s/nº - Centro		(63) 99239-4684
Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	Praça Coronel Lindolfo Rocha nº 100 - Centro		(63) 3381-1225

15. RELAÇÃO DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSO E OUTROS PAGOS E A PAGAR;

15.1 Procedimentos Artigo 3º, Inciso V, Instrução Normativa nº 002/2016:

Execução e Acompanhamento Documentos do PAR

Termo de Compromisso PAR Nº 201601639

Data de Vigência

Data Inicio		Data Fim		
12/2016		03/2019		
Objeto				
Aquisição de ônibus escolar ore 1 com plataforma elevatória veicular (ônibus escolar rural pequeno com plataforma)				
Processo Licitatório				
Dados do Fornecedor (contrato)				
Man Latin América Industria e Comércio de Veículos LTDA – CNPJ Nº 06.020.318/0001-10 – Contrato nº 010				
Dados Financeiros				
Valor Termo	Valor Empenhado	Valor Pago	Aplicação/Devolução FNDE (GRU)	Saldo
336.000,00	336.000,00	336.000,00	2.056,43	0,00
Situação da Prestação de Contas			Enviada	

***Informações extraídas do Sistema SIMEC

Termo de Compromisso PAR Nº 8285				
Data de Vigência				
Data Inicio			Data Fim	
02/2013			05/2021	
Objeto				
Aquisição de mobiliários e equipamentos para as escolas de educação infantil da rede municipal de ensino (Pró infância tipo B)				
Processo Licitatório				
Não há processo licitatório em andamento				
Dados do Fornecedor (contrato)				
Não há fornecedor contratado				
Dados Financeiros				
Valor Termo	Valor Empenhado	Valor Pago	Aplicação Financeira	Saldo
92.121,54	92.121,54		35.135,19	127.256,73
Situação da Prestação de Contas		Não Enviada (em andamento)		



***Informações extraídas do Sistema SIMEC

Aditivo de Termo de Compromisso PAR Nº 202000418-4				
Data de Vigência				
Data Inicio		Data Fim		
10/01/2020		10/01/2021		
Objeto				
Aquisição de ônibus rural escolar – ore 2				
Processo Licitatório				
Ata de Registro de Preços nº 002/2020 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2019				
Dados do Fornecedor (contrato)				
CNH Industrial do Brasil – CNPJ Nº 01.844.555/0001-06 – Contrato nº 029/2020 de 31 de março de 2020				
Dados Financeiros				
Valor Termo	Valor Empenhado	Valor Pago	Aplicação Financeira	Saldo
214.000,00	226.550,00	Não creditado		
Situação da Prestação de Contas		Não Enviada (em andamento)		

***Informações extraídas do Sistema SIMEC

Aditivo de Termo de Compromisso PAR Nº 202001501-4	
Data de Vigência	
Data Inicio	Data Fim
09/02/2020	09/02/2021
Objeto	
Aquisição de ônibus urbano escolar acessível – onurea piso alto	
Processo Licitatório	
Ata de Registro de Preços nº 010/2019 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2019	
Dados do Fornecedor (contrato)	
Man Latin América Industria e Comércio de Veículos LTDA – CNPJ Nº 06.020.318/0001-10 – Contrato nº 028/2020 de 31 de março de 2020	
Dados Financeiros	



Valor Termo	Valor Empenhado	Valor Pago	Aplicação Financeira	Saldo
222.900,00	199.940,00	Não creditado		
Situação da Prestação de Contas			Não Enviada (em andamento)	
***Informações extraídas do Sistema SIMEC				

Aditivo de Termo de Compromisso PAR Nº 201901109-4				
Data de Vigência				
Data Inicio		Data Fim		
30/12/2019		31/05/2021		
Objeto				
Aquisição de ônibus rural escolar – ore 3				
Processo Licitatório				
Ata de Registro de Preços nº 007/2019 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2019				
Dados do Fornecedor (contrato)				
Man Latin América Industria e Comércio de Veículos LTDA – CNPJ Nº 06.020.318/0001-10 – Contrato nº 016/2020 de 30 de janeiro de 2020				
Dados Financeiros				
Valor Termo	Valor Empenhado	Valor Pago	Aplicação Financeira	Saldo
247.950,00	247.950,00	247.950,00	121,82	121,82
Situação da Prestação de Contas		Não Enviada (em andamento)		

***Informações extraídas do Sistema SIMEC

O município de Conceição do Tocantins foi contemplado com 02 veículos para o transporte escolar, Processo n° 2020/27000/008720, firmado entre a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes – SEDUC e o município de Conceição do Tocantins na forma que segue:

Ônibus urbano escolar, ano/fabricação 2020, ano/modelo 2020, W NEOBUS, capacidade 29 e mais 1 auxiliar, passageiros sentados, cor: amarelo/preto,



RENAVAM: 1234692674, CHASSI: 9532M52P7/LR032587, COMBUSTÍVEL: Diesel, POTÊNCIA: 16 VC, MARCA: VOLKSWAGEN, PLACA: QWE7D58.

Ônibus urbano escolar, ano/fabricação 2020, ano/modelo 2020, W NEOBUS, capacidade 29 e mais 1 auxiliar, passageiros sentados, cor: amarelo/preto, RENAVAM: 1235239427, CHASSI: 9532M52POLR032298, COMBUSTÍVEL: Diesel, POTÊNCIA: 16 VC, MARCA: VOLKSWAGEN, PLACA: QWE8B22.

16. PLANO DE CONTINGÊNCIA 2020;

O Plano de Contingência Educacional elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, contendo as informações e orientações referente a volta às aulas nas escolas da rede de ensino do município no qual foi entregue no momento da transição.

17. RELAÇÃO DAS UNIDADES EXECUTORAS ATIVAS;

Unidade	Endereço	E-mail	Telefone
Escola Municipal Izabel Costa	Rua Travessa II, s/nº - Setor Leste	escolaizabelcosta20@gmail.com	(63) 3381-1134
Escola Municipal Sadjá Samara Miranda Souza	Rua 7 de agosto, s/nº - Setor Rodoviário		(63) 3381-1125
Fundo Municipal de Educação	Praça José Leal, nº 12 - Centro		(63) 3381-1415
Associação das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	Rua do Estudantes, s/nº - Centro		(63) 99239-4684
Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	Praça Coronel Lindolfo Rocha nº 100 - Centro		(63) 3381-1225

18. PATRIMÔNIO

18.1 Registro e Controle



O Setor de Patrimônio do Fundo Municipal de Educação se encontra ligado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, estando sob a chefia da **Sra. Seluana Menezes Godinho**.

O departamento patrimonial realizou o levantamento dos bens móveis pertencentes à Prefeitura, bem como realizou o tombamento adequado dos mesmos.

Direcionando os trabalhos para a área patrimonial, a assessoria de Controle Interno tem orientado a elaboração de procedimentos a serem adotados pelos sistemas de controle de patrimônio, nas diversas áreas de atuação no município.

A elaboração das Instruções Normativas no decorrer do período objetivou intensificar a fiscalização da guarda do patrimônio municipal, exigindo dos responsáveis um maior controle quanto à manutenção, guarda e conservação dos bens.

18.2 Relatórios

A Secretaria de Controle Interno busca orientar a adoção de procedimentos práticos para as atividades de domínio dos bens. Dentre as orientações pode-se citar:

- Implantação de arquivo próprio da documentação pertinente aos bens;
- Afixação de plaquetas de identificação nos bens móveis;
- Implantação de controle de movimentação patrimonial;
- Termos de Responsabilidade de bens móveis, devidamente assinados pelos responsáveis.

19. ALMOXARIFADO

O Fundo Municipal de Educação de Conceição do Tocantins possui apenas almoxarifado ligado a Secretaria Municipal de Administração e Finanças o qual atende as demais Secretarias Municipais e tem buscado trabalhar com baixo nível de materiais no estocados, visto o pouco espaço físico, adquirindo apenas matérias para consumo imediato.

**RELAÇÃO DOS BENS DE CONSUMO EXISTENTE EM ALMOXARIFADO EM
31/12/2020**

RELAÇÃO DO ESTOQUE DO ALMOXARIFADO R\$							
ESTOQUE ANTERIOR		ENTRADA		SAÍDA		SALDO	
QTD.	Valor	QTD.	Valor	QTD.	Valor	QTD.	Valor
0,00	0,00	64.496,16	499.152,69	63.952,68	497.152,67	543,48	2.000,02

19.1 FÍSICO E CONTÁBIL

O controle de materiais e bens na administração pública é uma das áreas que tem recebido atenção por parte da gestão Municipal. O maior objetivo é, entre outros, diminuir gastos dispensáveis à administração pública, tais como a aquisição de bens desnecessários e de materiais com prazo de validade vencido, ou ainda impedir o armazenamento impróprio de materiais e a existência de equipamentos ociosos ou subutilizados, tudo isto, por meio da fixação de um controle físico e contábil mais expressivo.

O Controle Interno, no período de janeiro a dezembro, apoiou as unidades de almoxarifado do Executivo Municipal objetivando elaborar o conjunto de normas e procedimentos que orientam a estrutura de armazenamento, segurança, controle e registro de entrada e saída de materiais.

20. DIFICULDADES ENCONTRADAS NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES

Através do curso dos trabalhos realizados pelo Fundo Municipal de Educação de Conceição do Tocantins na avaliação das ações finalísticas, especificamente no período de janeiro a dezembro de 2020, compreendendo o conjunto de leis, normas e procedimentos, destacam-se algumas dificuldades:



- a) Pandemia Covid-19, no qual foram suspensas as aulas presenciais, onde foi trabalhado com aulas remotas, com envio de atividades escolares para casa dos alunos.
- b) Falta de recursos financeiros para investimentos as áreas problemáticas e para se adequar ao crescimento da educação pública, que ocasiona diversos problemas sociais econômicos, o que gera problemas para a educação;
- c) Atrasos nos repasses federais e estaduais para continuação das obras e serviços;
- d) Grande demanda de problemas nas áreas da educação com infra-estrutura;
- e) Transporte Escolar com ônibus velhos e estradas vicinais desgastadas.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fora realizado inúmeros esforços e trabalhos para conter o aumento de pessoas com a Covid-19. Muitas são as medidas para evitar a disseminação do vírus, como o distanciamento social e a quarentena. Tais medidas têm impactado a vida da população em diversos setores, inclusive na educação. As Escolas Municipais estão com suas atividades suspensas atingindo os estudantes e educadores no Município de Conceição do Tocantins.

A suspensão das aulas é uma medida importante para colaborar no isolamento social, pois a escola é um espaço onde o contato é inevitável, a situação de pandemia na qual nos encontramos remete cada educador à necessária atitude de reinventar

As escolas foram orientadas a aproveitarem em ampla escala as ferramentas de tecnologia educacional, como por exemplo as plataformas e ambientes virtuais de ensino e redes sociais, para garantir os processos pedagógicos de aprendizagem. Os sistemas de ensino já estão produzindo vídeo-aulas, transmissões ao vivo, exercícios remotos, entre outros mecanismos. Todo esse esforço se faz para manter os estudantes em um ritmo de estudo, mesmo estando distantes do espaço físico da escola.

Enormes são os desafios para implantar, ainda que de forma temporária, a educação a distância na educação básica no Município de Conceição do Tocantins.

Contudo, a atuação do Fundo Municipal de Educação de Conceição do Tocantins, com análise dos índices apresentados em 2020, observou-se nitidamente uma grande melhoria na área educacional, principalmente pelos bons resultados alcançados pelo IDEB 5,6.



Ante ao exposto, entendemos que o FME cumpriu sua missão institucional, no que diz respeito à aplicação de recursos, observando as matérias econômica, administrativa, financeira e social, concernentes às informações apuradas nas descrições analíticas das diversas atividades da unidade gestora do FME.

Conceição do Tocantins, 26 de fevereiro de 2021.

LUANA SOUZA RODRIGUES
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LUCIOLLA DI PAULLA FARIAS DE ALENCAR BITTENCOURT
Controle Interno



Anexo I – Plano de Contingência do COVID-19 e Relatório conclusivo de Transição

PLANO DE CONTINGÊNCIA EDUCACIONAL

EM RAZÃO DA INFECÇÃO HUMANA PELO
VÍRUS CAUSADOR DA DOENÇA COVID-19



Plano de Contingência Educacional do Município de Conceição do Tocantins

Paulo Sérgio Torres Fernandes

Prefeito Municipal de Conceição do Tocantins

Luana Souza Rodrigues

Secretária Municipal de Educação

Grupo de Trabalho

Adecleia Rodrigues de Souza

Amanda Miranda Fernandes Oliveira

Ângela Maria da Silva

Ana Olivia Nunes Sarzeda

Danilla Pereira de Oliveira

Dimaria Gonçalves Magalhães

Domingas Pereira de Moura

Fabiana Pereira da Silva Davantel

Gabriela Melo Miranda

Julia Ferreira Guedes

Luana Souza Rodrigues

Lucinaiva Nunes Caldeira

Maria Pereira de Deus

Sarah Mayrla Silva Cruz

Waldirene Ferreira de Souza Santos

Comissão Local de Retorno as Aulas

Representante da Secretaria de Educação

Luana Souza Rodrigues

Ângela Maria da Silva

Representante da Secretaria de Saúde

Geraldina Xavier de Sales

Deuzeli Soares dos Santos

Representante da Secretaria de Assistência Social

Elizabeth Ferreira de Sousa Guedes

Representante dos Profissionais de Educação

Maria do Rosário Guedes Borges Rocha

Representante do Conselho Municipal de Educação

Ana Olivia Nunes Sarzeda

Representante dos Estudantes da Educação Básica

Edivaldo dos Santos Júnior

Representante Poder Executivo

Lucíolla Di Paulla F. de Alencar Bittencourt

Técnica Responsável por Elaboração e Metodologia

Marciane Campos

Diagramação

Roberto Pires

Assessoria

Arnoldo Miranda

Apresentação

Este plano de contingência¹ é um instrumento de administração e gestão utilizado para ordenar e planejar as ações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do Município de Conceição do Tocantins, neste momento específico de precaução, frente ao contexto de pandemia² do Coronavírus.

As orientações de Retomada das aulas e reorganização do Calendário Escolar 2020, faz parte de uma sequência metodológica do Projeto “Um novo Caminho para a Escola” desenvolvido pela empresa Project Treinamento e Consultoria em parceria com o Instituto Tocantinense de Assessoria, Consultoria e Capacitação – ITAC.

O projeto traz uma análise descritiva de dados envolvendo profissionais da educação, pais ou responsáveis pelos alunos matriculados na rede municipal de ensino, em um processo construtivo para a tomada de decisão com referências a regulamentação de organismos da Educação, e consiste na entrega deste documento alinhado ao Plano de Ação de retomada das aulas com base em evidências locais.

“A decisão de retomada das aulas requer a atuação de múltiplos atores, sendo necessário o fortalecimento da articulação e a integração intra e interinstitucional, a fim de definir responsabilidades no âmbito das competências de cada setor.

Luana Souza Rodrigues

Secretária Municipal de Educação

Nosso compromisso é garantir uma resposta oportuna e eficaz à segurança e o bem-estar da comunidade escolar e dos profissionais que atuam na educação, com vistas a prevenir e diminuir os efeitos dessa ameaça à saúde pública”.

Paulo Sérgio Torres Fernandes

Prefeito Municipal de Conceição do Tocantins

¹ O Plano de Contingência é um documento onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas em uma organização, para atender a uma emergência e também contém informações detalhadas sobre as características da área ou sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais.

² O conceito moderno de pandemia é o de uma epidemia de grandes proporções, que se espalha a vários países e a mais de um continente. In REZENDE, Joffre Marcondes. Epidemia, Endemia, Pandemia, Epidemiologia. Revista Médica. Vol. 27(1): 153- 155. jan-jun. 1998, p. 154

SUMÁRIO

1.	Introdução	6
2.	Contextualização	6
3.	Monitoramento Mundial do Fechamento de Escolas Devido a COVID-19	8
4.	Contextualização do Município de Conceição do Tocantins	10
5.	Metodologia para Tomada de Decisão com Base em Evidências	11
6.	Processo de Análise – Etapa 01 Tomada de Decisão	12
7.	Etapa 01	14
8.	Aplicação do Questionário com Gestores Escolares	14
9.	Diagnóstico das Escolas	15
10.	Aplicação do Questionário com Professores e Coordenadores da Rede Pública Municipal de Conceição do Tocantins	18
11.	Grau de Escolaridade	22
12.	Tabela 04 - Referências de Indicadores INSI – ano 2015	33
13.	Tabela 05 - Composição de bens por número de famílias	34
14.	Tabela 06- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Conceição do Tocantins – TO	35
15.	Vulnerabilidade Social	41
16.	Perfil Panorâmico Socioeconômico do Grupo Familiar	44
17.	Participação dos Pais na Tomada de Decisão	44
18.	Análise das Evidências Para a Tomada de Decisão Resultado da Etapa 01	46
19.	Etapa 02	48
20.	Análise de Risco Epidemiológico do Município de Conceição do Tocantins para o processo de reabertura das escolas	48
21.	Referências na Regulamentação Prevista para a Educação em tempos de Covid-19	54
22.	Conclusão da Tomada de Decisão	58
23.	Recomendações	60
24.	Plano de Ação	63
25.	Ampliação da Participação da Comissão Local, no processo de Reabertura e Pós Reabertura das Escolas e o Fortalecimento de parcerias	64
26.	Calendário Escolar	69
27.	Cronograma de Retomada das aulas: Equipe – SEMED	70
28.	Cronograma de Retomada das aulas: Preparação das Escolas – Diretores Escolares	72
29.	Procedimento de Entrega de Materiais Pedagógicos	73
30.	Cronograma de Retomada das aulas: Organização Pedagógica dos Professores	74

31.	Orientações do Processo Continuo das Aulas	74
32.	Orientações Pedagógicas Para aulas Não Presenciais	74
33.	Diário de Classe Validação do Cômputo das aulas	75
34.	Planejamento	75
35.	Sugestão	76
36.	Avaliação	76
37.	ANEXO 01	79
38.	ANEXO 02	81
39.	ANEXO 03	82
40.	Referências	85

1. Introdução

No Brasil cerca de 50 milhões de estudantes da educação básica, sendo 40 milhões na rede pública, estão com as aulas presenciais suspensas desde março, em decorrência da pandemia pelo covid-19. Os sistemas de ensino estão dedicados a adoção de medidas para mitigar os reflexos negativos dessa suspensão e a elaboração do plano de retomada das aulas presenciais, sem saber, ao certo, quando isso acontecerá. São muitos os desafios e não há um “manual” para guiar os Secretários de Educação em suas decisões, por se tratar de uma circunstância sem precedentes.

Mesmo não havendo uma data certa, é urgente planejar como se dará o retorno gradual das atividades escolares, com tudo que isso envolve: acolhida dos professores e alunos, protocolos de saúde e higiene, avaliação diagnóstica dos alunos, reorganização do calendário escolar, reposição de conteúdos pedagógicos e atividades de recuperação para mitigar os prejuízos à aprendizagem e evitar a perda do ano letivo de 2020.

Neste contexto, o Plano de Contingência Educacional do Município de Conceição do Tocantins, tem por objetivo nortear a atuação da Secretaria Municipal da Educação, em resposta aos desafios e limitações do ensino imposto pela situação de emergência, causada pela pandemia do covid-19. Além de recorrer aos dados e evidências existentes para uma resposta oportuna e eficaz, no intuito de garantir a segurança e o bem-estar da comunidade escolar e dos profissionais que atuam na educação, com vistas a prevenir e diminuir os efeitos dessa ameaça à saúde pública.

É necessário, por conseguinte, um processo contínuo de contextualização e adaptação para responder as condições locais e atender as demandas de aprendizagem, saúde e segurança dos alunos matriculados na rede pública municipal. Tal plano traz, portanto, a definição das responsabilidades da Rede Escolar Municipal no desenvolvimento das ações de ensino e aprendizagem, traçando estratégias adaptadas às diretrizes que serão adotadas na reorganização do calendário escolar com olhar para as demandas específicas do território local.

2. Contextualização

Sars-CoV-2, covid-19 ou coronavírus são nomes atribuídos ao vírus responsável pela pandemia em curso. Os Coronavírus compõem uma grande família de vírus conhecidos desde meados da década de 1960. Os casos agora identificados estão relacionados a uma nova variante do Coronavírus, denominada Sars-CoV-2, a doença causada pelo Sars-CoV-2, recebe o nome de Covid-19 (do inglês, *Coronavirus Disease-2019*).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), pessoas acima de 60 anos se enquadram no grupo de risco, mesmo que não tenham nenhum problema de saúde associado. Além disso, pessoas de qualquer idade que tenham comorbidades, como cardiopatia, diabetes, pneumopatia,

doença neurológica ou renal, imunodepressão, obesidade, asma e puérperas, entre outras, também precisam redobrar os cuidados nas medidas de prevenção ao coronavírus.

O Comitê de Emergência da OMS declarou em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causado pelo novo coronavírus, constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. De acordo com o Centro Europeu de Prevenção de Controle das Doenças (ECDC), o impacto potencial da Covid-19 é considerado elevado, sendo provável a propagação continuada e global do vírus.

No Brasil, o Ministério da Saúde declarou, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que o novo Coronavírus (COVID-19) constitui Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN³.

Com a disseminação em todo o país, o Governo do Estado do Tocantins editou o Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Tocantins, em razão da grave crise de saúde pública, decorrente da pandemia do novo Coronavírus.

A pandemia afetou os sistemas educacionais em todo o mundo, levando ao fechamento generalizado de escolas, universidades e faculdades. No Brasil, a decisão de suspender as aulas presenciais foi tomada pelas redes de ensino no período entre 11 e 23 de março. A medida adotada por governos de estados e municípios de suspender as atividades em instituições de ensino, no entanto, converge com o que tem afirmado pesquisas sobre a eficácia dessa ação contra a transmissão do vírus.

Essa iniciativa já demonstrou os seus resultados no passado, a exemplo do estudo dirigido por David Earn⁴ da Universidade McMaster, e publicado pela revista *Annals on Internal Medicine*, no qual analisa a epidemia de gripe, infecção pelo vírus Influenza A (H1N1) de 2009, na província canadiana de Alberta. O estudo comprova que o encerramento das escolas reduz o contágio em 50% e que a medida foi vital para a superação da crise.

Ainda que não seja nem remotamente comparável à epidemia de 2009, como aponta os dados da Organização das Nações Unidas para a Educação⁵, a Ciência e a Cultura (Unesco), que monitora os impactos da pandemia na educação, mais de 180 países determinaram o fechamento de

³ A Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) trata de evento que representa risco para a saúde pública nacional e ocorrerá nas situações epidemiológicas (surto ou epidemias), de desastres e de desassistência à população, que extrapolem a capacidade de resposta da direção estadual do SUS ou que, especificamente nas situações epidemiológicas, apresentem risco de disseminação nacional, seja produzidos por agentes infecciosos inesperados, representem a reintrodução de doença erradicada ou apresentem gravidade elevada (Decreto nº 7.616/2011). A Portaria MS/GM nº 2.952, de 14 de dezembro de 2011, dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).

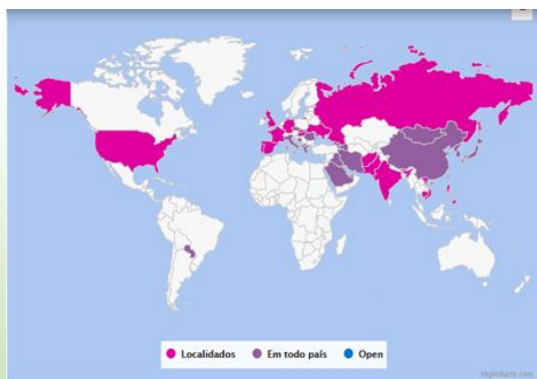
⁴ David JD Earn, PhD, Departamento de Matemática e Estatística, Universidade McMaster, 1280 Main Street West, Hamilton, Ontário L8S 4K1, Canadá; Código estatístico: Disponível no Dr. He (e-mail, daihai@math.mcmaster.ca). Conjunto de dados: disponível no Arquivo Internacional de Dados de Doenças Infecciosas.

⁵ A UNESCO acredita que a educação é um direito humano para toda a vida e que o acesso deve ser acompanhado pela qualidade. A Organização é a única agência das Nações Unidas com um mandato para cobrir todos os aspectos da educação.

escolas e universidades, afetando cerca de 1,6 bilhão de crianças e jovens, o que corresponde a 91,3% de todos os estudantes no mundo. A situação que se apresenta em decorrência da pandemia de covid-19 não encontra precedentes na história mundial do pós-guerra.

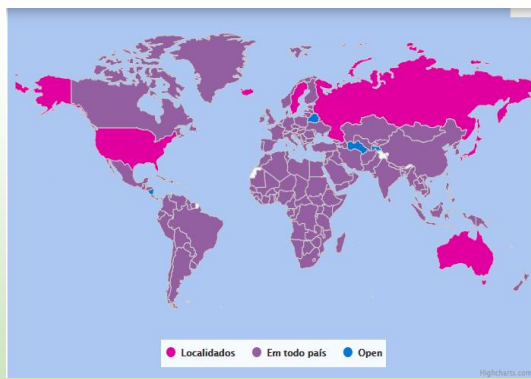
3. Monitoramento Mundial do Fechamento de Escolas Devido a COVID-19

11 de Março de 2020



380,218,964 estudantes afetados
21.7% do total de estudantes matriculados
27 fechamentos em todo o país

11 de Abril de 2020



1,578,336,788 estudantes afetados
90.1% do total de estudantes matriculados
195 fechamento em todo o país

Fonte UNESCO

No atual contexto de fechamento provisório de escolas, em que alunos estão sem aulas presenciais, há grande preocupação sobre uma possível paralisação completa do processo de ensino-aprendizagem e de redução dos estímulos que busquem o desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos.

A possibilidade de longa duração da suspensão das atividades escolares presenciais por conta da pandemia, embora ainda não tenha evidências suficientes para medir o impacto do fechamento das escolas, aponta que efeitos adversos associados à segurança, bem-estar e aprendizagem das crianças. Além disso, a interrupção dos serviços educacionais também provoca graves impactos de longo prazo para a economia e a sociedade, como o aumento da desigualdade, piores resultados de saúde e redução da coesão social.

Neste caso, e especialmente considerando os Ensinos Fundamental e Médio, estratégias que incentivem e apoiem atividades a distância se tornam essenciais para reduzir os potenciais efeitos da crise na Educação. Como consequência dessas ações emergenciais, tem se tornado imprescindível a transferência de aulas e outras atividades pedagógicas para formatos a distância, buscando mitigar os efeitos do distanciamento social no aprendizado dos alunos.

Por outro lado, deve-se reconhecer que estas circunstâncias excepcionais põem à prova também os sistemas educativos que enfrentam o desafio de encontrar caminhos para a formação de milhões de estudantes confinados nos seus domicílios.

Ainda assim, as pesquisas mais recentes evidenciam que não se trata de alternativa equivalente, isto é, atividades remotas, e até mesmo atividades mais estruturadas na modalidade Educação a Distância (EaD), têm suas limitações e, com efeito, não conseguirão substituir a experiência escolar presencial, em particular, quando aplicadas em escala na Educação Básica.

A literatura, baseada em evidências, mostra que alunos que têm atividades totalmente a distância aprendem menos do que aqueles com a vivência presencial nas escolas, mesmo levando em conta outros fatores que poderiam afetar o desempenho acadêmico⁶. E, mesmo quando o ensino não é totalmente a distância, as evidências ainda são mistas quanto aos efeitos das tecnologias educacionais na aprendizagem dos alunos, além de apontarem que muitas tendem a ser pouco custo-efetivas⁷.

Dessa forma, é preciso ter expectativas realistas quanto as diversas soluções existentes, sabendo que elas são importantes alternativas no atual momento, porém não suprirão todas as necessidades acadêmicas esperadas e previstas nos currículos. Ainda que existam tecnologias educacionais promissoras⁸, seus resultados positivos são mais significativos quando utilizadas em conjunto com atividades escolares presenciais, que envolvem interação dos alunos com professores, tutores e entre si, ou seja, não totalmente virtual.

Além disso, a mudança rápida e complexa que o cenário atual exige torna a tarefa ainda mais desafiadora. Dificuldades de adaptação ao modelo de ensino remoto são naturais e deverão ocorrer de forma ainda mais acentuada no Brasil, uma vez que o uso consistente de tecnologias ainda tem presença muito tímida nas redes de ensino⁹.

Exemplos de obstáculos existentes são o desconhecimento sobre a qualidade da maior parte das soluções disponíveis, a pouca familiaridade dos alunos e profissionais com as ferramentas de ensino a distância e a falta de um ambiente familiar que apoie e promova o aprendizado online¹⁰. Dessa forma, é bem provável que quando o período de distanciamento social tiver fim, os estudantes apresentem lacunas significativas de aprendizado dentre outras questões.

Diante do contexto, por mais consistente que seja a estratégia adotada, ela poderá, na melhor das hipóteses, minimizar impactos negativos, por isso, apenas um bom planejamento e

⁶ Barbour (2019), CDE (2010), CREDO (2019), CREDO (2015), Zhou, L.et. al. (2020).

⁷ Banerjee et. al (2007), Campuzano et. al (2009), Cheung e Slavin (2012), Cheung e Slavin (2013).

⁸ Para um exemplo recente sobre como programas que utilizam tecnologias educacionais podem, se bem desenhados, ter grande efeito na aprendizagem, ver Muralidharan, Singh e Ganimian (2019). Destacam-se ainda, como exemplo, as possibilidades de individualização do ritmo de aprendizagem para cada aluno, de maior engajamento das crianças e dos jovens com as atividades pedagógicas ("gamificação") e a obtenção de grande quantidade de dados e informações, em curto espaço de tempo, sobre o aprendizado de cada estudante.

⁹ Por exemplo, em apenas 7% dos municípios brasileiros o órgão gestor da Educação adota medidas prioritárias para as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem (IBGE 2018).

¹⁰ Banco Mundial (2020a), Banco Mundial (2020b), OCDE (2020).

execução do retorno às aulas, que reconheça as múltiplas dimensões que precisarão ser tratadas, é que poderá responder adequadamente ao desafio imposto.

Nesse sentido, a abordagem propositiva que aqui se caracteriza, parte de uma importante premissa, qual seja a de reconhecer o momento de excepcionalidade, partindo de uma análise do território local, com a finalidade de prover eventuais subsídios à tomada de decisão dos gestores e profissionais da área de Educação responsáveis pelo atendimento, nas etapas do Ensino Fundamental I e Educação Infantil do município de Conceição do Tocantins.

Levando em consideração elementos que respeitem os alunos no seu estágio de desenvolvimento e na forma de aprender, frente a um cenário sem precedentes e que tem exigido do poder público educacional tomadas de decisões rápidas sobre questões inéditas e altamente complexas.

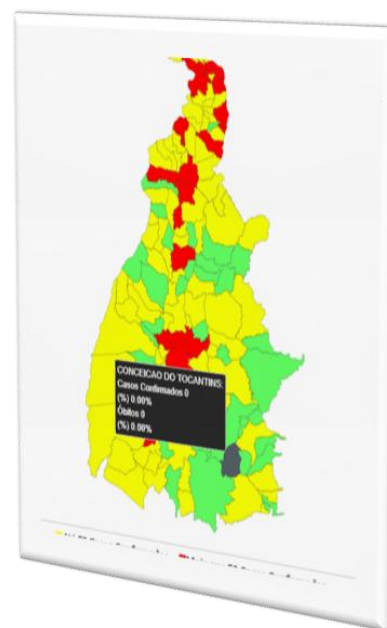
4. Contextualização do Município de Conceição do Tocantins

O Município declarou em 25 de março de 2020, situação de calamidade pública em decorrência da pandemia pelo covid-19, através do Decreto Municipal nº 086/2020¹¹. Ainda como medida de prevenção, o município suspendeu as aulas nas escolas municipais e centros de educação infantil do município. O Decreto Municipal nº 088/2020, dispõe sobre a antecipação de férias na educação municipal, destinada a totalidade de servidores públicos municipais lotados e atuantes, no período de 25 de março a 23 de abril, posteriormente foi mantida a suspensão das atividades educacionais até 29 de maio, através do Decreto nº 096/2020.

Embora a situação no Brasil continue crescente, conforme notificações divulgadas da covid-19, o município de Conceição se mantém sem casos confirmados da doença.

Segundo o IBGE¹² a população do município em 2019 correspondia a 4.182 pessoas. Em 2017, o salário médio mensal era de 1.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.3%.

Atualmente a rede municipal de ensino atende a 520 alunos com oferta no ensino fundamental I e educação infantil matriculados nas três escolas do município, sendo uma rural e três urbanas.



¹¹ DECRETA: Art. 1.o - É declarado Estado de Calamidade Pública (ECP) em todo o território do Município de Conceição do Tocantins - TO, em premente enfrentamento ao novo Coronavírus (COVID-19), configurando desastre que pode ser classificado e codificado de acordo com a Codificação Brasileira de Desastre - COBRADE - como 1.5.1.1.0, nos termos da IN/MI 02/2016.

¹² <https://www.ibge.gov.br/>

Com mais de sessenta dias com as escolas fechadas, a educação municipal propôs uma avaliação de cenário com proposta de reabertura, analisando os riscos de retorno ou a permanência do fechamento.

Em sentido similar, as experiências de países que interromperam o funcionamento de escolas por longos períodos devido a situações de guerra, crises de refugiados, desastres naturais e epidemias mostram que a escolha do poder público em nada fazer, sob o argumento de que não é possível chegar em todos, tende a exacerbar as desigualdades resultantes da situação de emergência¹³.

Isto posto, é de suma importância a contribuição da comunidade escolar diretamente envolvida no processo educacional do município. Espera-se, assim, qualificar as discussões sobre o assunto e prover eventuais subsídios à tomada de decisão dos gestores e profissionais da área de Educação responsáveis pelo atendimento nas etapas do Ensino Fundamental e Educação Infantil.

5. Metodologia para Tomada de Decisão com Base em Evidências

A metodologia adotada pela SEMED para a tomada de decisão de reabertura da escola, e a adequação da proposta educacional com a realidade local faz parte de uma sequência metodológica, do Projeto “Um novo Caminho para a Escola” desenvolvido pela empresa Project Treinamento e Consultoria em parceria com o Instituto Tocantinense de Assessoria, Consultoria e Capacitação – ITAC.

A proposta do Projeto “Um novo Caminho para a Escola” para a tomada de decisão é realizada em duas etapas. Sendo a 1 Etapa realizada de forma construtiva, com o Grupo de Trabalho¹⁴ formado por professores e gestores escolares e presidido pela SEMED. A Participação do Grupo de Trabalho neste processo, consiste na elaboração de perguntas e aplicação de questionários via *google forms* com o objetivo de obter respostas para análise descritiva de dados, baseada em três fundamentos:

- 1- **Estrutura física e tecnológica das escolas municipais** – Busca-se nessa análise um levantamento das principais demandas de infraestrutura física e tecnológica das escolas, em resposta a preparação e adequação às necessidades de atendimento, frente ao processo de reabertura das escolas no período de pandemia do covid-19.
- 2- **Capacidade técnica** – Trata-se de analisar as principais necessidades dos profissionais da educação, no sentido de proporcionar a esses profissionais uma preparação diante do cenário

¹³ Kamenetz (2020).

¹⁴ PORTARIA-SEMED Nº 005/2020 Criar Grupo de Trabalho (GT) da Secretaria Municipal de Educação com objetivo de gerenciar ações e os efeitos causados pela pandemia do coronavírus e seus impactos na comunidade escolar bem como apoiar no planejamento escolar da Rede Municipal de Ensino no período de suspensão das aulas e reposição das atividades extraclasse.

atual, em que são igualmente impactados pela pandemia, apoiá-los, pessoal e profissionalmente, é medida absolutamente fundamental.

- 3- **Processo de formação do aluno** – Consiste, inicialmente, em avaliar as demandas específicas dos pais e responsáveis pelos alunos, com propostas ao envolvimento das famílias como coparticipantes ativos no processo ensino-aprendizagem, compreendendo o período de pandemia.

6. Processo de Análise – Etapa 01 Tomada de Decisão

Fundamentos	Resposta	Evidência
1-Estrutura física logística e tecnológica das escolas municipais	Essa análise, trata da preparação da infraestrutura física e tecnológica em resposta a: o que cada escola tem? o que precisa para se adaptar a essa nova realidade do coronavírus;	Questionário semiestruturado, e aplicado aos diretores escolares;
2- Capacidade técnica	Análise das principais necessidades dos profissionais da educação que lidam diretamente no processo de formação do aluno;	Questionário semiestruturado, e aplicado aos professores e coordenadores escolares;
3-Processo de formação do aluno	Análise da infraestrutura familiar; e análise da capacidade dos pais como coparticipantes ativos no processo ensino aprendizagem;	Questionário semiestruturado, e aplicado aos pais e responsáveis pelos alunos.

Os questionários são semiestruturados e tem o objetivo de subsidiar a tomada de decisão, da 1 Etapa, além de traçar um perfil socioeconômico e demográfico da comunidade escolar. Após a aplicação do questionário, foram listadas variáveis das respostas para embasar a decisão e as diretrizes que melhor se adaptam à gestão escolar, alinhadas ao processo de reabertura das escolas.

Para validação dos resultados da 1 Etapa, foi constituída a Comissão Intersectorial¹⁵, criada em observação ao Projeto de Lei n. 2949/2020, que dentre outras partes orienta, para uma resposta adequada, envolvendo, especialmente, as áreas da Saúde e da Assistência Social. Essa comissão atende ainda a orientação da MP/ 934/2020 na emenda nº 38 que, acrescenta no caput do art. 1º a

¹⁵ DECRETO MUNICIPAL Nº 114/2020 Dispõe sobre a nomeação de membros da Comissão Municipal de Retorno as aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do COVID-19 e dá outras providências.

participação da comunidade educacional na tomada de decisão sobre a solução mais condizente para o cumprimento das medidas de retorno das aulas.

A Comissão Intersetorial tem por objetivo seguir o processo de tomada de decisão para reabertura das escolas em uma 2ª Etapa. Com base em considerações de riscos, exigindo um esforço do poder público um planejamento de volta às aulas de forma gradual e articulado entre diferentes setores, como Educação, Saúde e Assistência Social.

A abordagem da 2ª Etapa segue inicialmente com análise de risco epidemiológico do município. Logo após, faz uma análise dos principais pontos das medidas adotadas pelos organismos de educação para o período de pandemia do covid-19 em referência ao ensino básico. Por último traz o plano de ação com as estratégias de retomada das aulas em cada escola. As decisões aqui estabelecidas neste plano de contingência estão em consonância aos protocolos de saúde orientados pelos Ministério da Saúde e organização Mundial da Saúde.



2ª ETAPA VALIDAÇÃO DA TOMADA DE DECISÃO

Essa estrutura estratégica foi acordada a ser usada no nível local para a reabertura das escolas da rede municipal de ensino do município de Conceição do Tocantins. As decisões tomadas em relação à reabertura das escolas devem, em primeiro lugar, ser consistentes com a estrutura descrita acima. A combinação destes fornece um conjunto de cinco princípios orientadores principais; orientados por valores e coloca a criança no centro das considerações:

Seguro 1

Protege a saúde física, emocional e mental e o bem-estar de crianças e jovens (isso inclui danos indiretos através de efeitos sociais e econômicos), bem como de todos os funcionários.

Justo e Ético 2

Garantir que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de obter sucesso através de sua combinação de aprendizado na escola e em casa, com um foco particular no preenchimento da lacuna na obtenção de resultados relacionados à pobreza.

Capacidade de priorizar os alunos em postos-chave e / ou com necessidades específicas.

Claro 4

Fácil de interpretar e entender manter a confiança dos pais, funcionários e jovens para que eles possam planejar com antecedência.

Realista 5

As opções são viáveis e eficazes no nível em que são aplicadas.

Qualquer modelo de provisão inevitavelmente acarretará um certo grau de troca entre alguns desses princípios, e não seria credível tentar satisfazê-los todos por completo simultaneamente durante esse período extraordinário, à medida que aprendemos a conviver com o covid-19. Em vez disso, será importante desenvolver soluções que as equilibrem o máximo possível.

7. Etapa 01

Análise descritiva da aplicação dos questionários

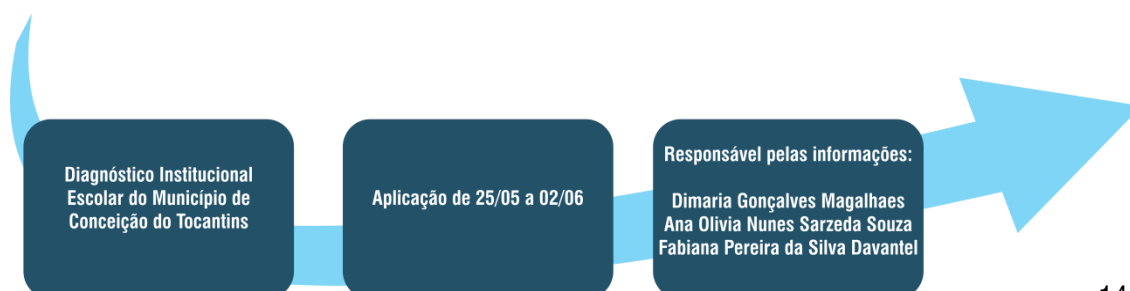
Questionário 01- Diretores Escolares

Questionário 02- Professores e Coordenadores Pedagógicos

Questionário 03 – Pais ou Responsável pelos alunos

8. Aplicação do Questionário com Gestores Escolares

O questionário cuja aplicação se deu nas quatro escolas municipais de 25 de maio a 02 de junho, obteve respostas dos gestores educacionais responsáveis, como apresentado a seguir.



9. Diagnóstico das Escolas

ESCOLAS	Escola Municipal São Brás (Esc. Rural)	Escola Municipal Sadja Samara Miranda Souza (Esc. Urbana)	Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição (Esc. Urbana)	Escola Municipal Izabel Costa (Esc. Urbana)
ALUNOS	12 Alunos	72 Alunos	79 Alunos	371 Alunos
OFERTA	Ensino Fundamental I	Educação Infantil	Educação Infantil	Ensino Fundamental I
INFRAESTRUTURA FÍSICA	02 Banheiros 02 Salas 01 Cozinha 01 Espaço de recreação	03 Banheiros Mais de 05 Salas 01 Cozinha 03 Espaço de recreação 01 Sala de Professor		04 Banheiros Mais de 05 Salas 01 Cozinha 03 Espaço de recreação 01 Sala de Professor 01 Biblioteca
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA	Projetor Multimídia Câmera digital (Não tem acesso à internet)	Mais de 06 Computadores 02 Projetor de Multimídia 02 Aparelho de Som Meio de acesso de internet – Wi-fi (Acesso à Internet é razoável)		05 Computadores 04 Impressora 02 Projetor de Multimídia 02 Aparelho de Som 02 Scanner 01 Câmera digital Meio de acesso de internet - Wi-fi (Acesso à Internet é razoável)
RECURSOS HUMANOS	04 Professores 01 Coordenador 01 Psicopedagogo 01 Psicólogo	14 Professores 01 Coordenador 01 Psicopedagogo 01 Psicólogo		25 Professores 02 Coordenador 01 Psicopedagogo 01 Psicólogo

Todas as escolas apresentaram o Projeto Político Pedagógico (PPP) de acordo com a realidade da escola e também dos objetivos dispostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁶.

No que tange à infraestrutura física para a capacidade operacional de aulas presenciais, obedecendo o distanciamento social, a escola rural São Brás apresenta boas condições, considerando o quantitativo de alunos matriculados¹⁷. Por outro lado, é evidente a incapacidade dessa escola em ofertar aulas em quaisquer modalidades online. Há que se levar em consideração a adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas, tanto para fins de aulas a distância, considerando a permanência do fechamento das escolas, ou quanto a reposição das aulas como material auxiliar.

Destaca-se ainda que a escola São Brás deverá providenciar em sua estrutura tecnológica para fins de impressão computador e impressora, com a finalidade de se adequar ao uso do material impresso, como estratégia auxiliar nas atividades de reposição de aulas, ou a na oferta de aulas a distância.

As escolas municipais Sadjá Samara Miranda Souza e Nossa Senhora da Conceição apresentam adequadas capacidades de infraestrutura física para o atendimento na educação infantil para o retorno às aulas presenciais, devendo observar as medidas não farmacológicas indicadas pela OMS. Neste sentido, as escolas necessitarão de um atendimento mínimo de crianças em forma de rodízio, na tentativa de assegurar o distanciamento social. Deve-se levar em consideração as recomendações de que qualquer pessoa pode fazer uso de máscaras faciais, inclusive crianças, neste ponto há uma contra indicação em crianças menores de 2 anos, segundo a ANVISA¹⁸.

No sentido de contribuir para a minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas desenvolvam alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas, de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais.

¹⁶ A Base determina as aprendizagens que todos os alunos da Educação Infantil até o Ensino Médio devem desenvolver ao longo da Educação Básica e deverá ser implementada até 2020. Ela deve servir como norte para as diretrizes que estarão especificadas no projeto político-pedagógico.

¹⁷ As medidas de distanciamento social para combater o coronavírus podem ser necessárias até 2022, caso não seja viabilizada uma vacina ou medicação efetiva, afirma um estudo publicado hoje pela revista científica "Science".

¹⁸ <http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/4340788/NT+M%C3%A1scaras.pdf/bf430184-8550-42cb-a975-1d5e1c5a10f7>

Deste modo, em especial, evitaria a necessidade de reposição ou prorrogação do atendimento ao fim do período de emergência, acompanhando tão somente o mesmo fluxo das aulas da rede de ensino como um todo, quando do seu retorno.

A Escola Municipal Isabel Costa, apresenta condições e infraestrutura para reabertura, no total de 09 salas e 16 turmas, o retorno deverá seguir de forma gradual, obedecendo os anos finais como prioritários ao regresso. A infraestrutura tecnológica da escola precisa de investimentos, principalmente no que tange aos serviços de conexão local. Como consta no questionário respondido, o serviço atende somente ao básico do administrativo da escola. Em face desta avaliação, a escola fica impedida de ofertar com qualidade aulas a distância online. Neste sentido, a escola deverá observar a disponibilidade dos pais, com vistas ao atendimento imediato como alternativa de flexibilização do ensino remoto, visando mitigar os efeitos da crise na educação, causada pelo covid-19.

Em relação a capacidade financeira operacional das escolas durante a pandemia a resposta ao questionário foi positiva, conforme demonstração.

15- A escola possui capacidade (financeira, administrativa, logística, etc) de adotar e manter as medidas de segurança necessárias ao combate ao v...amento social e reforço nos hábitos de higiene?
3 respostas

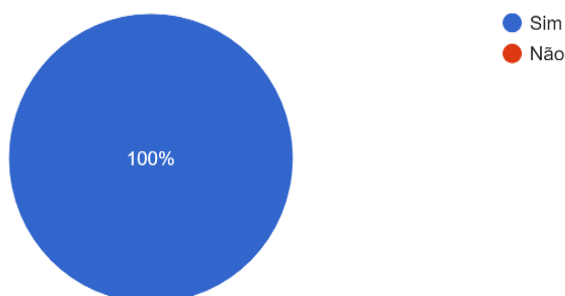
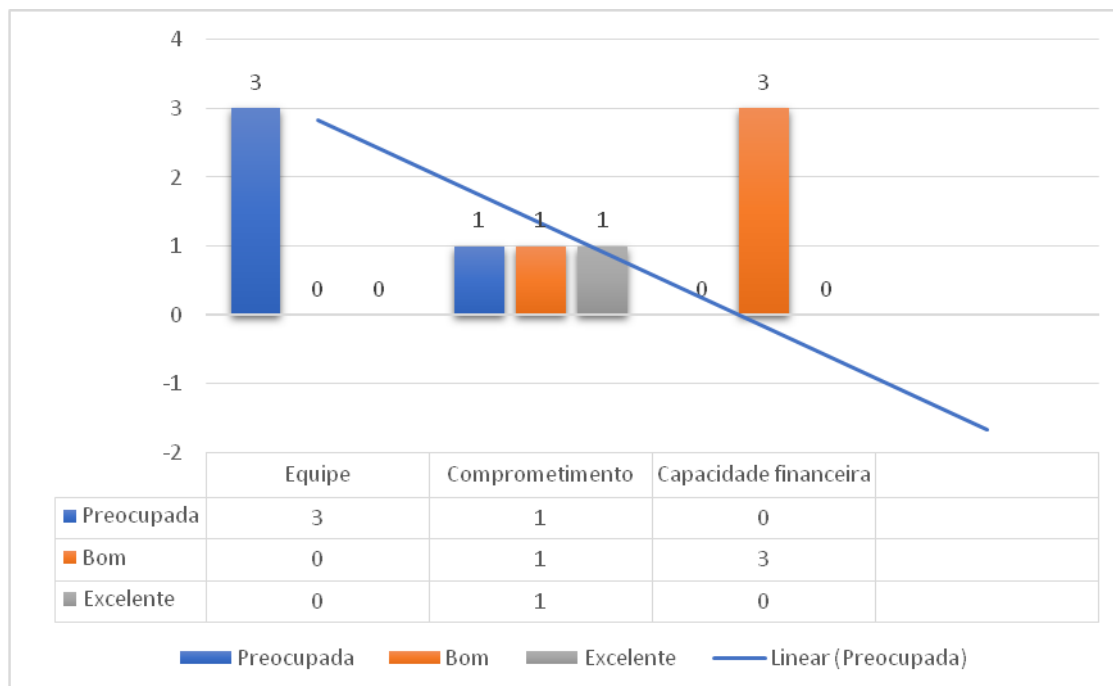
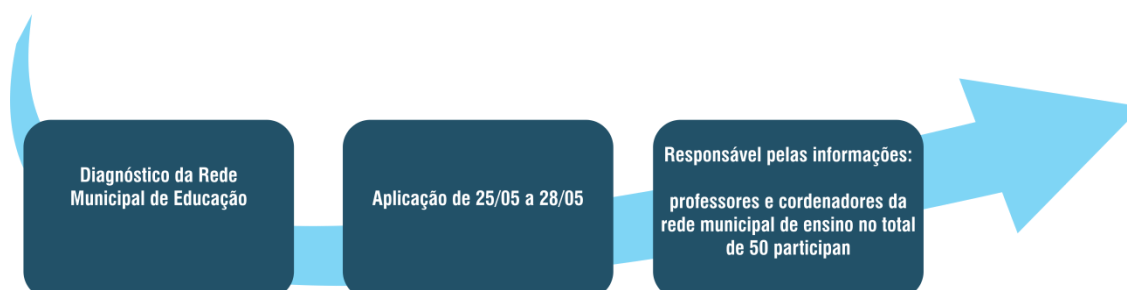


Gráfico 01 - A Preparação da escola na Visão das Gestoras Escolares no Retorno das Aulas



Em um contexto de retorno das aulas, as gestoras escolares avaliaram a preocupação com a equipe de professores. Em função desse cenário inédito, será fundamental a ampla cooperação entre a equipe. Além disso, a efetividade dos esforços dependerá de quem está na escola; assim, além de protocolos claros e de sólida estrutura de apoio, cabe a SEMED buscar o engajamento de professores e gestores escolares, bem como lhes conferir importante grau de autonomia na tomada de decisões.

10. Aplicação do Questionário com Professores e Coordenadores da Rede Pública Municipal de Conceição do Tocantins



PERFIL DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS



Estudos sobre os efeitos psicológicos de períodos de quarentena durante epidemias apontam que o estresse gerado pelo distanciamento social é bastante significativo e pode gerar impactos emocionais aos profissionais da educação e aos alunos.¹⁹ Tais impactos estão diretamente associados a fatores como a longa duração do isolamento, o medo de infecção, as incertezas quanto aos recursos financeiros, a falta de informação adequada e, até mesmo, o convívio prolongado em um ambiente doméstico tóxico, por vezes, de violência e abuso²⁰

Destaca-se, ainda, que tais efeitos psicológicos costumam impactar os alunos, os professores e os gestores escolares de forma diferente, a depender do contexto e das situações vividas durante o momento de isolamento social²¹. Dessa forma, é de se esperar que a saúde mental dos alunos e dos profissionais da educação esteja bastante afetada no momento de volta às aulas, ainda que em diferentes formas e graus.

Neste sentido, compreender o perfil dos professores e coordenadores pedagógicos é de fundamental importância para o fornecimento de informações, tanto para aferir a qualidade do ensino, quanto para identificar eventuais ajustes necessários que a situação atual de pandemia impõe na educação. Estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), aponta que são necessários novos conhecimentos e comprometimento por parte

¹⁹ Brooks et al. (2020), Hanandita e Tampubolon (2014).

²⁰ Na província de Hubei, na China, por exemplo, os casos de violência doméstica mais do que triplicaram durante o período de isolamento (Lee, 2020). No Brasil, também há uma preocupação constante em relação ao aumento do número de casos de violência doméstica, que afeta sobretudo, as mulheres e as crianças, gerando diversas consequências psicológicas, muitas vezes, graves. Além disso, a subnotificação dos casos permanecerá sendo um problema, ainda que o governo brasileiro esteja tomando medidas como a criação de novos canais de denúncia, aplicativos e oferecendo abrigo às vítimas para que fiquem longe de casa (Veja, 2020).

²¹ O número de professores afastados por problemas de saúde mental, no Brasil, já era bastante elevado antes da pandemia. Os efeitos psicológicos do período de isolamento social podem aprofundar esse quadro. Gibbs et al. (2019), Tatter (2018), Le Brocque et al. (2017), Alisic et al. (2012).

desses profissionais para que estejam aptos a enfrentar as contradições diárias que lhes são apresentadas.

A análise teve como base os professores e coordenadores pedagógicos das quatro escolas municipais, envolvendo a educação infantil e ensino fundamental I. No total foram 46 respostas, sendo que a análise se desenvolveu pelos tópicos:

- I. Identificação do servidor municipal da educação
- II. Identificação do domicílio
- III. Perfil do servidor
- IV. Análise das condições de infraestrutura educacional do município
- V. Situação econômica familiar
- VI. Qual a situação de saúde na família

I- Identificação do Servidor Municipal da Educação (Questionário 02- Questões de 01 a 09)

O estudo demonstrou que 50% desses profissionais estão na faixa etária, entre 30 a 40 anos. Observa-se que 19,6% relataram estar entre 41 e 50 anos, enquanto 17,4% estão na faixa etária de 21 a 29 anos. 10,9% entre 51 a 60 e 2,2% estão acima de 60 anos de idade.

No que diz respeito ao tempo que trabalham na área de educação 28,3% informaram trabalhar entre 3 a 5 anos. 23,9% disseram entre 6 a 10 anos. 17,4% informaram mais de 20 anos. 13% relataram entre 11 e 15 anos. 10,9% trabalham na educação entre 1 e 2 anos. 4,3 disseram trabalhar entre 16 e 20 anos e 1% menos de um ano.

A idade do professor da educação básica pode indicar algumas características de seu perfil profissional. Polena e Gouveia (2013) encontraram em seu estudo do perfil do professor (de 2007 a 2011) que a faixa etária que prevalecente é de 30 a 49 anos, com tendência de aumento, o que, segundo as autoras, sugere um envelhecimento dos profissionais docentes. Esses achados coadunam com os estudos de Souza e Gouveia (2011), que também identificaram um envelhecimento dos profissionais.

Em seus estudos, em 1997, a população de professores com mais de 56 anos era de 1,4%, enquanto que em 2007 esse grupo representava 5,2%. Além disso, a quantidade de profissionais com mais de 41 anos representava 32% em 1997, passando para quase 50% em 2007. Souza (2013, p. 70) concorda com esse argumento quando afirma que

os docentes são uma população envelhecida, com uma entrada de jovens na profissão docente em menor proporção ao crescimento da oferta de postos de trabalho, sugerindo que os professores estão levando mais tempo para se aposentar e/ou estão retornando, após o jubileamento, ao trabalho.

Souza e Gouveia (2011) especulam que a faixa etária dos professores pode estar associada à maior experiência profissional, se se considerar que permanecem mais tempo na carreira, têm maior amadurecimento em suas ações pedagógicas e no enfrentamento de desafios.

Os autores mostram que em 1997 (dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb), 14,6% dos docentes tinham mais de 21 anos de trabalho, percentual que, em 2007, representava mais de 25%; e em 1997 os profissionais com menos de cinco anos de carreira representavam 27,6%, enquanto que em 2007 totalizavam 17,1%. A faixa etária do professor pode ser relacionada, também, com a postura que o professor assume em relação ao uso de novas tecnologias.

Professores mais jovens, a princípio, por terem maior familiaridade na utilização desses recursos, teriam maior facilidade em assimilá-las em sua prática docente. Professores mais antigos, por outro lado, mais acostumados às práticas tradicionais de ensino, podem mostrar uma postura mais passiva diante do uso de ferramentas tecnológicas, demandando maior esforço de capacitação na assimilação do uso de tais tecnologias no processo de mediação de ensino-aprendizagem (CANTINI et al., 2006).

Inversamente, professores mais novos têm menos experiência em lecionar que professores mais antigos. O Relatório da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (*Talis – Teaching and Learning International Survey*) de 2013 aponta que

Os professores brasileiros têm, em média, 14 anos de experiência como docente e os professores da rede federal tendem a ter mais experiência docente que seus pares das redes municipais, estaduais e privada. Observa-se que a experiência docente está relacionada com a idade média dos professores, já que a rede privada concentra os professores mais jovens, enquanto a rede federal, os mais velhos. De fato, quase 30% da rede privada é composta por professores em início de carreira (até cinco anos de experiência), enquanto a rede federal tem quase um terço de seus docentes com mais de 20 anos de experiência (BRASIL. INEP, 2014).

Gráfico 02 - Contagem - Faixa Etária x Tempo de Exercício área da Educação

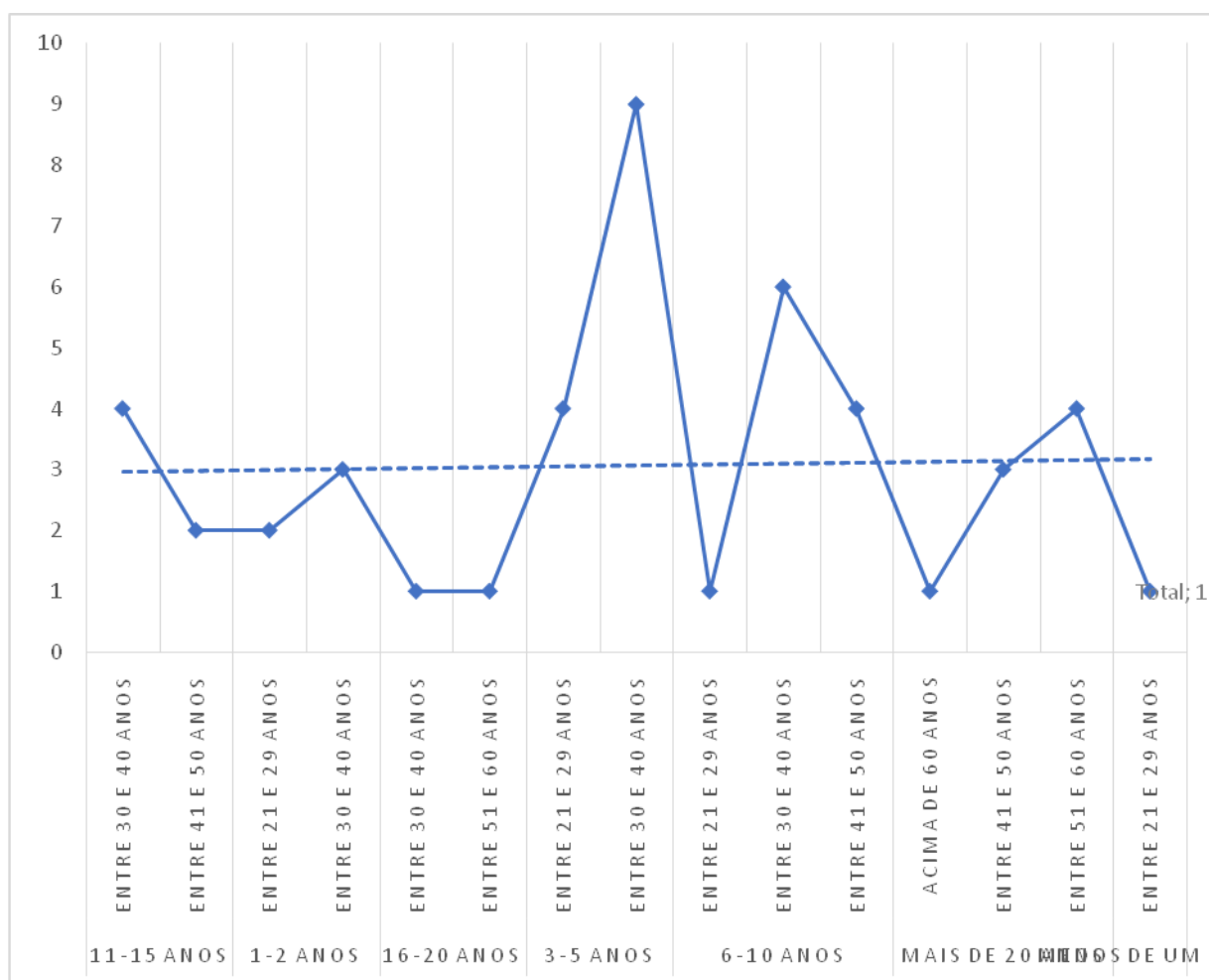


Gráfico 02 Faixa Etária x tempo de Exercício na Educação

De acordo com o estudo, a tendência dos profissionais da educação do município é permanecer atuando na área educacional, conforme informações de faixa etária onde 50% afirmaram ter entre 30 a 40 anos, sendo um dado positivo ao município por considerar maior amadurecimento em suas ações pedagógicas e no enfrentamento de desafios.

Outro fator positivo a essa situação pandêmica é a associação ativa ao uso da tecnologia na educação como ferramenta de trabalho. O estudo aponta que profissionais nesta faixa etária têm maior facilidade em assimilar o uso da tecnologia em sua prática docente.

11. Grau de Escolaridade

Têm sido cada vez maiores as pressões para uma mudança no perfil de formação do docente, o que pode ser percebido tanto pelas exigências legais estabelecidas, quanto por propostas de redesenho da carreira docente, ao associarem remuneração com melhor formação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) estabeleceu como requisito mínimo para o professor atuante na educação básica a qualificação “[...] em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena [...] admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal” (BRASIL, 1996).

Mais recente, o Plano Nacional da Educação – PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014) estabeleceu, em sua Meta 15, que “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (BRASIL, 2014)

O gráfico a seguir apresenta o quadro de profissionais da educação por nível de escolaridade (questionário 02 - questões 03, 04 e 05). A formação em nível superior é a mais frequente 60,9%, pós-graduado 34,8% e 4,3% ainda não concluíram o ensino superior. É importante salientar que o quadro de profissionais da educação do município atende à necessidade exigida pela PNE (Lei nº 13.005).

Gráfico 03 – Distribuição do cargo Ocupacional por Escola

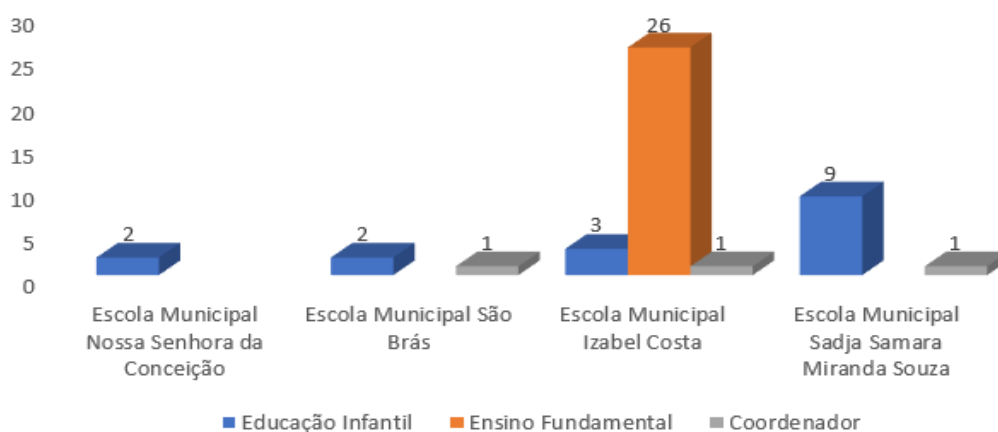
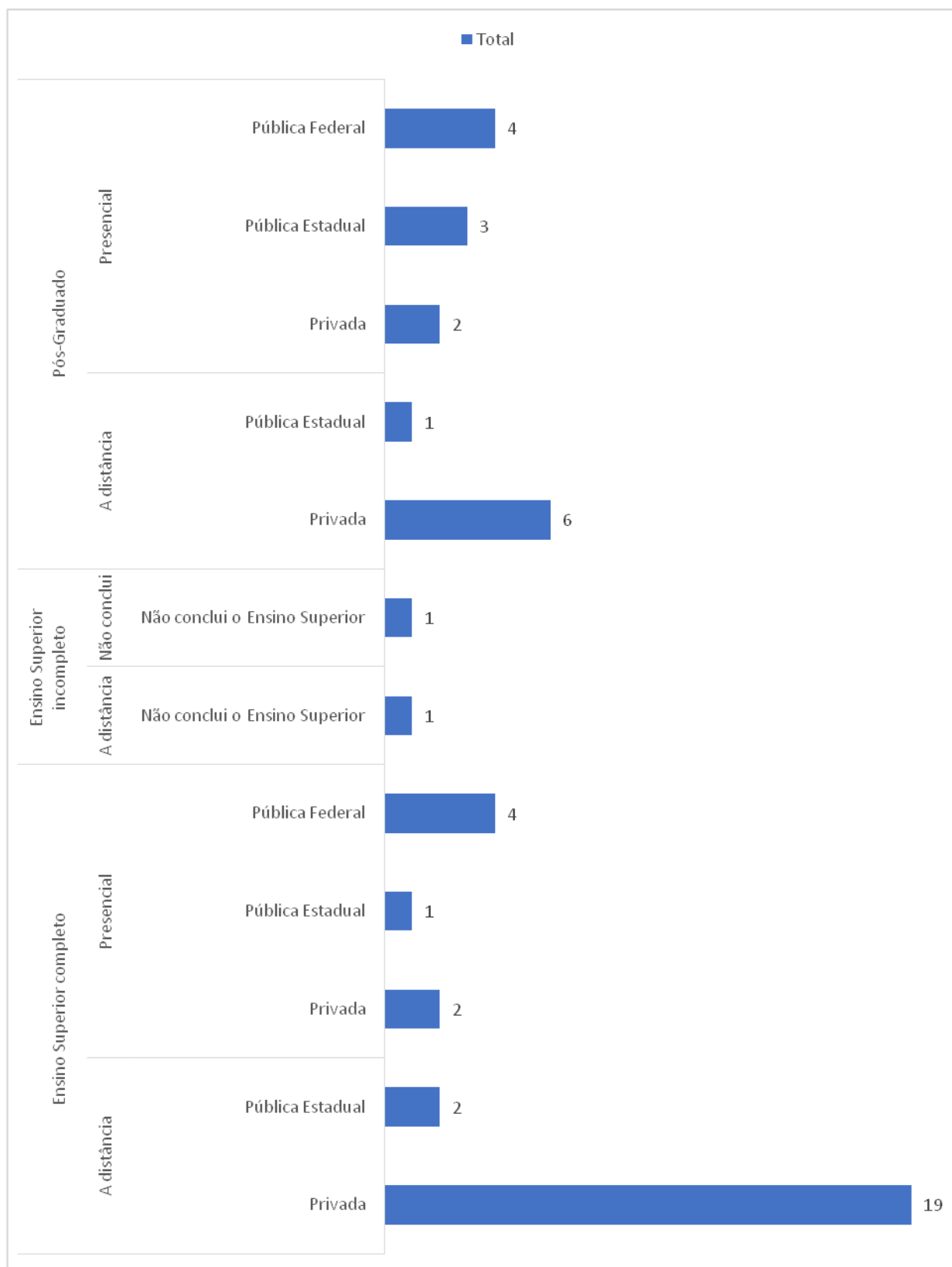


Gráfico 04 – Grau de Escolaridade



II - Identificação do Domicílio (Questões 10 a 11)

A distribuição dos professores e coordenadores por localização (urbana/rural/endereço) encontra-se localizada na questão 10 a 10.1. Onde a grande maioria 93,5% informaram residir na zona urbana enquanto 6,5% encontra-se na zona rural.

III - Perfil do servidor (Questões 12 a 27)

Num contexto complexo como o atual vivido pela pandemia, a escola e os docentes são convocados a lidar com novas formas de transmissão de conhecimentos e novos conteúdos, ao mesmo tempo em que se sujeitam às demandas tradicionais de socialização de conhecimentos e valores padronizados.

É um cenário que coloca em xeque alguns conceitos tradicionais que se consideravam básicos na construção da identidade docente e exige da escola uma nova postura em relação à sociedade. São mudanças que afetam diretamente o professor e que exigem, também deles, uma nova postura de atuação na intermediação do processo de ensino aprendizagem.

Neste sentido é preciso considerar, que certas características pessoais dos professores e coordenadores podem afetar de formas diferentes as relações que eles estabelecem nas escolas e seu desempenho profissional: estilos diferentes de se conectar com os alunos; capacidade de motivação; experiência que têm na profissão; similaridade cultural; nível socioeconômico, dentre outros.

Além disso, avaliações do contexto de trabalho do professor podem revelar aspectos importantes sobre suas condições de trabalho em termos de esforço a que estão submetidos. São necessárias novas práticas escolares, mas a formação dos docentes e a estruturação das escolas adaptam-se a um ritmo mais lento que o necessário.

Considerando os dados apresentados no questionário 02 nas questões de 12 a 15, observa-se, esses profissionais da educação participativos de atividades de desenvolvimento profissional, com resultados descritos como, impacto moderado em 43,5%, grande impacto em 37%, pequeno impacto em 6,5% e 2,2% afirmou não ter tido nenhum impacto em suas atividades profissionais. Além disso 10,9% afirma não ter participado e não haver interesse em participar de atividades de desenvolvimento profissional.

Nas questões 16 a 18, percebe-se esses profissionais atuantes em discursões nos processos de melhorias de ensino e a aprendizagem dos alunos. Enquanto na implementação de novos projetos para educação, 65,2% disseram ser muito atuantes e 19,6% às vezes atuantes,

10,9% pouco atuantes e 4,3% afirmam não participar de projetos de implementação na educação escolar.

Questionados a avaliar sobre a capacidade e habilidade de adequação e implementação de tecnologias digitais como ferramenta de trabalho, nas questões 19, 20 e 23. Observa-se que a média de 38,2% avaliou como regular e 2,2% se julgou ruim. Isso implica afirmar baseados nas respostas que 40,4% terão algum tipo de resistência ao uso de tecnologias digitais como ferramenta de trabalho.

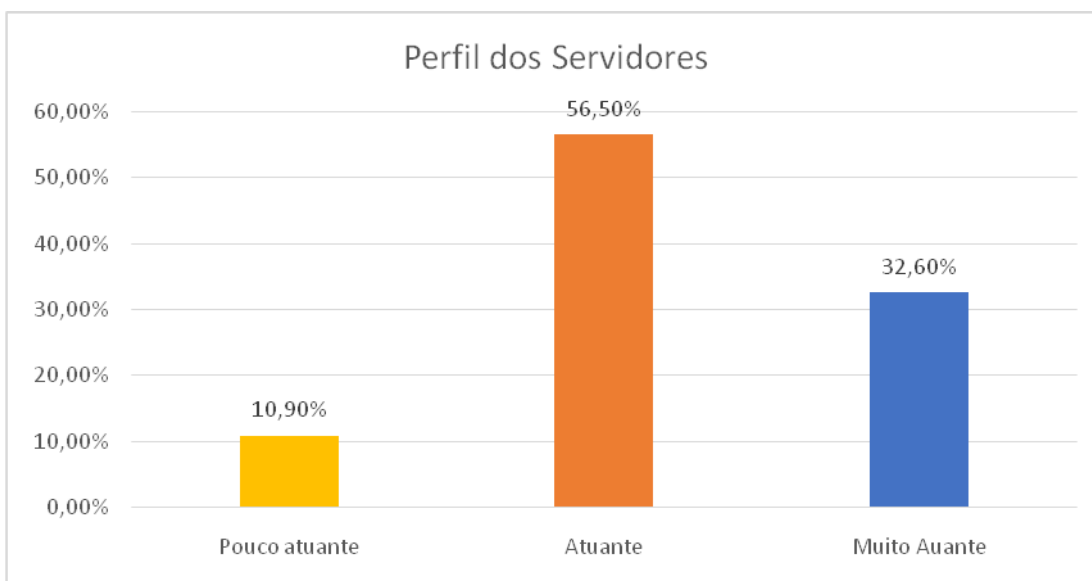
Convém destacar ainda que na questão 23 foram 78,3% que afirmaram ter acesso ou habilidade em trabalhar conteúdos através do *WhatsApp*, podendo ser essa uma possibilidade de recurso inicial didático pedagógico, trazendo aos mesmos 40,4% a percepção de aproveitar os ambientes virtuais para ajudar na construção do ensino aprendizagem a distância.

Neste sentido, a representatividade que a formação continuada apresenta, quanto ao bom desempenho do professor diante deste complexo cenário de atuação profissional de ensino-aprendizagem, considerando as demandas nas exigências tecnológicas para vencer as barreiras do distanciamento social e o desafio do engajamento, do contato com os alunos.

Essa circunstância provoca a necessidade de muito investimento na formação profissional, ao mesmo tempo que exige uma preparação psicológica para o desafio de lidar com sentimentos de inquietação, ansiedade, estresse e desmotivação, podendo ocorrer em virtude do desgaste da pandemia do covid-19. Assim, é imprescindível conhecer o perfil do professor como fundamento para o planejamento e o monitoramento das atividades escolares, que serão ofertadas durante o período de pandemia.

Pode-se então, identificar que entre os perfis dos professores e coordenadores pedagógicos da rede pública municipal de Conceição do Tocantins a existência de 40,4% com algum tipo de resistência ao uso de tecnologias digitais como ferramenta de trabalho, e 10,9% que segundo os dados do questionário representado no gráfico abaixo, representa parte da equipe desmotivada e pouco atuante no desenvolvimento das atividades escolares.

Gráfico 05 - Perfil dos Servidores



Cabe a secretaria de educação e aos gestores escolares promoverem diálogos para que de algum modo, ofereçam elementos para a compreensão desses profissionais pouco atuantes na expectativa de fortalecer a qualidade no ensino e a valorização na atuação desses profissionais, sendo esse um aspecto importante quando se considera as novas exigências no escopo da educação, em que muitas vezes é necessária a mobilização de novas competências no quadro docente.

IV - Análise das condições de Infraestrutura Educacional do Município (Questões 29 a 31)

Nota-se, de acordo com as respostas das questões 29 a 31, uma preocupação por parte dos professores e coordenadores pedagógicos, com a capacidade de infraestrutura tecnológica e física das escolas com vistas a oferta do ensino escolar diante dessa situação de pandemia.

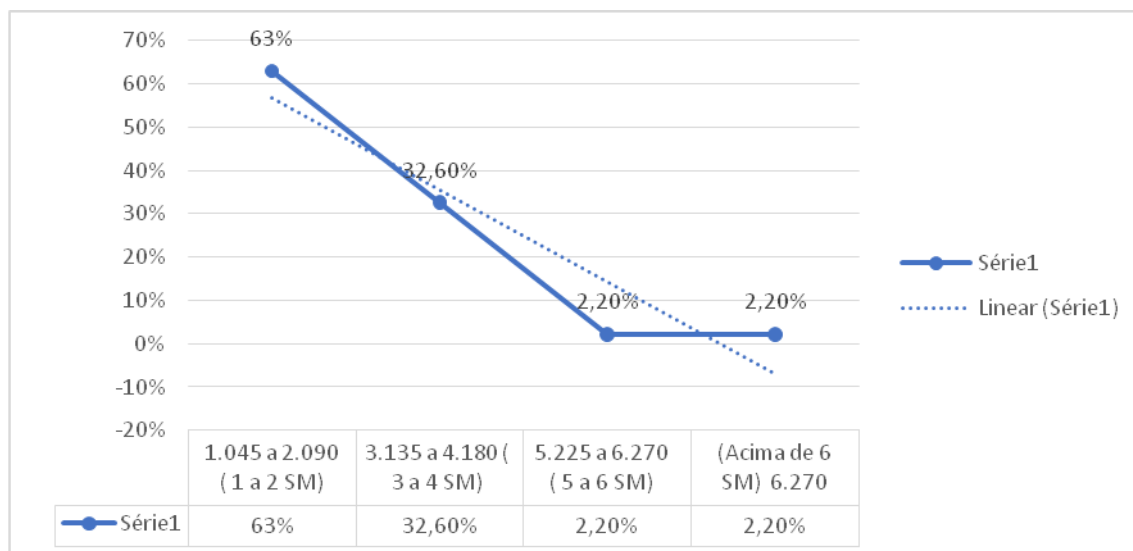
Os custos decorrentes de modificações na infraestrutura das escolas, ou aquisição de equipamentos podem não ser suficientes, levando em consideração a limitação de acesso tecnológico dos serviços de internet no município, além dessa oferta atender somente parte de alunos da zona urbana. O que segundo os registros do questionário torna inviável essa possibilidade de atendimento remoto com uso de tecnologias online a distância.

V- Situação Econômica Familiar (Questões 32 a 39)

O objetivo deste estudo é apresentar a situação econômica do grupo familiar de professores e coordenadores da educação básica no município de Conceição do Tocantins em termos de

condições de vida e remuneração, sendo relevantes neste momento para a compreensão do que ocorre na vida pessoal e familiar desses profissionais.

Gráfico 06 – Composição da Renda familiar



Em geral, existe um nível sensivelmente melhor de inserção de professores e coordenadores nas classes per capita²² familiar classificadas pelo IBGE superiores de renda afluenta²³ per capita domiciliar; 32,6% afirmaram que a soma do grupo familiar corresponde a 3 ou 4 salários mínimos (SM); 2, 2% disseram que a renda familiar está entre 5 a 6 SM e outros 2,2% responderam acima de 6 SM.

Porém 63% afirmam que a renda do grupo familiar é composta de 1 a 2 SM. Levando em consideração que 52,2% responderam que a composição da renda é composta por 2 pessoas, e 43,5% disseram que a renda é composta por somente 1 pessoa da família, neste sentido é possível afirmar que somente esse profissional é responsável pela renda total do grupo familiar. Além disso,

²² O rendimento mensal domiciliar per capita é resultado da soma do rendimento habitual do trabalho e o efetivo de outras fontes de cada membro do domicílio, dividido pelo número de componentes da unidade domiciliar. Exclusive aqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico

²³ É preciso destacar, em termos de renda per capita familiar, que: • rendas inferiores a 0,24 salário mínimo (SM) representam as famílias com elevado grau de pobreza; • rendas inferiores a 0,49 SM e superiores a 0,25 SM representam as famílias com um relativo grau de pobreza; • rendas inferiores a 1,5 SM e superiores a 0,5 SM representam as famílias com uma situação financeira regular no Brasil rendas inferiores a 2,9 SM e superiores a 1,5 SM incluem as famílias com remuneração mais estável; e • rendas superiores a 3 SM representam as famílias com uma situação financeira mais afluenta no Brasil

30,4% afirmam receber algum auxílio ou benefício do governo, sendo esse benefício, parte da composição da renda familiar.

Importante destacar que o piso salarial dos profissionais da rede pública da educação básica, foi reajustado em 12,84% para 2020, passando de R\$ 2.557,74 para R\$ 2.886,24 com jornada de 40 horas semanais ou 200 horas mensais. No caso de carga horária de 30 horas semanais ou 150 horas mensais, o valor do piso fica estabelecido em R\$ 2.164,61. Por fim, na jornada de 20 horas semanais ou 100 horas mensais o valor do piso é de R\$ 1.443,07.

É importante ressaltar ainda que 56,5% cumpre carga horária de 30 horas semanais, 28,3% trabalham 40 horas semanais e 15,2% desenvolvem suas atividades em 20 horas semanais.

Tabela 03 – Média de Salários por Carga horária

Profissionais da Educação Básica	Carga Horária	Valor da Remuneração
15,2% - (7 pessoas)	20 Horas	R\$ 1.443,07
56,5% - (26 pessoas)	30 Horas	R\$ 2.164,61
28,3%- (13 pessoas)	40 Horas	R\$ 2.886,24

Um dado que chama atenção é a quantidade de profissionais com vínculos empregatícios através de contratos temporários 78,3%, um total de 36 pessoas. Enquanto 15,2%, ou seja 7 pessoas, correspondem ao quadro efetivo da rede pública municipal de ensino. A grande quantidade de vínculos temporários, com ligeira tendência de crescimento, demonstra, na verdade, uma preocupação que pode ocasionar insegurança por parte dos profissionais da educação, levando em consideração a crise na educação em razão da pandemia.

O momento atual reclama que profissionais competentes, tanto em termo de título como em prática sejam convidados a contribuir teórica, prática e eticamente nos espaços educacionais. Entretanto, tal quadro assinala, a necessidade de o profissional do ensino sentir-se seguro com relação a garantia de permanência no trabalho e instrumentado a desenvolver a suas práxis em conformidade com as exigências sociais mais amplas, ou seja, é preciso que esteja apto a acionar um ensino que corresponda à formação do educando, de modo que esteja compatível com os avanços que se descortinam nas múltiplas atuações sociais e tecnológicas exigidas.

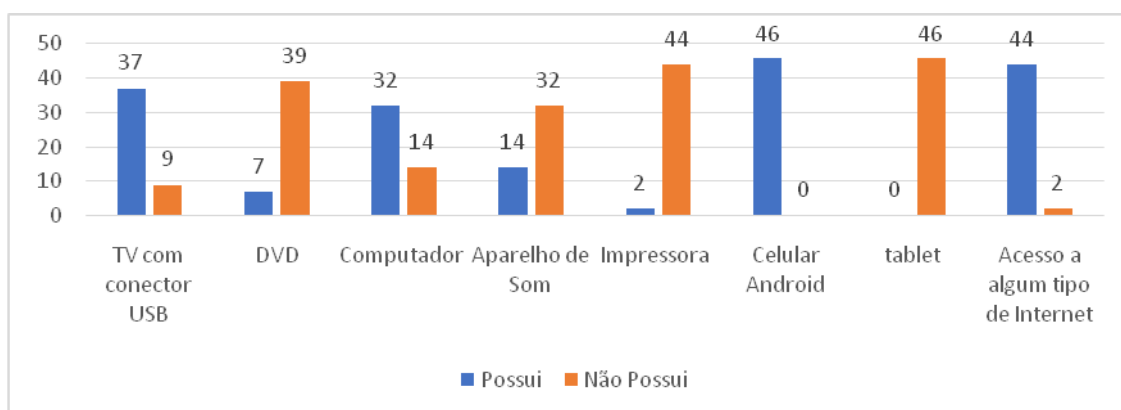
Isso requer, certamente, que o educador esteja atento, aberto e participe de todas e a quaisquer oportunidades que o levem a ascender tanto no plano pessoal, profissional, cognitivo, quanto humano de sua atuação.

E em especial tratamento à docência, a formação continuada, ao constituir-se polo para uma dinâmica social de formação contínua, se faz apelo para que os conhecimentos sejam

compartilhados, contribuindo significativamente para a melhoria na qualidade da prática educativa, sendo, em dado momento, compreendida como uma atividade não-facultativa ao docente engajar, mas de primordial relevância, visto a avalanche de mudanças e transformações pelas quais passam o mundo atual.

Convém destacar ainda a relação de bens dos profissionais da educação da rede pública municipal, informados no questionário e detalhados a seguir:

Gráfico 07- Descrição de Bens e Acesso de Serviços de Internet



VI- Situação de Saúde na Família

Diante da repercussão mundial do quadro da covid-19 e do atual quadro que a população brasileira se encontra, surge dúvida acerca das condições de trabalho dos funcionários portadores de doenças crônicas como diabetes, hipertensão, asma e indivíduos acima de 60 anos ou em situação de gravidez, considerados pelo Ministério da Saúde mais propensos a ter complicações do Covid-19.

Para os trabalhadores que fazem parte dos grupos de risco, conforme definição do Ministério da Saúde, é recomendado estabelecer escalas de horários para o cumprimento da jornada de

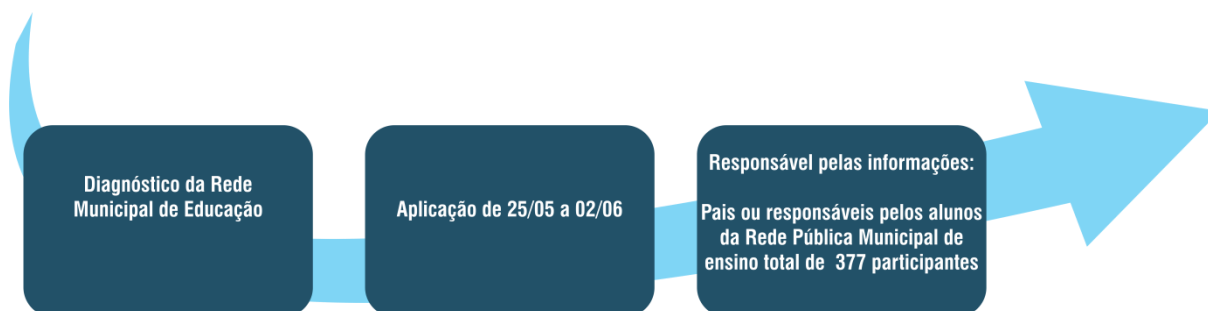
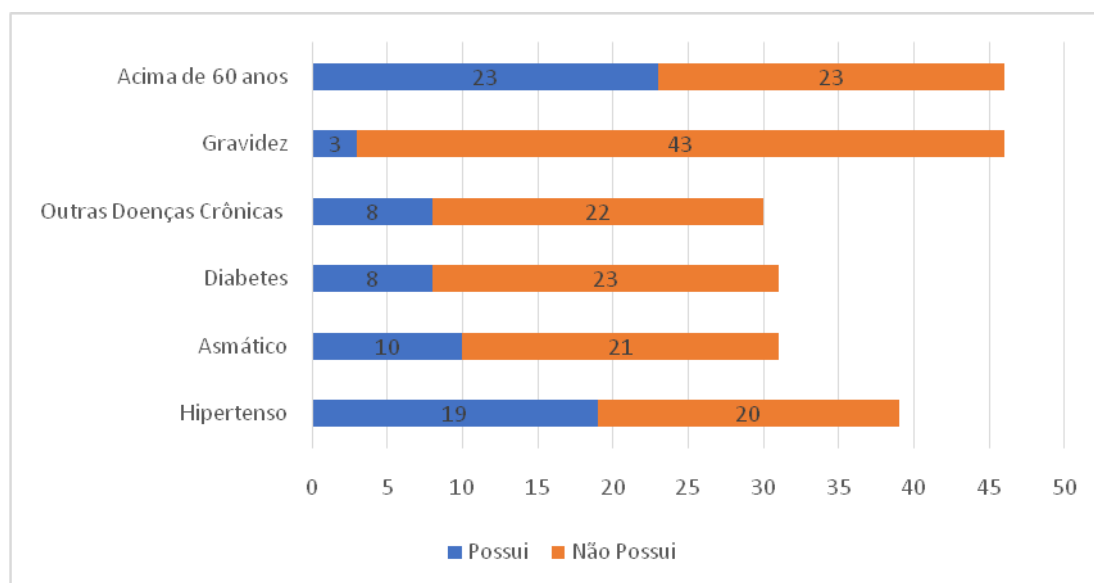
trabalho bem como determinar as atividades home office para funções administrativas que não exijam a permanência na unidade setorial e para servidores:

I acima de 60 (sessenta) anos;

II - Com diagnóstico de comorbidade e de enfermidades que se enquadrem no grupo de risco, conforme estabelecido no Ministério da Saúde, mediante laudos comprobatórios das patologias;

Deverá ser igualmente assegurado o trabalho remoto para os casos suspeitos de contaminação, visando à prevenção da transmissibilidade do coronavírus;

Gráfico 08- Classificação de Risco dos Profissionais da Educação



PERFIL DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS PELOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS



As reflexões apresentadas são resultado da observação e análise do Questionário 03, socioeconômico e Demográfico da Rede Municipal de Educação do Município de Conceição do Tocantins, aplicado aos pais ou responsáveis pelos alunos, matriculados no ensino básico municipal.

Busca-se, com base na aplicação deste questionário 3, traçar um perfil panorâmico e socioeconômico do grupo familiar, com expectativas de propor a partir dessas evidências, condições de ensino e dos procedimentos didáticos pedagógicos para o replanejamento do calendário escolar 2020, em meio ao contexto de pandemia do covid-19.

Esse panorama sobre as questões que descreve o perfil socioeconômico dos pais ou responsáveis pelos alunos, retrata ainda a posição dos alunos nos diversos estratos da hierarquia social. A escola pode fazer uso deste panorama quando desejar compreender o desempenho dos alunos ao evidenciar um dos principais condicionantes dos processos de ensino e de aprendizagem que é o contexto familiar em que esse indivíduo está inserido.

Para tanto, essa formulação requer a definição do conceito de indicador educacional²⁴ em virtude da relação entre o desempenho escolar e o perfil social, econômico. Como referência foi utilizado o Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas – (INSE), que contextualiza as medidas de aprendizado do aluno por meio de um agregado de fatores que incluem o número de bens domésticos que este possui em sua residência, a renda mensal, a contratação de serviços pela família e o nível de escolaridade dos pais.

De acordo com Januzzi (2001, p. 15), um indicador "é uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas)". Desta maneira, o indicador estabelece a ligação entre a teoria social ou a política pública adotada, de um lado, e o fenômeno social empiricamente estudado ou monitorado, de outro, ao mensurar e dar sentido às dimensões ou aspectos enfocados desse fenômeno.

Tratando especificamente da medida de nível socioeconômico, de acordo com Alves e Soares (2009), a despeito do volume de estudos existentes sobre estratificação e mobilidade social, ainda não há consenso pleno sobre quais dimensões da realidade social devem integrar esse indicador, porém, a importância atribuída à ocupação é destacada em vários estudos.

Por esta razão, os autores afirmam que as medidas de nível socioeconômico, na maioria dos países, são feitas agregando medidas de três dimensões, quais sejam a ocupação, a educação e a renda dos indivíduos.

Neste sentido, para o levantamento de evidência de validade dos resultados do questionário 3, foram comparados a outros indicadores relacionados ao nível socioeconômico por meio de correlações a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE, que contempla três indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM); Longevidade, Educação e Renda. O IDHM Renda de

²⁴ Os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola

2010 é medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. Assim, os indicadores utilizados para esta análise foram o INSI, o IDHM Longevidade, Educação e Renda, tendo a secretaria municipal um panorama situacional da situação econômica de pais dos alunos matriculados na rede pública municipal de ensino.

Desta forma, será possível conhecer, de forma matizada, a comunidade escolar²⁵ composta por pais e responsáveis e, conseqüentemente, a relação entre o desempenho escolar e o perfil social, econômico e assim planejar quais intervenções serão mais apropriadas para em meio a pandemia do covid-19 ofertar o atendimento escolar focado no ensino aprendizagem dos alunos e na contextualização local do grupo familiar.

Como descrito na tabela abaixo em referência ao Indicador INSI calculado no ano de 2015, os alunos do Colégio Isabel Costa foram classificados no grupo 02. Destaca-se como base na NOTA_TECNICA_INEP_INSE_2015²⁶ que essa classificação está no nível baixo, tendo em vista que os níveis de escala, criados a partir da análise de cluster²⁷ por método hierárquico, criados seis grupos, de forma que o Grupo 1 congrega as escolas com INSE médio mais baixo e o Grupo 6, com mais alto.

12. Tabela 04 - Referências de Indicadores INSI – ano 2015

Quantidade de Alunos com INSE calculado utilizado para o cálculo das médias por escola	Média do Indicador de Nível Socioeconômico dos alunos da escola	Classificação do Indicador de Nível Socioeconômico por Grupos
84 alunos Escola Isabel Costa	41,65	Grupo 02 - Nível II – (20;40): Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão, uma geladeira, um ou dois telefones celulares, um banheiro e até dois quartos para dormir. Não possui máquina de lavar roupa ou computador entre seus bens. A renda familiar mensal é de até 1 salário mínimo; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) sabem ler e escrever tendo ingressado no ensino fundamental, completando ou não o 5º ano de estudo.

Fonte Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) Tabela Insi – 2015

A questão que se impõe analisar diante deste contexto está correlacionada ao questionário 03, nas questões 16 a 20, descritos como análise socioeconômica do grupo familiar. Neste sentido,

²⁵ A comunidade escolar é formada por professores e profissionais que atuam na escola, por alunos matriculados que frequentam as aulas regularmente e por pais e/ou responsáveis dos alunos.

²⁶ http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2015/nivel_socioeconomico/NOTA_TECNICA_INEP_INSE_2015.pdf

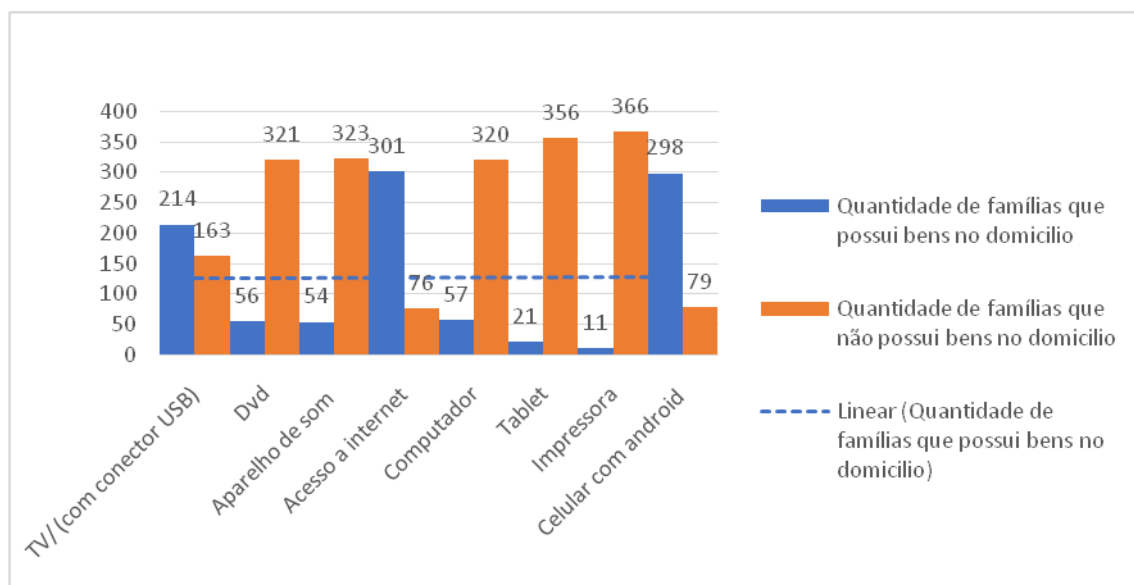
²⁷ Técnica estatística usada para classificar elementos em grupos

implica saber a quantidade de bens, e se possui ou não acesso a serviços de internet, visando uma possível intervenção na modalidade de ensino aprendizagem por meio remoto com auxílio desses itens. No total 377 famílias de alunos, informaram possuir ou não bens e serviços de acesso conforme descrição da tabela abaixo.

13. Tabela 05 - Composição de bens por número de famílias

Descrição	Questão	Quantidade de famílias que possuem bens no domicílio	Quantidade de famílias que não possuem bens no domicílio
Nível de rendimento da família	TV/ (com conector USB)	214	163
	Dvd	56	321
	Aparelho de som	54	323
	Acesso a internet	301	76
	Computador	57	320
	Tablet	21	356
	Impressora	11	366
	Celular com android	298	79

Gráfico 09 - Descrição de Bens por Grupo Familiar



Nota-se com base nos dados do INSI 2015 e conforme descrição da Tabela 05 e detalhamento do Gráfico 09, que o número de bens e o acesso aos serviços de internet informado pelo grupo familiar, ainda é considerado baixo. Demonstra ainda ser insuficiente para o atendimento

educacional remoto de forma igualitária²⁸, tendo a necessidade de a gestão escolar adotar outras ferramentas para complementar o ensino remoto, caso seja necessário adotar essa modalidade de ensino.

Outro dado que chama atenção é o IDHM do município, que se situa baixo por apresentar 0,592 em 2010. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,739, seguida de Renda, com índice de 0,588, e de Educação, com índice de 0,478.

14. Tabela 06- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Conceição do Tocantins – TO

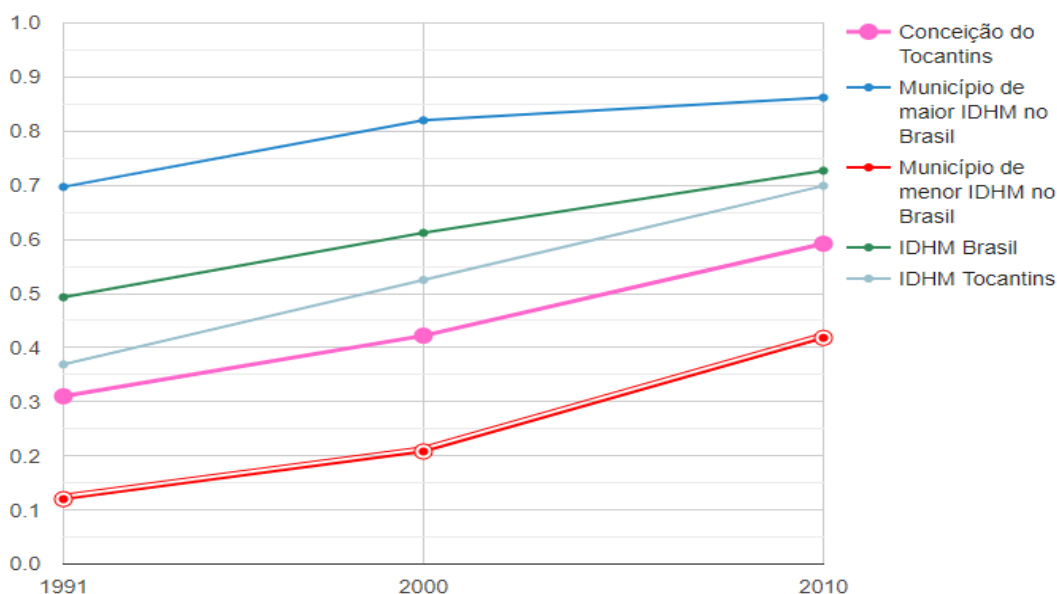
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,112	0,219	0,478
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	8,61	17,69	34,58
% de 5 a 6 anos na escola	40,22	46,23	87,19
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	10,26	26,98	79,66
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	0,47	8,93	38,76
% de 18 a 20 anos com médio completo	-	15,53	18,90
IDHM Longevidade	0,593	0,660	0,739
Esperança de vida ao nascer	60,56	64,57	69,32
IDHM Renda	0,447	0,520	0,588
Renda per capita	129,39	203,47	310,96

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Observa-se que no período entre 2000 e 2010, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,259), seguida por Longevidade e pela Renda.

²⁸ O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 estabelece que direitos sociais, englobam “os direitos à educação, à saúde, à alimentação, o trabalho, à moradia, o transporte, o lazer, à segurança, à previdência social, à proteção, à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados”. De acordo com o princípio da igualdade adotado pela Constituição Federal de 1988, “todos os cidadãos têm o direito de tratamento idêntico pela lei, em consonância com os critérios albergados pelo ordenamento jurídico” (MORAES, 2017, p. 36).

Gráfico 11 - Evolução do IDHM – Conceição do Tocantins



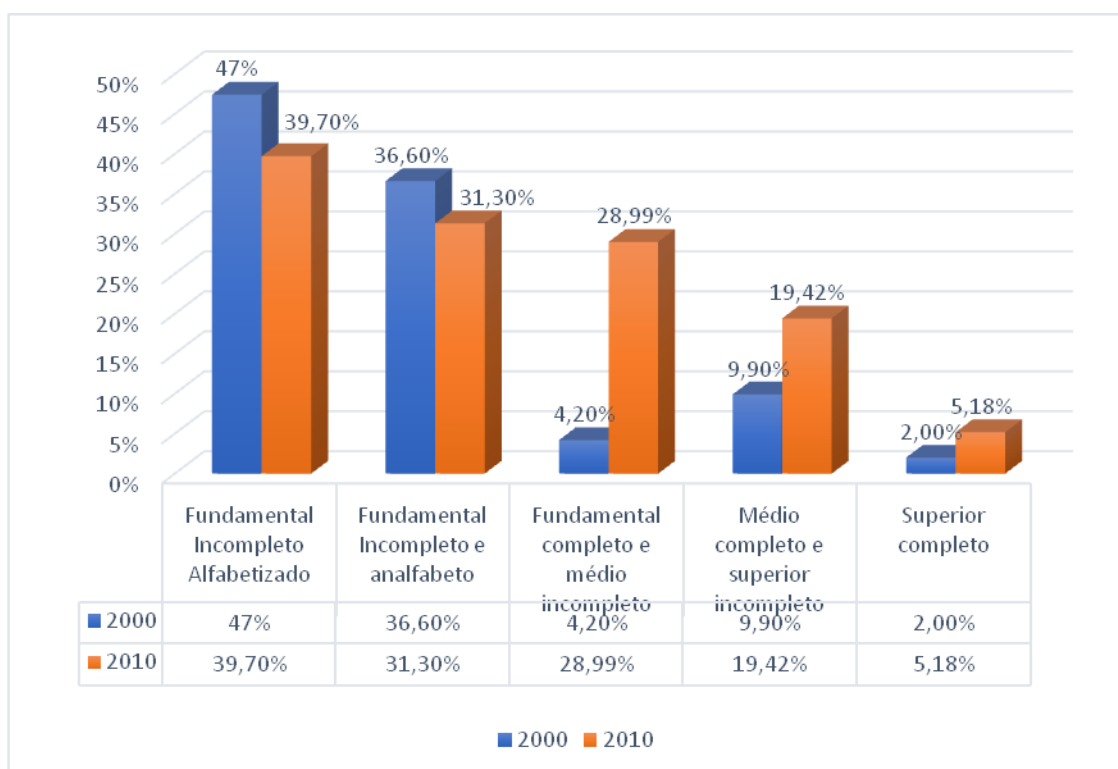
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

a) IDHM Educação

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade.

Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 17,69% para 34,58%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 31,30% eram analfabetos, 28,99% tinham o ensino fundamental completo, 19,42% possuíam o ensino médio completo e 5,18%, o superior completo.

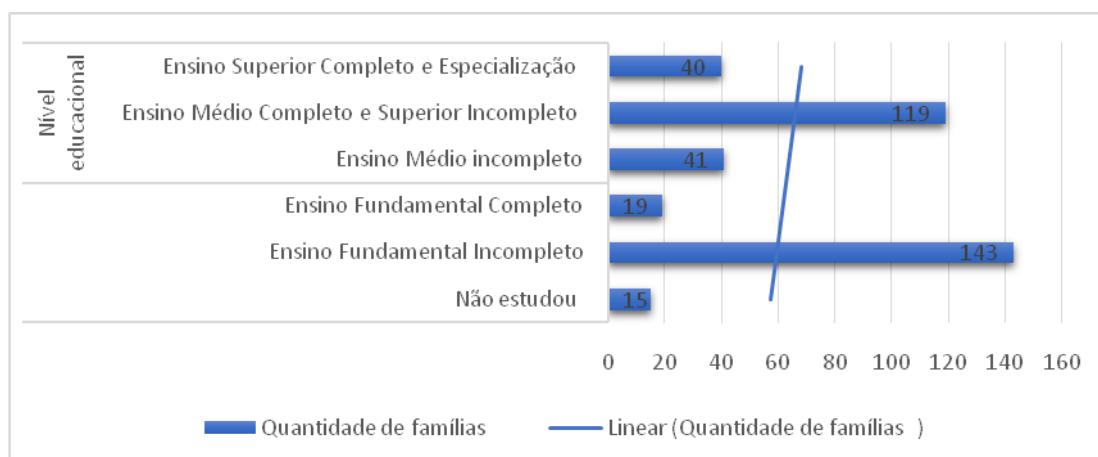
Gráfico 12 - Escolarização da População de 25 anos ou mais 2000 a 2010



Dados extraídos do PNUD, Ipea e FJP

Tendo por referências os dados do IDHM Educação do município, nota-se com base na questão 3 do questionário que esse número permanece crescente, embora seja preciso indexar que o nível educacional do grupo familiar em análise ainda é baixo, levando em consideração que 218 famílias apresentam não ter concluído o ensino médio completo, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 13 - Nível Educacional por Quantidade de Famílias



Outro fator importante a considerar como preocupante para a gestão escolar, no sentido do estudo na modalidade remota, é a condução dada as famílias, tendo em vista que nesta modalidade de ensino a família torna-se mais atuante. Neste caso são necessárias uma orientação e uma atenção maiores dos profissionais da educação em detrimento as 218 famílias, que apresentaram nível escolar baixo.

Tanto a escola quanto a família, são imprescindíveis ao indivíduo, quanto mais forte a parceria entre elas, os resultados serão mais eficazes no desenvolvimento do ser humano, essa parceria deve ser constante quando uma complementa a outra.

Uma análise do IBGE das condições de vida da população brasileira levou em consideração filhos entre 25 e 65 anos de idade e tem como base dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2014. Segundo o relatório, apesar do processo de expansão educacional vivenciado pelo Brasil a partir da década de 1980, permanecem as desigualdades de oportunidades educacionais quando se trata de alcançar o ensino superior.

O intuito principal da pesquisa não é exatamente investigar a evolução do nível de instrução das gerações, mas investigar se pessoas de origens diferentes, como um filho com um pai que possui apenas o ensino fundamental e outro filho que tem um pai com diploma de ensino superior possuem as mesmas chances de alcançar o ensino superior, se há igualdade de oportunidades.

A conclusão dessa análise indica que a escolaridade dos pais é decisiva para garantir o diploma dos filhos: 69% dos filhos cujos pais concluíram o ensino superior seguiram o mesmo caminho. Na outra ponta, entre pais que nunca foram à escola, a chance de um brasileiro alcançar um diploma universitário é de apenas 4,6%. Na medida em que cresce a escolaridade dos pais, aumenta a chance de o brasileiro alcançar um nível educacional mais elevado. Filhos de pais que não conseguiram terminar o ensino fundamental dificilmente conseguirão alcançar um diploma universitário, segundo o estudo.

b) IDHM Longevidade

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 90,80% para 70,55% e a taxa de envelhecimento, de 4,87% para 7,39%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 87,52% e 3,33%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

Tabela 06 - Estrutura Etária da População de Conceição do Tocantins

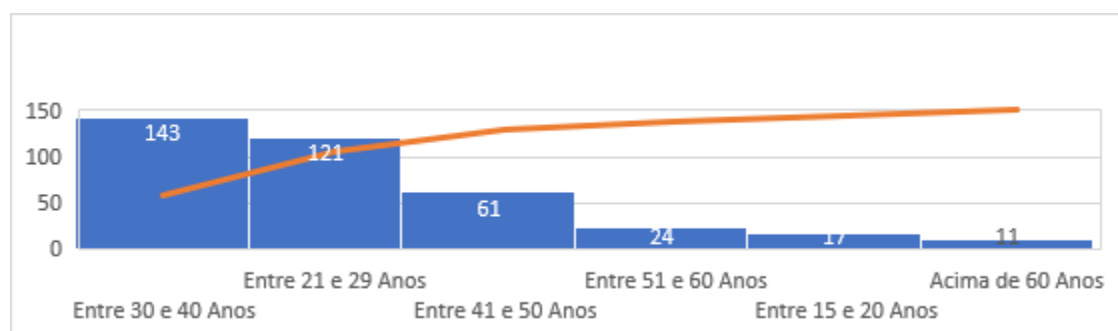
Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	2.298	43,34	1.870	42,72	1.421	33,98
15 a 64 anos	2.827	53,32	2.294	52,41	2.452	58,63
População de 65 anos ou mais	177	3,34	213	4,87	309	7,39
Razão de dependência	87,52	-	90,80	-	70,55	-
Taxa de envelhecimento	3,33	-	4,87	-	7,39	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

No que diz respeito a idade do grupo familiar, observa-se que a grande maioria está na faixa etária entre 30 e 40 anos, seguindo de 21 e 29 anos, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Pode-se então incluir como um fator positivo, levando em consideração a faixa etária de 60 anos classificados pelo Ministério da Saúde, como mais suscetíveis às complicações do covid-19 por causa de alterações no sistema imunológico naturais da idade.

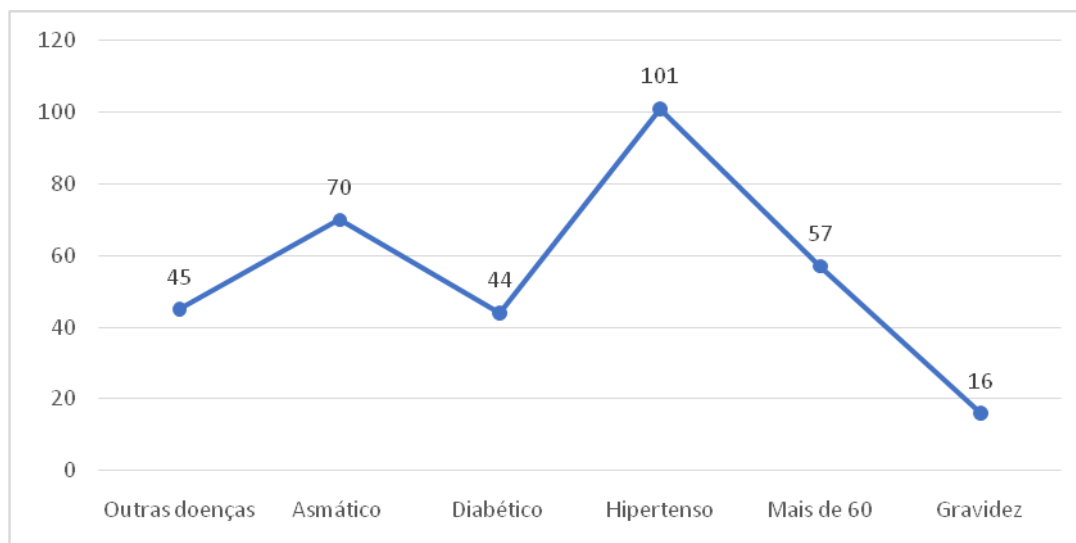
Gráfico 14 - Grupo Familiar por Faixa Etária

Etária



É preciso observar ainda, que além da faixa etária de 60 anos, pessoas com doenças crônicas estão em maior risco por causa do comprometimento da resposta imune, segundo o Ministério da Saúde o grupo que compõe esse quadro de risco estão os hipertensos, diabéticos, asmáticos, mulheres grávidas, de um modo geral os imunossuprimidos. Pode-se classificar de acordo com as questões 21 a 23 do questionário, que a quantidade de famílias, apresentadas a seguir fazem parte do grupo de risco.

Gráfico 15- Classificação de Risco Segundo Recomendações do Ministério da Saúde por Grupo Familiar



c) IDHM Renda

A renda per capita média de Conceição do Tocantins cresceu 140,33% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 129,39, em 1991, para R\$ 203,47, em 2000, e para R\$ 310,96, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,72%.

A taxa média anual de crescimento foi de 5,16%, entre 1991 e 2000, e 4,33%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 75,74%, em 1991, para 61,84%, em 2000, e para 33,53%, em 2010.

A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,50, em 1991, para 0,59, em 2000, e para 0,55, em 2010.

Tabela 07 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Conceição do Tocantins

	1991	2000	2010
Renda per capita	129,39	203,47	310,96
% de extremamente pobres	41,98	36,72	17,94
% de pobres	75,74	61,84	33,53
Índice de Gini	0,50	0,59	0,55

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Em 2018, o salário médio mensal era de 1.5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 7.4%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47.1% da população nessas condições, o que o colocava o município na posição 46 de 139 dentre as cidades do estado e na posição 1869 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Conforme descrito nas questões 13 a 14 esse rendimento prevalece no grupo familiar 48,3% informaram a renda por família menos de 1 salário mínimo e 73,2% disseram que somente 1 pessoa do grupo familiar trabalha, enquanto 65,5% afirmaram receber algum auxílio do governo.

Tabela 08- Composição de Renda Familiar

Composição de Renda Familiar	Quantidade de Famílias	Quantidade pessoas que trabalham por grupo familiar	Quantidade pessoas que trabalham recebem auxílio do Governo
Menos de 1 Salário Mínimo	182	1- Pessoa = 276	247 Pessoas
De 1 a 2 Salários Mínimos	136	2- Pessoas = 96	130 Não recebe
De 3 a 4 Salários Mínimos	26	3 - Pessoas = 7	
De 5 a 6 Salários Mínimos	6	4- Pessoas = 2	
Acima de 6 Salários Mínimos	4	5 - Pessoas = 0	
Não sabe	23		

15. Vulnerabilidade Social

Há que se levar em consideração a quantidade de famílias que informaram estarem desempregadas, 32,1% sendo que 44,1% tem entre 5 ou mais pessoas no grupo familiar e 13,5% tem 6 ou mais filhos.

Tabela 09 - Vulnerabilidade Social - Município - Conceição do Tocantins – TO

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	61,06	45,19	28,70
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	91,00	64,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	40,95	13,77	2,06
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	22,35	17,68
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,00	3,50	2,38
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	28,19	9,71
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	10,91	17,36	32,18
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,89	4,58	3,44
% de crianças extremamente pobres	49,08	52,21	24,88
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	91,19	79,59	64,24
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	74,62	60,78
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	11,24	28,44	64,42

É certo que com a pandemia do covid-19, agravou a situação socioeconômica do país, sendo ainda uma ameaça à segurança alimentar. Isso torna-se um agravante maior com o fechamento das escolas, tendo em vista que muitos pais contavam com a refeição escolar como subsídio no orçamento familiar. Convém destacar que 316 pessoas estão cadastradas no programa bolsa família, o que corresponde a 61% do total de alunos matriculados na rede pública municipal.

Segundo um mapeamento feito pelo programa alimentar mundial da ONU, hoje existem mais de 368 milhões de crianças que não estão recebendo alimentação escolar por conta da pandemia da covid-19. Nesse número total, 90 milhões estão na Índia e 40 milhões no Brasil, pelo levantamento da ONU. É um número considerável no Brasil, se comparado aos Estados Unidos e a própria China que tem população maior que a do Brasil, a China tem 38 milhões de crianças hoje sem receber alimentação escolar, e os Estados Unidos 30 milhões.

O fechamento de escolas nos EUA devido à pandemia de poliomielite, em 1916, implicou diminuição da escolaridade de jovens, segundo estudo dos pesquisadores Keith Meyers e Melissa Thomasson a diminuição da escolaridade de jovens, segundo estudo dos pesquisadores Keith Meyers e Melissa Thomasson. Ainda nos EUA, a interrupção das aulas em decorrência de invernos mais rigorosos (1995-2005) piorou o aprendizado das crianças, conforme apontam Dave Marcotte e Steven Helmut.

Esses resultados indicam que, além de apresentar elevados custos individuais, a crise atual poderá afetar de forma significativa a produtividade da força de trabalho no futuro. Embora seja prematuro apontar o impacto dessa medida sobre o aprendizado das crianças, há pouca discordância de que os seus efeitos serão negativos. Algumas evidências podem ser levantadas observando pesquisas conduzidas em situações similares.

Salienta-se ainda a evasão escolar como uma situação a ser considerada com tendências a aumentar, podendo estar relacionados às condições financeiras, no entanto suas formas de interpretação não permitem chegar a uma definição precisa de “evasão e abandono escolar”, uma vez que esta requer uma compreensão das relações entre os motivos de ingresso e a trajetória dos permanentes, dos desistentes e egressos desse público.

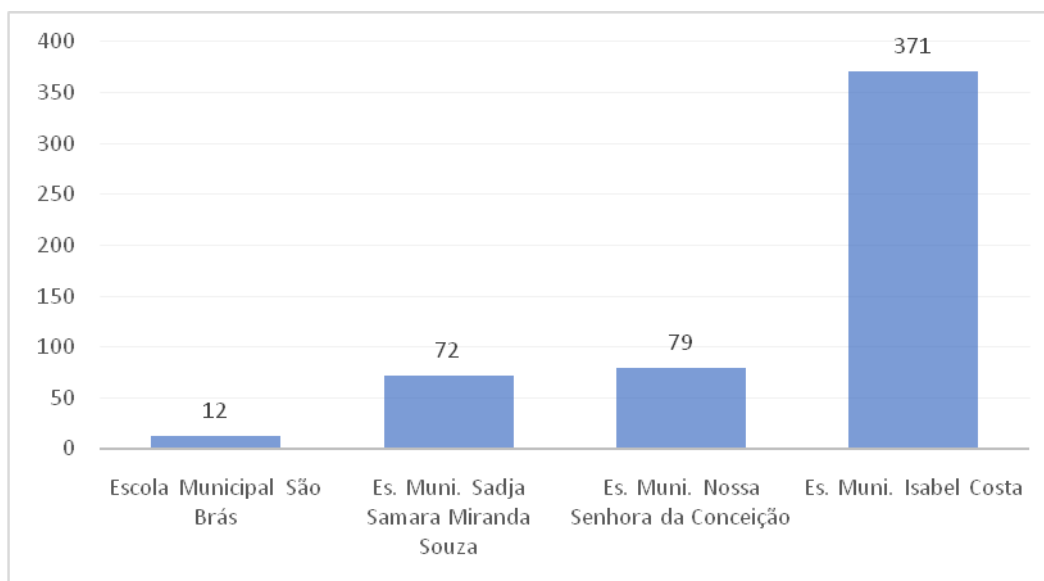
Fatores emocionais também podem impactar alunos e professores durante o período de isolamento social: a própria duração da quarentena, a perda de um familiar, o receio de contágio, a diminuição da renda doméstica e a ocorrência de violência ou maus-tratos. Da mesma forma que crianças emocionalmente afetadas dificilmente mantêm uma rotina adequada de estudos, professores podem não conseguir transmitir o conteúdo, especialmente em uma situação tão inusitada.

Embora não seja possível extrapolar todos os resultados, causado pela pandemia do covid-19, sabe-se que os impactos emocionais, econômicos e financeiros serão imensos. É razoável esperar que os mais de 60 dias de fechamento das escolas já efetivados possam levar a uma perda mais de seis meses de aprendizado.

Tabela 09 – Dados Escolares

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	97,9 %	
	IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]	5,3
	Matrículas no ensino fundamental e Educação Infantil - 2020	Matriculas 520 alunos
	Número de estabelecimentos de ensino	4 escolas 03 Zona Urbana 01 Zona Rural

Gráfico 16- Quantidade de alunos Matriculados por Escola



16. Perfil Panorâmico Socioeconômico do Grupo Familiar

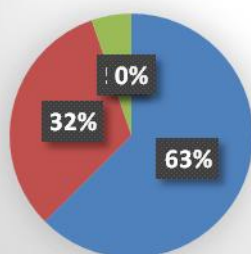


377 Pessoas no Total entre Homens e Mulheres, faixa etária predominante entre 30 e 40 anos;

Renda
48,3% Menos de 1 Salário mínimo

% Dos que recebem benefício do governo 65,5%

Composição do Grupo Familiar por Trabalho



- População economicamente ativa ocupada
- População economicamente ativa desocupada
- População economicamente inativa

58% Não concluiu o Ensino Médio e 42% Conclui o ensino Médio
44,1% tem o grupo familiar composto por 5 ou mais pessoas;
50,4% São Casados ou vivem em união estável;
70% Possui Casa Própria
16,2% Mora de Aluguel
12,5% Reside em casa emprestada
0,9% Outros tipos de moradia
Zona Urbana 301 Zona Rural 76

17. Participação dos Pais na Tomada de Decisão

Segundo a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 13.257/2016), as escolas têm a obrigação de se articularem com as famílias e os pais, o direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais. A legislação vincula, dessa forma, não só a obrigatoriedade estatal e social, mas também invoca a família como núcleo

primeiro na formação do cidadão e, como tal, indispensável e insubstituível na missão determinada nas prerrogativas da Carta Magna do País.

Partindo do princípio de que pais e professores compartilham a responsabilidade do processo educativo das crianças, as questões 10 a 12 do questionário, abrem espaço para que os pais expressem suas opiniões e amplie as discussões acerca deste processo de tomada de decisão de reabertura das escolas em meio a pandemia do Covid-19. Assim, importa não só analisar a situação socioeconômica dos pais, como tratado aqui nos textos anteriores, mas também compreender as limitações do compartilhamento de responsabilidades no processo de ensino-aprendizagem neste novo cenário de pandemia.

Essa articulação amplia as possibilidades de as crianças serem assistidas em suas necessidades educativas, usufruindo da proteção necessária à sua condição de infante, cidadão com direitos e deveres garantidos constitucionalmente, sendo necessário assegurar a participação da família.

Contudo é um processo novo que requer uma participação mais efetiva dos pais no processo educacional, um ponto importante a levar em consideração é que ninguém está preparado para equilibrar o acompanhamento das atividades escolares ao mesmo tempo que precisam lidar com tarefas e preocupações do trabalho e de casa.

De acordo com a questão 11 (linha a), 95% dos pais consideram manter um bom relacionamento com os filhos, enquanto 5% classificaram como ruim. Compreende-se que a participação ativa dos pais na vida pessoal dos filhos constitui uma base fundamental para a educação de qualidade. Na (linha b) 10,9% avaliaram a disciplina dos filhos como regular e 1,3% como péssimo. É preciso salientar que a disciplina na rotina de estudo é um dos pontos mais importantes do estudo em casa.

Outro ponto a ser levado em consideração é que embora os dados anteriores demonstrem que 58% dos pais não concluíram o ensino médio, 77,7% julgaram-se aptos a passar conteúdos aos filhos com auxílio do professor, sendo que 77,5% consideram o material impresso como uma modalidade para orientações técnicas e pedagógicas.

Outros 75,3% disseram ter habilidade e acesso por meio do *WhatsApp* como ferramenta digital para trabalhar conteúdos, usando pedagogicamente, com perspectiva da aprendizagem escolar. Há que se considerar, que a conversão de aulas presenciais para remotas em razão da pandemia do coronavírus é um processo que vai além da escolha de recursos digitais de aprendizagem.

Mesmo para quem já está habituado a usar esses recursos no dia a dia, a situação atual demanda novos e diferentes esforços, em se tratando do ensino aprendizagem na educação básica pode se exigir mais criatividade na preparação das aulas, bem como disposição de tempo por parte

dos pais. Neste sentido, consta informar que 91,2% afirma dispor de tempo para auxiliar os professores com os conteúdos.

Embora, atualmente a possibilidade de retorno das aulas devem seguir protocolos de distanciamento social, seguindo as recomendações de organismos de saúde ao contágio do covid-19, é preciso destacar que 32,1% não concordam em retornar as aulas, mesmo seguindo os protocolos. Além disso, outra forma de ensino a ser adotada seria aulas remotas com a utilização de ferramentas e recursos tecnológicos como apoio nesse processo, porém 15,1% afirmam não concordar em contabilizar as aulas remotas como sendo letivas.

Nota-se que as opiniões divergem diante da solicitação de contribuição ao processo de construção na tomada de decisão de reabertura das escolas. Percebe-se uma divisão entre o retorno e o fechamento, alguns acham que deveria cancelar o ano letivo, outros que retornariam de forma presencial seguindo os protocolos. Paralelo a isso observa-se que há uma grande preocupação com o impacto no aprendizado dos filhos.

Contudo conclui-se que os pais aguardam um posicionamento efetivo da Semed, em relação ao retorno das atividades escolares, independentemente de serem presencial ou remota, demonstraram segundo os dados, contribuir com a decisão da gestão, evidenciado pelas informações de disponibilidade de tempo, disposição em passar conteúdo com o auxílio de professores e de uma forma democrática com os 84,9% dos pais que concordam em contabilizar as aulas como letivas.

18. Análise das Evidências Para a Tomada de Decisão Resultado da Etapa 01

Fundamentos	Resposta	Evidência
1-Estrutura física logística e tecnológica das escolas municipais	1- O acesso aos serviços de internet, nas escolas urbanas é considerado regular; 2- Os recursos tecnológicos para produção de videoaulas são insuficientes, em todas as escolas; 3- As escolas não possuem computadores disponíveis para uso dos professores; 4- A escola rural não possui acesso à internet e nem computador, porém dispõe de infraestrutura adequada para o atendimento presencial; 5- A escola Isabel Costa, não possui infraestrutura adequada no atual prédio, para o atendimento presencial; (estão aguardando inauguração do novo prédio) 6- As escolas Sadjá Miranda e Nossa Senhora, possui infraestrutura para o atendimento presencial; 7- Os ônibus escolares precisam ser reforçados com maior segurança; (todas as escolas precisam de adaptação para o atendimento, seja na modalidade presencial ou semipresencial de equipamentos de proteção individual, além de outros necessários a segurança e prevenção do covid-19)	Questionário semiestruturado, e aplicado aos diretores escolares;

2- Capacidade técnica	1- Organizar formação para professores da rede na temática de: tecnologias digitais; socioemocionais; planejamento; processo e monitoramento de atividades remotas; 2- Oferecer apoio psicológico aos servidores educacionais, no período de pandemia do covid-19; 3- Providenciar infraestrutura e suporte técnico para preparação de aulas remotas; 4- Reforçar segurança no trabalho com equipamentos de proteção individual, além de outros necessários a segurança e prevenção do covid-19; 5- Organizar trabalho remoto ou por revezamento, tendo em vista que 23 pessoas disseram ter alguém em casa ou possuir alguma comorbidade classificada no grupo de risco pelo ministério da saúde.	Questionário semiestruturado, e aplicado aos professores e coordenadores escolares;
3-Processo de formação do aluno	1- Nível de Escolaridade dos Pais: 58% dos pais não tem preparação (segundo o nível educacional informado) para repassar atividades educacionais com auxílio do professor; 2- Quantidade de filhos: 22,5% tem 5 ou mais filhos; 3- Classificação de Risco: 101 pessoas informaram ter alguma comorbidade; 4- Acesso: 301 pessoas têm acesso a internet; (grande parte é pacote de dados); 5- Bens: 298 pessoas possuem celular com androide; 214 pessoas possuem TV com conector USB; Participação dos Pais 6- 77,7% julgam-se aptos a passar conteúdos aos filhos com auxílio do professor; 7- 77,5% consideram o material impresso como uma modalidade para orientações técnicas e pedagógicas; 8- 75,3% disseram ter habilidade e acesso por meio do WhatsApp; 9- 91,2% afirma dispor de tempo para auxiliar os professores com os conteúdos; 10- 84,9% concordam em contabilizar as aulas como letivas; 11- 67,9% Concordam em retomar as aulas presenciais obedecendo as medidas de proteção e prevenção do covid-19.	Questionário semiestruturado, e aplicado aos pais e responsáveis pelos alunos.

19. Etapa 02



A decisão do processo de reabertura das escolas do Município de Conceição do Tocantins, levou em consideração o processo de análise com base nas evidências descritas no quadro acima, seguido das referências adotadas pelos organismos de educação para o período de pandemia do covid-19 descritas na Medida Provisória Nº 934/2020 publicada no dia 02 de abril pelo Governo Federal; no Parecer Nº 5 do Conselho Nacional de Educação, publicado no dia 30 de abril; na Resolução Nº 105 CEE/TO, publicado no dia 08 de abril e ainda em observação ao que diz o Projeto de Lei n. 2949/2020 que tramita na Câmara dos Deputados que dispõe sobre Estratégia para o Retorno às Aulas no âmbito do enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19).

A estrutura desenvolvida em conjunto pelo Grupo de Trabalho criado inicialmente para a 1 Etapa dessa tomada de decisão, culminou na entrega dos 03 questionários e na análise das evidências locais cujo resultado está descrito no Item 07.

20. Análise de Risco Epidemiológico do Município de Conceição do Tocantins para o processo de reabertura das escolas

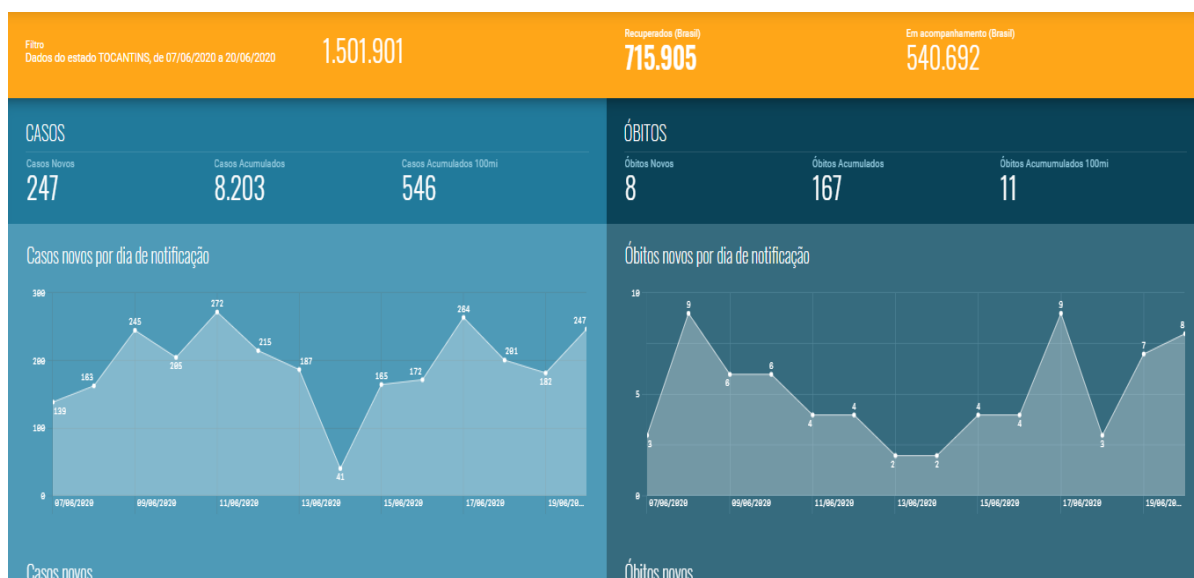
Embora o coronavírus tenha chegado ao Estado do Tocantins em meados de abril, o município ainda não registrou nenhum caso, o que motiva acreditar que a gestão municipal está no

caminho certo na adoção de medidas de prevenção. Considerando esse um dado importante, essa decisão exige um planejamento maior, no sentido de assegurar que os protocolos de saúde serão obedecidos.

O desafio é minimizar os danos mais amplos à saúde, a sociedade e a economia e restaurar o máximo de normalidade possível à vida cotidiana. Há um reconhecimento de que esses danos relacionados a saúde prejudica o impacto na sociedade e na economia, assim como os efeitos sociais e econômicos afetam a saúde física e mental e o bem-estar.

É provável que crianças e jovens sejam os mais afetados, e por mais tempo, pelas consequências não intencionais e outros fatores atribuíveis às ações tomadas para controlar a pandemia. Entende-se que o fechamento das escolas está tendo um impacto negativo em todos os aspectos do progresso e desenvolvimento das crianças, incluindo o bem-estar. As consequências previstas incluem impactos na saúde mental, socialização e apego (principalmente para crianças mais novas).

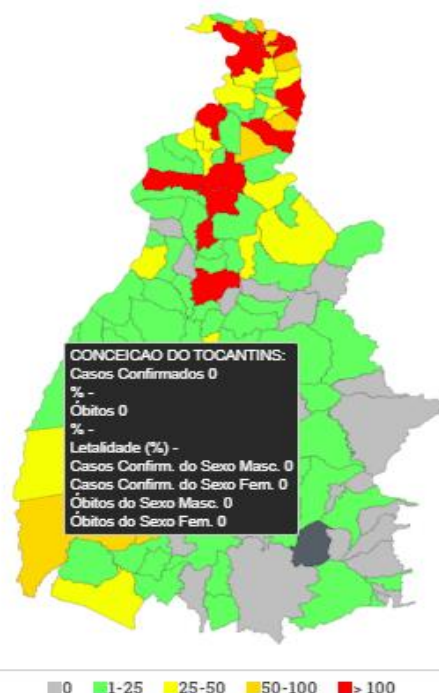
Painel Epidemiológico do Estado do Tocantins



Fonte: Ministério da Saúde

Mapa do Tocantins e a Situação Epidemiológica dos Municípios

Observa-se pelo mapa ao lado que o Município de Conceição segue sem notificações, enquanto os municípios ao oeste Natividade ao Sul Arraias e ao Norte Almas e Dianópolis tem entre 1 e 25 Notificações de casos confirmados.



Fonte: Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde / SES-TO
 Atualizado em: 27 de Junho de 2020, às 12:28

a) O que as evidências nos dizem:

Pesquisas do Centro de Desempenho Econômico da Escola de Economia de Londres sugerem que o fechamento temporário inesperado da escola e o tempo reduzido de instrução reduzirão o desempenho educacional, tanto a curto quanto a longo prazo, e que crianças de contextos desfavorecidos provavelmente serão mais afetadas do que outras.

Uma pesquisa do Instituto de Estudos Fiscais da Inglaterra apoiou essa descoberta, relatando que crianças de contextos mais carentes têm menos acesso a recursos de aprendizado em casa e que seus pais se sentem menos confiantes em apoiá-los. A pesquisa de bem-estar do Parlamento Infantil 'Como você está fazendo' (crianças de 8 a 14 anos) relatou que ficar mais dentro de casa e aprender em casa também afeta a saúde física e mental das crianças.

As evidências científicas sobre o Covid-19 e como ele se comporta em crianças continuam a evoluir. Os cientistas são claros que existem alguns aspectos que não são bem compreendidos, em particular a medida em que o vírus é transmitido por e entre crianças. No entanto, existe um consenso geral de que a gravidade da doença entre as crianças mais jovens em particular é geralmente menor do que entre os adultos.

A modelagem de retorno adotada por outros países seguiu a implementação de medidas para controlar a propagação do covid-19, como aumento da higiene e, quando apropriado, uso de distanciamento físico ou pequenos grupos de crianças, para reduzir o risco geral inerente à reabertura para mais crianças.

b) O Risco Associado às Condições Socioeconômica do Grupo Familiar

Risco é o efeito da incerteza sobre objetivos estabelecidos. É a possibilidade de ocorrência de eventos que afetem a realização ou alcance dos objetivos, combinada com o impacto dessa ocorrência sobre os resultados pretendidos. A cada tomada de decisão, a cada movimento que executamos, ou deixamos de executar, alteramos a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e, por conseguinte, ampliamos ou reduzimos o nível de riscos a que estamos expostos.

O conceito de “sociedade de risco” do sociólogo alemão Ulrich Beck é mais que atual nesse momento de emergência de um novo coronavírus, que vem provocando a pandemia mundial de COVID-19. Nos últimos cinco meses, essa pandemia tirou todo o globo dos eixos, causando algo inédito nas histórias das sociedades contemporâneas que é a instalação de um movimento de distanciamento entre as pessoas voluntário ou imposto por instrumentos institucionais de uma nova ordem social nunca vivenciada pelas gerações desde século.

Assim, considerando as características, a exposição ao risco de contrair a covid-19 é mais intensa nos estratos sociais mais vulneráveis que, por sua vez, potencializam a probabilidade de contrair a doença, pois as situações de perigo se tornam mais amplas e multidimensionais, sobrepondo-se. Nesse sentido, é importante perceber que, sendo a vulnerabilidade uma perspectiva conceitual polissêmica e multidimensional, podemos observar que podemos pensá-la no contexto tanto dos indivíduos como dos territórios em relação à pandemia.

Ao observar a vulnerabilidade no contexto dos indivíduos, é perceptível que as situações de risco se constituem ameaças mais intensas em grupos sociais vulneráveis, tais como: populações envelhecidas, populações com comorbidades e populações de excluídos e de minorias sociais (pobres em geral, moradores de rua, refugiados, quilombolas, indígenas entre outros) (VIEIRA et al., 2020).

Neste sentido o risco tratado aqui parte de considerações com base em indicadores com adoção de medidas a serem tomadas pela Educação tendo a Secretaria de Assistência Social como parceira atuante neste período de pandemia na perspectiva de minimizar os riscos associados a população de crianças e jovens propensos a situação de vulnerabilidade social.



c) Matriz de Riscos em Educação x Proteção de Vulneráveis;

RISCO	INDICADORES	MEDIDAS DE PREVENÇÃO
Insegurança alimentar, especialmente de grupos vulneráveis	Nº de alunos cadastradas no CadÚnico na rede municipal	Disponibilização de kits de alimentação escolar aos alunos mais necessitados, em situação de vulnerabilidade social; Observação da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 9 DE ABRIL DE 2020 Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
Quebra de vínculo com a escola	Proporção de alunos com acesso à internet Escolaridade média dos pais ou responsáveis	Implementação de metodologia de aulas programadas, envolvendo diversos recursos pedagógicos e tecnológicos, incluindo plataformas digitais e aplicativos variados ou Distribuição de material impresso para os alunos;
Dificuldades na realização do ensino-aprendizagem a distância	curso de formação de professores	Prosseguimento das formações continuadas dos professores através de curso on-line
Sobrecarga de demandas professores/pais e alunos	Estresse; ansiedade	Serviços profissionais de psicólogo ou terapeuta;



Em sentido amplo, a tarefa da saúde pública parte da constatação de uma realidade e aponta na direção de obter uma mudança na saúde da população. Nessa missão, a epidemiologia contribui com um enfoque sistemático no qual observar, quantificar, comparar e propor são seus princípios básicos de controle a saúde pública com vistas a proteção a vida.

Num cenário epidêmico, controle significa conseguir rapidamente uma curva descendente e, eventualmente, esgotar a epidemia, ou seja, o retorno aos níveis esperados. Aqui, a dimensão temporal do termo controle sempre envolve o curto prazo (o retorno aos níveis esperados o mais rapidamente possível).

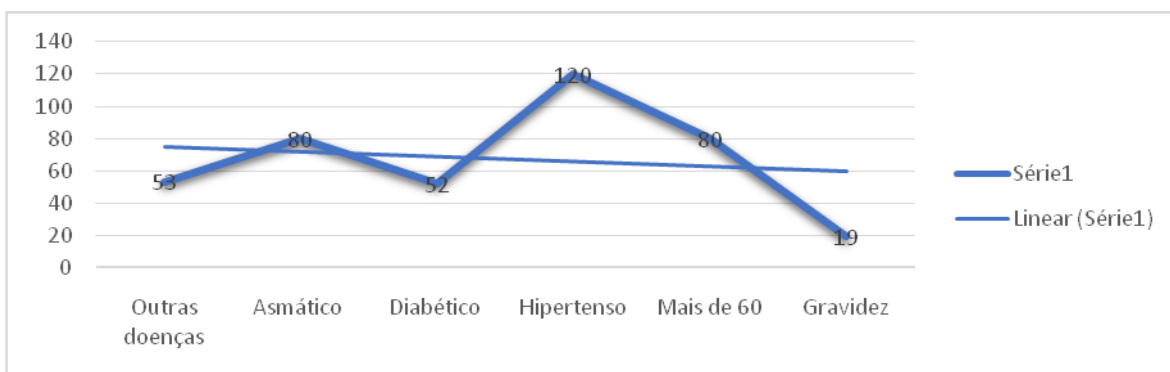
Neste contexto as medidas de contenção para avanço do vírus incluem o distanciamento social, cabe, no entanto, analisar o risco calculado em 1,5 Metros em um cenário de retorno das aulas, considerando a classificação dos riscos em alto, quando este for eminentemente elevado, médio quando o risco pode ser controlado com medidas de proteção adotado por todos e baixo quando a possibilidade é reduzida por obedecer regras de isolamento social.

d) Matriz de Risco: Retorno as Aulas Associado as Recomendações de Distanciamento Social de 1.5 M

Modalidades de Ensino	Grau de Risco	Resultado da Etapa 01
Aulas 100% Remotas	Baixo Risco	Embora algumas famílias apresentaram ter condições é preciso levar em consideração a oferta na educação como direito de todos como determina a Constituição (art. 205 da CRFB e art. 2º da LDB). As escolas não possui infraestrutura tecnológica para a oferta na modalidade não presencial online; sendo necessário um grande investimento para o atendimento de professores e alunos, o que torna a modalidade online inviável a curto prazo. Neste sentido a modalidade não presencial offline se sobressai no entendimento da oferta igualitária e possível de execução.
Aulas por Revezamento	Médio Risco	Serão necessárias estratégias de retorno alinhado de forma gradual, iniciando de forma crescente para decrescente, ou seja, das series maiores para as menores. Sendo exigível um reforço maior para adequar as escolas com equipamentos de proteção e adoção de estratégias de distanciamento social; Ainda assim a escola deverá ter como parceria um profissional da saúde para auxiliar no controle das medidas de prevenção e um psicólogo disponível para o atendimento necessário ao atendimento socioemocional de alunos e professores, podendo estender durante esse período as famílias dos alunos.
Aulas 100% Presencial	Alto Risco	O risco é eminente; ainda não é 100% seguro. Exige um planejamento epidemiológico amplo, e um controle rígido de organismos de saúde.

É preciso levar em consideração as famílias que apresentaram estar classificadas em situação de risco, segundo o Ministério da Saúde, bem como os profissionais da educação que responderam o questionário 02.

Gráfico 17 – Situação Epidemiológica do Grupo Familiar e Profissionais da Educação



21. Referências na Regulamentação Prevista para a Educação em tempos de Covid-19

De acordo com a Medida Provisória n. 934 de 1º de abril de 2020, os estabelecimentos de ensino de educação básica, excepcionalmente, estão dispensados da obrigatoriedade de observância do mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual de 800h para o ensino infantil e fundamental e 1.400h para o ensino médio, conforme disposto no inc. I, §1º do art. 24 e no inc. II do art. 31 da Lei n. 9.394/1996, Lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Nesse sentido o Parecer da Conselho Estadual da Educação CEE/TO N°105, orienta no Art. 4º que os estabelecimentos de ensino deverão reorganizar seus calendários escolares 2020 neste período emergencial, usufruindo de variadas possibilidades de flexibilização, realização de aulas e atividades escolares não presenciais.

A esse respeito, é oportuno citar um trecho do Parecer N° 5/2020 do Conselho Nacional da Educação CNE que prevê:

A legislação educacional e a própria BNCC admitem diferentes formas de organização da trajetória escolar, sem que a segmentação anual seja uma obrigatoriedade. Em caráter excepcional, é possível reordenar a trajetória escolar reunindo em continuum o que deveria ter sido cumprido no ano letivo de 2020 com o ano subsequente. Ao longo do que restar do ano letivo presencial de 2020 e do ano letivo seguinte, pode-se reordenar a programação curricular, aumentando, por exemplo, os dias letivos e a carga horária do ano letivo de 2021, para cumprir, de modo contínuo, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos no ano letivo anterior.

A principal finalidade do processo educativo é o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional. Neste sentido, o calendário escolar é meramente um meio de organizar a distribuição, da carga horária prevista na legislação para cada nível, etapa e modalidade da educação nacional ao longo do ano escolar.

Importante salientar o Parecer da CNE Nº 5/2020, no processo de reorganização dos calendários escolares, deve ser assegurado que a reposição de aulas e a realização de atividades escolares possam ser efetivadas de forma que se preserve o padrão de qualidade previsto no inciso IX do artigo 3º da LDB e no inciso VII do artigo 206 da Constituição Federal.

O desenvolvimento do efetivo trabalho escolar por meio de atividades não presenciais é uma das alternativas para reduzir a reposição de carga horária presencial ao final da situação de emergência e permitir que os estudantes mantenham uma rotina básica de atividades escolares mesmo afastados do ambiente físico da escola.

Neste sentido, a fim de garantir atendimento escolar essencial, propõe-se, excepcionalmente, a adoção de atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas com os estudantes enquanto persistirem restrições sanitárias para presença completa dos estudantes nos ambientes escolares.

Estas atividades podem ser mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, principalmente quando o uso destas tecnologias não for possível. A realização destas atividades encontra amparo no Parecer CNE/CEB nº 5, de 7 de maio de 1997, que indica não ser apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar.

Cabe salientar que a realização das atividades pedagógicas não presenciais não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas.

Por atividades não presenciais entende-se, aquelas a serem realizadas pela instituição de ensino com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar. A realização de atividades pedagógicas não presenciais visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono.

a) Sobre a Educação Infantil

As emendas nº 39, 41, 79 e 130 acrescentam parágrafo ao art. 1º, dispensando também o cumprimento da carga horária mínima anual para a educação infantil, vedada, nesse caso, a oferta de

educação à distância. A emenda nº 78 admite a mesma possibilidade, remetendo sua adoção, porém, à decisão dos sistemas de ensino.

Sobre as condições de atendimento da educação infantil, em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB e de não haver previsão legal nem normativa para oferta de educação a distância, mesmo em situação de emergência.

Deve-se considerar também que, para cumprir a carga horária mínima anual prevista na LDB, a simples reposição de carga horária na forma presencial ao final do período de emergência poderá esbarrar na indisponibilidade de espaço físico necessário e da carência de profissionais da educação para uma eventual ampliação da jornada escolar diária.

Assim, convém registrar os dispositivos estabelecidos no artigo 31 da LDB ao delimitar frequência mínima de 60% da carga horária obrigatória, como uma possibilidade real de flexibilização para reorganização, ainda que de forma mínima, do calendário de educação infantil, a ser definido pelos sistemas de ensino no contexto atual de excepcionalidade imposto pela pandemia.

No contexto específico da educação infantil também é importante ressaltar o que estabelece o inciso I do artigo 31 da LDB, onde a avaliação é realizada para fins de acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. Ou seja, especialmente nesta etapa, a promoção da criança deve ocorrer independentemente do atingimento ou não de objetivos de aprendizagem estabelecidos pela escola.

É importante lembrar que a LDB dispõe em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Deve-se levar em consideração as recomendações de que qualquer pessoa pode fazer uso de máscaras faciais, inclusive crianças, neste ponto há uma contra indicação em crianças menores de 2 anos, segundo a ANVISA.

Ainda no Parecer 105 do CEE no art. 7 orienta a gestão escolar na observância a educação infantil:

VI - Respeitar as especificidades, possibilidades e necessidades dos bebês e das crianças da Educação Infantil, 1ª Etapa da Educação Básica, em seus processos de desenvolvimento e aprendizagem;

No sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, sugere-se que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais.

Deste modo em especial, evitaria a necessidade de reposição ou prorrogação do atendimento ao fim do período de emergência, acompanhando tão somente o mesmo fluxo das aulas da rede de ensino como um todo, quando do seu retorno.

Nessa situação de excepcionalidade para a educação infantil, é muito difícil quantificar em horas as experiências que as crianças pequenas terão nas suas casas. Não existe uma métrica razoável capaz de mensurar estas atividades desenvolvidas pela família em termos de equivalência com horas letivas.

E, dadas as particularidades socioeconômicas da maioria das famílias, deve-se cuidar para ampliar o sentido de atividades não presenciais a serem desenvolvidas com as crianças pequenas. Neste sentido, quando possível, é importante que as escolas busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e melhor orientar os pais ou responsáveis na realização destas atividades com as crianças.

b) Ensino Fundamental – Anos Iniciais

O ponto chave ao se discutir a reorganização das atividades educacionais por conta da pandemia situa-se em como minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes, considerando a longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nos ambientes escolares.

Está previsto para essa oferta de ensino o cômputo de carga horária realizada por meio de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) a fim de minimizar a necessidade de reposição de forma presencial

Na Resolução 105 do CEE, prevê o atendimento do ensino fundamental de forma semipresencial:

Parágrafo único - No Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Profissional, excepcionalmente, na atual situação emergencial, quaisquer componentes curriculares poderão ser trabalhados na modalidade semipresencial. As atividades semipresenciais deverão ser registradas e comprovadas perante o inspetor do órgão regional de educação responsável, pela instituição e farão parte do total das 800 (oitocentas) horas de atividade escolar obrigatória.

c) Observações de Validação do Cômputo das aulas não presenciais

- zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, assegurando o arquivamento e comprovação da execução da carga horária correspondente, que serão validadas como aulas, para fins de registro da vida escolar do estudante para o ano letivo de 2020;

- Os procedimentos e parâmetros avaliativos do conteúdo estudado e da aprendizagem promovidas pelas atividades escolares não presenciais constarão no planejamento conjunto elaborado pelo professor e equipe pedagógica da instituição de ensino, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.
- O conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar, observado o disposto no Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.
- As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas, para reposição ao cessar esse período de suspensão das aulas presenciais.
- Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.
- Para fins de computar o número de dias letivos, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais compatíveis com o tempo aula, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.
- Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos, anteriormente, programados para o período.

22. Conclusão da Tomada de Decisão

A conclusão desta tomada de decisão se dá em consonância a compilação dos dados evidenciados, a participação dos pais e a sequência de recomendações dos órgãos da educação concomitantemente as observações e protocolos de saúde. Contudo, é uma direção de continuidade da educação municipal repassado aos gestores educacionais, com objetivo de fornecer uma base legal e clara para a implementação de algumas das principais medidas nessa estrutura e nas orientações de apoio. Para tanto deverá, ser atualizado à medida que a situação e as ações necessárias evoluírem.

A primeira decisão parte do princípio de utilizar o material impresso como flexibilização do ensino, essa é a única maneira de alcançar todos os estudantes e ofertar o ensino de forma igualitária. Porém, deve-se adotar estratégias de acompanhamento diferenciado as famílias que apresentaram, nível escolar baixo. Neste sentido deverá ser elaborado instrumentos de

monitoramento seguido de avaliação de desempenho capaz de identificar se os objetivos de aprendizagem estão sendo alcançados.

Outra possibilidade de complementar atividades pedagógicas não presenciais no momento atual é o WhatsApp, por ter se tornado um recurso digital popular e de fácil acesso é possível explorar várias ferramentas, como vídeo chamadas para dúvidas ou ainda a possibilidade de reunir até 8 pessoas em uma mesma chamada. Outro ponto a considerar é que esta tecnologia tem a possibilidade de ser a porta de entrada para a ampliação de outros meios digitais como youtube, e google meet.

As alternativas de adoção de material impresso e uso de tecnologias digitais como meios de flexibilização ao retorno das aulas não presenciais, deve no planejamento dos professores adotar diretrizes diferenciadas aos alunos da zona rural, tendo em vista que a distância, pode torna um empecilho para a realização das atividades escolares.

A Escola rural São Brás, por apresentar um quantitativo mínimo de alunos e salas que obedecem ao distanciamento recomendado, deverá retornar as atividades de forma presencial. Para tanto é preciso adequar a escola com medidas de proteção e prevenção ao covid-19, seguindo de protocolos de distanciamento além de adaptar o conteúdo escolar e organizar a reposição das aulas.

A educação infantil deverá adotar estratégias de estreitamento e engajamento com os pais para a realização das atividades não presenciais, embora a legislação não prevê o atendimento a distância para nessa oferta de atendimento de ensino é preciso imbuir que manter o distanciamento físico entre crianças torna-se impossível tendo em vista as necessidades específicas do atendimento. Para a retomada de forma segura deve refletir as necessidades das crianças em diferentes idades além disso deve-se propor aos pais um amplo debate acerca da retomada de forma presencial ou semipresencial.

A escola Isabel Costa deverá promover aos alunos do Programa Complementar Integral de Aprendizagem-PROCIA, tratamento diferenciado, considerando o atendimento as necessidades específicas de aprendizagem desse público.

23. Recomendações

Framework para Reabertura das Escolas

	Antes da Reabertura	Durante a Reabertura	Com as Escolas Reabertas
Objetivo	Preparar-se com políticas, procedimentos e planos necessários para melhorar a escolaridade, com foco em operações seguras, incluindo o fortalecimento de práticas de ensino à distância.	Adotar abordagens proativas para reintegrar crianças marginalizadas e as que estão fora da escola. Investir em higiene para mitigar riscos e focar esforços na educação corretiva para compensar o tempo perdido de ensino.	Monitorar ativamente os indicadores de saúde, expandindo o foco no bem-estar e na proteção. Fortalecer a pedagogia, adaptar a educação à distância para ensino e aprendizagem em formatos mistos, incluindo conteúdo sobre transmissão e prevenção de infecções.
Operações Seguras	Escalonar horários de início e de fim do dia com o cronograma de entrega do conteúdo de material pedagógico; Parceria estratégica com saúde para informações epidemiológicas locais;	Preparação e orientação aos pais para a retomada das aulas fortalecer os mecanismos de comunicação e coordenação que promovem o diálogo local e o envolvimento com as comunidades, pais e crianças em questões educacionais;	Gestão de Monitoramento das atividades educacionais Desenvolver um modelo de decisão para fechar e reabrir as escolas de acordo com a necessidade, em caso de recorrência de transmissão comunitária;
	Desenvolver protocolos detalhados de medidas de higiene; Procedimentos de limpeza de instalações e práticas seguras de preparação de alimentos; Aquisição de Materiais e insumos sanitários pedagógicos; Investir em equipamentos tecnológicos para o atendimento a distância;	Treinar funcionários administrativos e professores na implementação de práticas de distanciamento físico e higiene; A equipe de limpeza também deve ser treinada em desinfecção e estar equipada com equipamentos de proteção individual, na medida do possível;	Enfatizar a mudança de comportamento para aumentar a intensidade e a frequência das atividades de limpeza e desinfecção e melhorar as práticas de tratamento de resíduos.
	As políticas devem proteger funcionários, professores e alunos que estejam em alto risco devido à idade ou a	Fornecer à direção da escola orientações claras para estabelecer procedimentos caso os alunos ou funcionários	Compartilhar procedimentos com funcionários, pais e alunos, inclusive aconselhando todos os

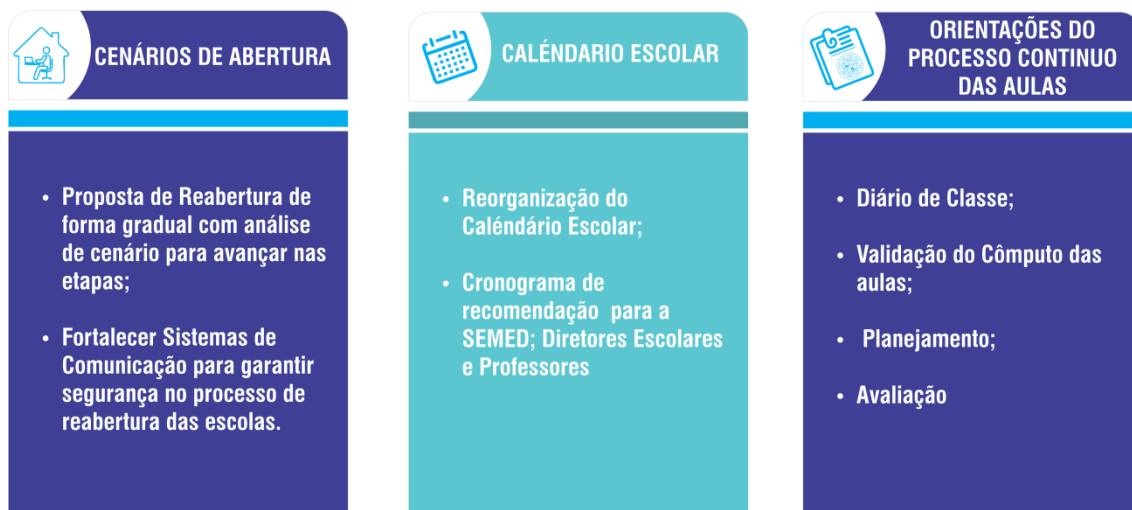
	condições médicas sintam-se indispostos. alunos e funcionários doentes a permanecerem em casa. subjacentes; com planos para trabalho home office e escalonamento de horários para o atendimento do ensino à distância, dando suporte aos estudantes que não podem frequentar a escola, acomodando as circunstâncias individuais na medida do possível. As orientações devem incluir o monitoramento da saúde de estudantes e funcionários, mantendo contato regular com as autoridades locais de saúde e atualizando planos de emergência e listas de contatos	
Foco na Aprendizagem	Reorganizar o calendário Escolar; Readequar conteúdo escolar com base no PPP da escola; Criar instrumento de auxílio aos pais – Trilha da aprendizagem; Fornecer aos professores e diretores escolares apoio e formação em ensino à distância, bem como maneiras de apoiar seus alunos enquanto as escolas estão fechadas. Isso pode incluir a criação de grupos de pares em plataformas móveis;	Equipar os professores para lidar com as necessidades tanto de recuperação da aprendizagem quanto de saúde mental e psicossocial dos alunos. Os esforços de capacitação devem melhorar explicitamente a capacidade dos professores de atender às necessidades básicas de alfabetização/ matemática e às demandas socioemocionais dos alunos, particularmente nas escolas com uma alta proporção de estudantes em situação de riscos. Aumentar os investimentos em ensino à distância para se preparar para futuras rodadas de fechamento de escolas; Criar Instrumento de avaliação de desempenho de aprendizagem do aluno; suplementar as horas de ensino com um modelo misto em que as escolas possam operar em horários parciais ou adaptados. Aumentar financiamento para capacitação e formação de professores;
	Desenvolver calendários alternativos com base em diferentes cenários de saúde pública, levando em consideração as modalidades a serem usadas no ensino à distância.	Os professores devem ser formados para identificar mudanças comportamentais e cognitivas relacionadas à idade e oferecer suporte de aprendizagem apropriado a cada idade Considerar a promoção universal sempre que possível e avaliar os níveis de aprendizagem dos alunos após o fechamento da escola para informar os esforços corretivos.

Bem Estar Proteção	Garantir o pagamento contínuo e tempestivo dos salários dos professores, e promover o bem-estar.	Aumentar a oferta de serviços de saúde apoio psicossocial que abordem a estigmatização/discriminação e ajudem as crianças e suas famílias a lidar com as incertezas contínuas da pandemia; Restabelecer a prestação regular e segura de serviços essenciais. Isso inclui, entre outros, nutrição, água, saneamento e higiene e serviços de saúde, como alimentação escolar, campanhas de vacinação, encaminhamentos de proteção (saúde mental e apoio psicossocial, violência baseada em gênero, abuso, etc.) e serviços especializados para crianças com deficiência.	Compartilhar informações claras, concisas e precisas sobre a covid-19, normalizar a comunicação sobre medo e ansiedade e promover estratégias de autocuidado não apenas para os alunos e suas famílias, mas também para os professores e outros funcionários da escola
Alcançando os mais vulneráveis	Adaptar políticas e práticas de abertura escolar para expandir o acesso a grupos marginalizados, como crianças previamente fora da escola, crianças deslocadas e minorias;	Diversificar a comunicação e a divulgação de informações críticas, disponibilizando-as em linguagens relevantes, formatos acessíveis e adaptando-as a populações de interesses	Garantir que materiais/plataformas de ensino, informações serviços e instalações sejam acessíveis a pessoas com deficiência. As informações e comunicações de saúde pública devem estar disponíveis em vários formatos acessíveis, inclusive para pessoas com deficiência auditiva ou visual. Modificações devem ser feitas para garantir que os serviços de água, higiene e saneamento sejam acessíveis. Planejar a continuidade dos serviços de assistência caso as escolas sejam fechadas novamente.

Modelo adaptado do Framework for reopening of schools, produzido pela UNESCO.

24. Plano de Ação

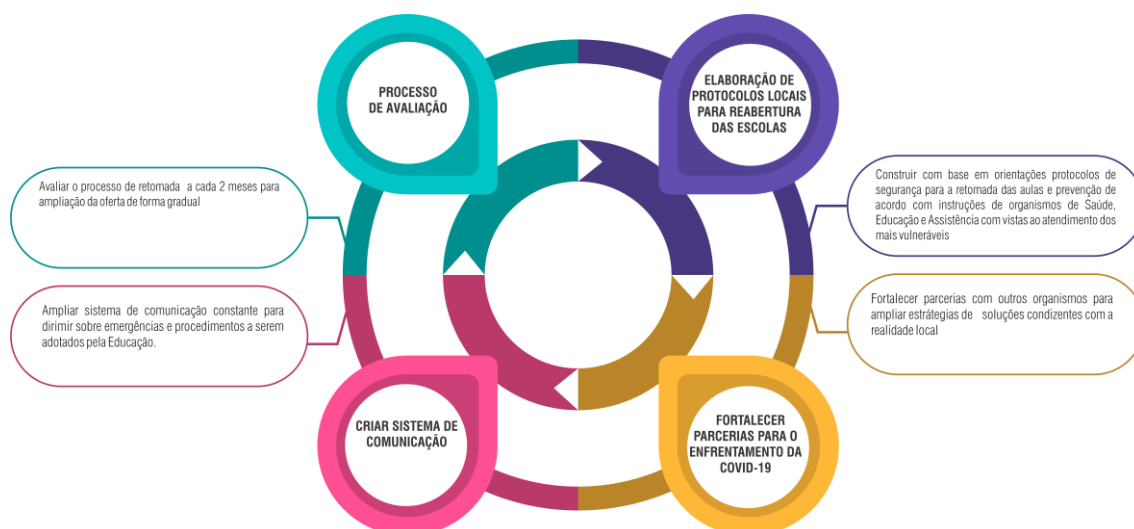
A retomada das atividades escolares exige dos órgãos da Educação uma série de iniciativas em múltiplas dimensões e que considerem o ineditismo do cenário atual. Neste contexto as iniciativas adotadas para garantir um retorno que assegure a saúde de toda a comunidade escolar e, fundamentalmente, enfrentar os efeitos da crise na aprendizagem e na trajetória escolar dos alunos, foi estruturada da seguinte forma:



O Cenário de retomada das aulas foi planejado de acordo com as notificações epidemiológica do município, devendo avançar na retomada sobre orientações de órgãos de saúde, organismos de Educação.

Além disso a Comissão Local criada para reorganizar a retomada das aulas, tem autonomia para decidir com base na Portaria nº572 publicada no dia 02 de julho do Ministério da Educação (MEC) que definiu um protocolo de biossegurança para a retomada gradual das aulas e reforça, que o cronograma de retorno das atividades deve ser orientado pelo governo local e pelas autoridades sanitárias. E ainda da adoção de outras medidas cabíveis criadas para o enfrentamento da pandemia da covid-19, qual seja o caminho mais seguro para a retomada das aulas.

25. Ampliação da Participação da Comissão Local, no processo de Reabertura e Pós Reabertura das Escolas e o Fortalecimento de parcerias



Será de extrema relevância a articulação e cooperação entre os diversos órgãos que atuam com a Educação Básica no âmbito Estadual, em particular, o Conselho de Educação Estadual do Tocantins – CEE/TO, Tribunal de Contas e Ministério Público, para o fortalecimento e a colaboração interinstituições que impactam a política educacional em âmbito local.

A relevância dessa articulação surge devido ao fato de que, diante de um cenário excepcional, deverá se tornar recorrente a necessidade de se lançar mão de ações em caráter emergencial ou com características atípicas, devendo ser consultadas tal organismos, de modo a dar transparência sobre os novos desafios e alinhar previamente os caminhos a serem adotados, sem que se fira a lei, passa a ser medida crucial para uma consistente retomada das aulas presenciais.

- Presença escalonada de um profissional da Saúde para orientar, profissionais da educação e alunos com orientações de medidas de segurança e higiene;
- Canal de comunicação com os pais para informações acerca de retomadas das aulas e procedimentos educacionais de ensino e aprendizagem;
- Atendimento psicológico aos alunos profissionais da educação, alunos podendo se estender aos pais na tentativa de minimizar os impactos emocionais causado pela covid-19



**SISTEMA DE APOIO PAIS ALUNOS E
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

- Estabelecimento de apoio escolar específico para grupos vulneráveis;
- Adaptação dos materiais escolares, recursos informativos, infraestruturas e novos protocolos escolares para que sejam acessíveis aos grupos vulneráveis;
- Estabelecimento e manutenção da comunicação com grupos vulneráveis, para garantir seu bem estar durante o fechamento das escolas e permitir seu retorno no momento de reabertura;
- Disponibilização de kits de alimentação escolar aos alunos mais necessitados, Observação da RESOLUÇÃO Nº 2, DE 9 DE ABRIL DE 2020 Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE



**GARANTIA DE DIREITOS
DE VULNERÁVEIS**

A Educação municipal deverá ainda contar com o apoio da comissão local na ampliação da parceria com técnicos de saúde com horários intercalados para orientar, profissionais da educação e alunos com orientações de medidas de segurança e higiene. Bem como a Assistência Social, que junto a Educação Municipal serão responsáveis pela garantia dos serviços prestados as crianças e famílias de alunos matriculados na rede pública municipal, na verificação de evasão escolar e na segurança alimentar e proteção de vulneráveis.

Os quadros a seguir sugerem um retorno de forma gradual, obedecendo protocolos de distanciamento e as recomendações de biossegurança do MEC. Para o avanço dos quadros 02 e 03, deverá observar a situação epidemiológica do município, devendo alcançar o nível mais alto de educação presencial nas escolas, logo que isso possa ocorrer com segurança para todos.

Quadro 01 Sem notificações

Modalidades de Ensino	Grau de Risco	Escolas	Flexibilização do Ensino	Prazo
Aulas Remotas Associadas ao semipresencial e presencial na escola da zona Rural	Baixo Risco	Escola São Brás/ 12 alunos Ensino Fundamental I	- Aulas em caráter presencial, levando em consideração a estrutura das salas e o quantitativo de alunos. A reposição das aulas se dará por material impresso.	06 de julho
		Escola Nossa Senhora/ 79 alunos Educação Infantil	Aulas não presenciais utilizando materiais impressos, e recursos digitais disponíveis como whatsapp. A reposição se dará através de monitoramento das atividades pedagógicas impressas.	
		Escola Sadjá Miranda/72 alunos Educação Infantil	Aulas não presenciais utilizando material impresso, e recursos digitais disponíveis como whatsapp. A reposição se dará através de monitoramento das atividades pedagógicas impressas.	
		Escola Isabel Costa/ 371 alunos Ensino Fundamental I	Aulas não presenciais utilizando material impresso, e recursos digitais disponíveis como whatsapp. A reposição se dará por material impresso. Aulas semi-presencial ao grupo de famílias mais vulnerável e aos alunos do programa PROCIA	
Orientações: - A adoção do material impresso como meio de flexibilização do ensino é a possibilidade de atendimento unanime para todos os alunos, como meio de complementação poderá utilizar recursos digitais como whatsapp ou outros conforme necessidade, destacando os alunos da zona rural que não tem essa ferramenta como auxilio. - É preciso destacar que cada escola deverá analisar conforme evidências as famílias que apresentaram um baixo grau de escolaridade e assim propor um acompanhamento diferenciado a essas famílias de modo a garantir eficiência no ensino. - A Escola Isabel Costa deverá organizar cronograma de atendimento presencial aos alunos do Programa Complementar Integral de Aprendizagem-PROCIA.				

Quadro 02 – Sem Notificações

Modalidades de Ensino	Grau de Risco	Escolas	Flexibilização do Ensino	Prazo
Aulas Remotas Associadas ao semipresencial e presencial na escola da zona Rural	Médio Risco	Escola São Brás/ 12 alunos Ensino Fundamental I	- Aulas em caráter presencial, levando em consideração a estrutura das salas e o quantitativo de alunos.	agosto a setembro
		Escola Nossa Senhora/ 79 alunos Educação Infantil	Aulas não presenciais utilizando materiais impressos, e recursos digitais disponíveis como whatsapp. A reposição se dará após a pandemia do covid-19.	
		Escola Sadjá Miranda/72 alunos Educação Infantil	Aulas não presenciais utilizando material impresso, e recursos digitais disponíveis como whatsapp. A reposição se dará após a pandemia do covid-19.	
		Escola Isabel Costa/ 371 alunos Ensino Fundamental I	Aulas não presenciais utilizando material impresso, e recursos digitais disponíveis como whatsapp. Aulas semipresencial ao grupo de famílias mais vulnerável e aos alunos do programa PROCIA. Retorno gradual do 5 a 4 ano.	

Orientações

- A Escola Isabel Costa deverá retornar as turmas do 4 a 5 ano de forma gradual. Inicialmente com o 5º ano em regime semipresencial, obedecendo o limite de distanciamento bem como a quantidade mínima de 10 alunos por sala;
- organizar cronograma para os alunos da zona rural de forma a limitar o número mínimo de passageiros.
- Avaliar essa estratégia, se positivo adotar a mesma medida aos alunos do 4 ano a partir de setembro. E assim consequentemente até chegar a todas as series com atendimento semipresencial.
- Todas essas estratégias de retomada deverão obedecer aos protocolos de distanciamento e outras medidas cabíveis a segurança e proteção de alunos e profissionais da educação.
- Nota-se que essa medida só será possível caso o município permaneça sem notificações, caso contrário deverá permanecer no quadro 02.
- Podendo ainda seguir, desde que haja parecer favorável de organismos competentes, ou determinações locais.
- Destaca-se ainda que para essa modalidade de oferta independentemente de notificações de casos no município a comissão intersetorial deverá reunir-se para avaliar o desempenho das estratégias adotadas pela gestão educacional.
- Todas as escolas deverão avaliar o aprendizado e a forma de ensino adotada, devendo registrar as etapas de desempenho dos alunos classificando de maneira a propor auxílio quando constatado baixo desempenho

Quadro 03 – Sem Notificações

Modalidades de Ensino	Grau de Risco	Escolas	Flexibilização do Ensino	Prazo
Aulas 100% presencial	Médio Risco	Escola São Brás/ 12 alunos	Aulas 100% presenciais.	Novembro a Dezembro
		Ensino Fundamental I		
		Escola Nossa Senhora/ 79 alunos	Aulas 100% presenciais com reposição de aulas;	
		Educação Infantil		
		Escola Sadjá Miranda/ 72 alunos	Aulas 100% presenciais com reposição de aulas;	
		Educação Infantil		
		Escola Isabel Costa/ 371 alunos	Aulas 100% presenciais.	
		Ensino Fundamental I		
Observação: • Para o retorno 100% presencial deverá ser ampliada discussões com os pais, bem como com organismos de saúde educação, ministério público com objetivo de garantir segurança ao processo de retomada; • Nota-se que essa medida só será possível caso o município permaneça sem notificações, caso contrário deverá permanecer no quadro 02. Podendo ainda seguir, desde que haja parecer favorável de organismos competentes, ou determinações locais. • Todas as estratégias de retomada deverão obedecer aos protocolos de distanciamento e outras medidas cabíveis a segurança e proteção de alunos e profissionais da educação; • Todas as escolas deverão avaliar o aprendizado e a forma de ensino adotada, devendo registrar as etapas de desempenho dos alunos classificando de maneira a propor auxílio quando constatado baixo desempenho.				

A fase que todos os alunos frequentam as escolas precisará de cuidadosa consideração pela saúde emocional, física e mental e pelo bem-estar dos alunos. Os gestores e professores precisarão

de tempo para trabalhar com a comunidade escolar para explicar as abordagens locais e fornecer segurança e apoio aos alunos e famílias.

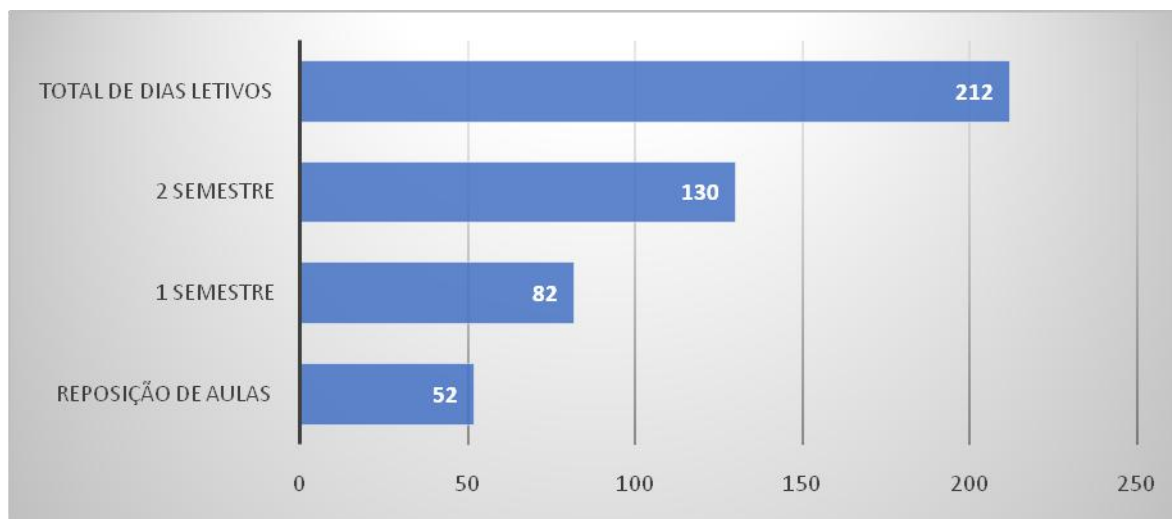
Destaca-se ainda que para o retorno das aulas comissão intersetorial deverá permanecer monitorando as medidas adotadas neste plano como estratégias para o retorno das aulas. Outra medida a ser tomada para o retorno iniciais das aulas diz respeito a merenda escolar, a SEMED deverá propor meios de atender de forma diferenciada os mais vulneráveis durante o período de pandemia.

26. Calendário Escolar

O calendário escolar foi organizado de acordo com as determinações da medida provisória do governo federal e em observação as orientações do Conselho Estadual da Educação conforme a Resolução 105. A reposição das aulas se dará por realização de atividades pedagógicas não presenciais, contabilizando o total de 52 dias sendo planejadas de acordo a não sobrecarregar o aluno.

As atividades escolares foram planejadas para retorno a partir do dia 06 de julho e finalizar no dia 29 de dezembro, computando o total de 212 horas caso não ocorra imprevistos. Importante ressaltar que os profissionais da educação gozaram das férias no período de 23 de março a 23 de abril.

Gráfico 18- Calendário Escolar



De acordo com as demandas seguem o cronograma de retomada das aulas com estratégias de atividades para os quatro primeiros meses de implantação do novo sistema de modalidade ofertado pela educação no município a cada mês deverá ser feito avaliação de desempenho de professores com objetivo de melhorias nas adaptações do ensino não presencial.

Os alunos também devem ser avaliados em seu desempenho de aprendizagem, com a finalidade de ampliar soluções pedagógicas no ensino, caso os dados apontem um nível de desempenho abaixo do esperado.

27. Cronograma de Retomada das aulas: Equipe – SEMED

Descrição das Ações	Atividades	Período			
		Junho	Julho	Agosto	Setembro
Aquisição de materiais de EPIs; de limpeza; higiene.	Levantamento das demandas específicas de cada escola da rede municipal de ensino;	X		X	
Investimento em reparos de manutenção das escolas	Visitas in loco com acompanhamento de engenheiros técnicos da prefeitura e equipe de vigilância da saúde para averiguar condições físicas e estruturais das escolas;	X	X		
Investimento em aquisição de instrumentos e ferramentas tecnológicas para viabilizar aulas não presenciais.	Montagem de um centro de estúdio para gravação de aulas ministradas a distância por professores;	X	X		
Produção de material educativo para pais ou responsável informado sobre trilhas de aprendizagem.	Organização de conteúdo padrão para as 4 escolas, com instrumentos de abordagem de aprendizagem.	X	X		
Reestabelecimento de serviços essenciais, como alimentação, programas de saúde na escola, etc.	Cronograma de atendimento para kits de alimentação visando o atendimento de crianças cadastradas no cadúnico do município;		X	X	X
formação continuada dos professores, principalmente em ferramentas de aprendizado remoto.	Preparação dos professores em formação continuada na temática de planejamento; mídias digitais, prática de equilíbrio emocional para professores;	X	X	X	
Estabelecimento de uma rede de comunicação entre	Organização de informações padronizadas para divulgação sobre os procedimentos	X	X	X	X

professores e equipe escolar com alunos e suas famílias para compartilhar informações sobre a COVID-19 e suas implicações na educação, e reforçar a adoção de hábitos de higiene em casa.	educacionais da rede municipal de ensino sobre medidas de prevenção e adoção de processos pedagógicos determinados no calendário escolas; ainda em observação a modalidades adotadas pela SEMED de acordo com os cenários dos quadros 01, 02 e 033.				
Avaliação dos professores enquadrados dentro dos grupos de risco da COVID-19, para determinar melhor estratégia de volta às aulas presenciais.	Declaração ou atestado médico de profissionais da educação classificados no grupo de risco, para reorganização do trabalho remoto destes profissionais.	X	X		

Em conjunto as medidas de protocolo devem-se observar a necessidade de aquisição de materiais e insumos para uso em todas as escolas, estendendo aos alunos em situação de vulnerabilidade levando em consideração a situação socioeconômica da família caso seja solicitado material de EPI's para os alunos sem condições de acesso, este deverá ser submetido ao preenchimento de declaração de "não condições de adquirir", devendo a SEMED providenciar a entrega de materiais de prevenção .

Deve-se observar ainda a aquisição de equipamentos e ferramentas tecnológicas para atender as escolas e demandas de professores que precisam adequar-se a ministrar aulas com uso de tecnologias.

Reconhece-se que provavelmente haverá custos adicionais associados à implementação das medidas estabelecidas na estrutura e às questões mais operacionais desenvolvidas através dos fluxos de trabalho. Para garantir que a entrega das alterações necessárias seja gerenciável e sustentável, será feita uma avaliação de quaisquer custos adicionais líquidos que se espera que ocorram em relação às escolas municipais.

Neste sentido os diretores escolares deverão se organizar da seguinte forma:

28. Cronograma de Retomada das aulas: Preparação das Escolas – Diretores Escolares

Descrição das Ações	Atividades	Período			
		Junho	Julho	Agosto	Setembro
Preparação da infraestrutura, estabelecimento de rotina de limpeza e garantia insumos de higiene.	Organização de rotinas de limpeza para o recebimento de alunos no ambiente escolar, bem como dos profissionais da educação e pais e responsáveis pelos alunos;		X	X	X
Organização do atendimento as famílias para distribuição de material impresso;	Estabelecimento de cronogramas de recepção de pais ou responsável para a distribuição e recebimento de material didático pedagógico;	X	X	X	X
Criação de Protocolos de recebimento e entrega de atividades pedagógicas;	Guia de Remessa (GR) para controle do recebimento e repasse do material.	X	X		
Organização da escola com quantidade suficiente de materiais de limpeza bem como de material de EPI's para garantir a segurança e a prevenção de higienização das escolas;	Monitoramento de uso de quantidades de produtos de limpeza e EPI's,	X	X	X	X
Adoção e/ou ampliação de serviços psicológicos para alunos, famílias e equipe escolar	Organizar serviços de atendimento psicológico pela equipe escolar caso haja necessidade de atendimento aos profissionais da educação, alunos, podendo ser estendido aos pais dos alunos.		X	X	X
Estabelecimento e manutenção da comunicação com grupos vulneráveis, para garantir seu bem estar durante as aulas não presenciais até o retorno no momento de reabertura das escolas.	Busca ativa de grupos vulneráveis para fortalecimento de vínculos na tentativa de minimizar a evasão escolar;		X	X	X
Criação de procedimentos para comunicar ausência de alunos e profissionais da escola que contraíram COVID-19, sem causar estigma	Elaborar processos de comunicação interno para notificar alunos e profissionais da educação sobre casos suspeitos ou confirmados dentro do ambiente escolar.	X	X	X	X

29. Procedimento de Entrega de Materiais Pedagógicos

A realização das entregas deve obedecer a um cronograma e às normas de segurança previstas no protocolo de saúde, o material deverá ser entregue em envelope em forma de Kit, contendo Guia de Remessa (GR) para controle do recebimento e repasse do material.

Os professores serão responsáveis por organizar os Kits de forma a garantir o mínimo de contato possível e a higienização do mesmo, no momento da entrega. É importante, para um melhor controle dos prazos de recebimento, colocar a data exata em que a escola recebeu o material.

Destaca-se ainda a necessidade de observar estratégias diferenciadas aos alunos da zona rural, bem como aos pais que por algum motivo tenham dificuldade de retirar ou entregar o Kit, e ainda aqueles que se negam ao retorno nesta modalidade.

Após a reabertura das escolas, deve-se promover diálogo com alunos para avaliar sua situação de aprendizagem e suas necessidades para definir planos de aprendizado que sejam adequados para cada um:

O objetivo é garantir que o aluno domine conhecimentos principais que o possibilite continuar com os estudos sem ser prejudicado, permitindo, assim, que dificuldades desenvolvidas durante o ano letivo de 2020 sejam superadas;

Para isso, os professores devem utilizar o material organizado pelo Ministério da Educação sobre objetivos educacionais prioritários e exercícios de avaliação adequados para cada nível, considerando o quadro atípico promovido pela pandemia.

A avaliação deve proporcionar auxílio ao cadastro de alunos mais vulneráveis, que vão precisar de atenção especial; O objetivo de prestar cuidados continuados às crianças vulneráveis é priorizar sua segurança e bem-estar contínuos, podendo contar com o apoio prestado no ambiente educacional.

Por último, considerando também que as crianças não estão tendo acesso à alimentação escolar na própria escola, sugere-se que as escolas analisem alternativas de oferta da merenda escolar.

30. Cronograma de Retomada das aulas: Organização Pedagógica dos Professores

Descrição das Ações	Atividades	Período			
		Junho	Julho	Agosto	Setembro
Adequação de conteúdo de acordo com o PPP da escola.	Revisão do currículo escolar para, possivelmente, focalizar nos principais objetivos de aprendizagem do ano letivo	x	x		
Instrução dos pais sobre rotinas de estudos;	Organizar trilha de aprendizagens em linguagens claras para auxílio dos pais com as atividades escolares;	x	x	x	x
Avaliação do nível de aprendizado dos alunos para determinar medidas pedagógicas de recuperação do aprendizado.	Instrumento de avaliação do nível de aprendizado dos alunos para intervenção no processo de ensino aprendizagem.	x	x		x
Incorporação de conteúdo sobre prevenção e controle de infecção nas aulas e atividades dos alunos.	Auxiliar os alunos na temática de prevenção e higienização sobre o covid-19.		x		
Monitoramento de atividades diárias e criação de conteúdos para trilhas de aprendizagem com conteúdos da BNCC;	Sugestão de conteúdos da plataforma simplifica.		x	x	x

31. Orientações do Processo Contínuo das Aulas

Uma combinação de fatores significa que um modelo misto de aprendizagem na escola e em casa é provável para a maioria dos alunos, pelo menos durante a fase inicial de reabertura das escolas. Deve haver um nível de consistência nas abordagens de ensino para misturar a aprendizagem na escola e em casa para os alunos. No entanto, dados os diferentes contextos em que cada uma das escolas atua, é claro que haverá necessidade de algum grau de flexibilidade local, dentro de diretrizes claras e consistentes.

32. Orientações Pedagógicas Para aulas Não Presenciais

O Conselho Nacional de Educação listou uma série de atividades não presenciais que podem ser utilizadas pelas redes de ensino durante a pandemia. Meios digitais, vídeo-aulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão ou rádio, material didático impresso e entregue aos pais ou responsáveis são algumas das alternativas sugeridas. O CNE, orienta como deve ser

desenvolvido o ensino de acordo com os seus níveis e modalidades. Confira logo abaixo um resumo norteador:

- **Educação Infantil** – A orientação para creche e pré-escola é que os gestores busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e fazer sugestões de atividades às crianças e aos pais e responsáveis. As soluções propostas pelas escolas e redes de ensino devem considerar que as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando prioritariamente.
- **Ensino Fundamental anos iniciais** – Sugere-se que as redes de ensino e escolas orientem as famílias com roteiros práticos e estruturados para acompanharem a resolução de atividades pelas crianças. No entanto, as soluções propostas pelas redes não devem pressupor que os “mediadores familiares” substituam a atividade do professor. As atividades não presenciais propostas devem delimitar o papel dos adultos que convivem com os alunos em casa e orientá-los a organizar uma rotina diária.

33. Diário de Classe Validação do Cômputo das aulas

Deve ser preenchido registrando as aulas conforme o horário de cada Escola distribuindo as aulas conforme a carga horária de seu componente curricular. Zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, assegurando o arquivamento e comprovação da execução da carga horária correspondente, que serão validadas como aulas, para fins de registro da vida escolar do estudante para o ano letivo de 2020;

A frequência do aluno se dará pela folha de relatório de frequência onde diariamente o professor preenche de acordo com a devolutiva das atividades domiciliares do aluno (por WhatsApp) ou se foi entregue em casa. Os secretários escolares deverão anexar estas folhas de relatório na página do controle de frequência.

34. Planejamento

Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, cada professor deverá registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial. Para computar o número de dias letivos, a escola deve considerar, para cada grupo de horas de atividades não presenciais compatíveis com o

tempo aula, de acordo com o registro a ser feito, e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos, anteriormente, programados para o período.

35. Sugestão

O programa SIMPLIFICA consiste em mais de 50 trilhas pedagógicas, online e offline, criadas com o intuito de fortalecer as relações humanas na Educação e capacitar estudantes e professores para responderem, com excelência, aos recentes desafios globais.	https://www.amplifica.me/simplifica/?page_id=1834
Para apoiar gestores educacionais, professores e famílias, um grupo de organizações sociais preparou uma curadoria de conteúdos e soluções gratuitas e úteis para promover experiências de ensino e aprendizagem fora das escolas.	https://aprendendosempre.org/
Estratégias de Aprendizagem Remota O CIEB criou um conjunto de estratégias para aprendizagem remota e uma ferramenta que auxilia gestores públicos a selecionar formatos de aulas remotas, levando em consideração a realidade local, a infraestrutura, a conectividade, os conhecimentos técnicos dos atores e a mobilização da comunidade escolar	https://aprendizagem-remota.cieb.net.br/
Como apoiar as famílias durante o fechamento das escolas	https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/como-apoiar-as-familias-durante-o-fechamento-das-escolas/

36. Avaliação

Os procedimentos e parâmetros avaliativos do conteúdo estudado e da aprendizagem promovidas pelas atividades escolares não presenciais constarão no planejamento conjunto

elaborado pelo professor e equipe pedagógica da instituição de ensino, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

Considerando a continuidade do período de suspensão das aulas presenciais precisa-se refletir e avaliar o rendimento escolar dos alunos de acordo com as peculiaridades de cada unidade escolar de forma a contemplar metodologia de avaliação de acordo com:

- Os objetivos de cada campo de experiência ou componente curricular;
- O nível de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais);
- O alcance das atividades domiciliares (acesso ao whatsapp ou entregue em casa)

Educação Infantil

Os professores deverão relatar os avanços e dificuldades dos alunos no diário de classe na folha de observações sobre o desenvolvimento da criança referente ao primeiro e segundo bimestre. Na volta às aulas presenciais deverá ser preparada e entregue aos pais a ficha de aprendizagem e desenvolvimento de cada aluno referente ao semestre.

Ensino Fundamental anos iniciais

Para as avaliações os professores deverão levar em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes no contexto excepcional do período da pandemia, ou seja, considerar conteúdos lecionados a partir das aulas não presenciais. Os professores devem considerar, portanto, que a nota para fechamento do bimestre deve contemplar:

- 1. Critérios qualitativos** - vale 10 pontos (já estabelecidos por cada Escola adequando a este período, como a realização das atividades domiciliares, participação e compromisso nas atividades diárias nos grupos de whatsapp, atividades entregues em casa. etc);
- 2. Trabalho** - vale 10 pontos - Pode ser realizado de diversas formas: seminário do aluno explicando um conteúdo em vídeo, audiência de leitura por vídeo ou web conferência, realização de experiência de Ciências, atividade prática seja de leitura, artística, movimento corporal, pesquisa, produção de texto escrito, oral, em vídeo ou áudio, sempre a depender do nível a ser avaliado, resumo entregue em papel impresso.
- 3. Avaliação on-line** - vale 10 pontos - Para este período considera-se a melhor forma a avaliação desenvolvida no Google forms, com identificação do nome da Escola, nome do aluno, turma, com questões de múltipla escolha, gerando resultado logo ao final da realização onde o aluno pode ver quantas acertou. Para 1º ao 5º ano pode ser uma avaliação para cada componente curricular ou

pode ser uma avaliação interdisciplinar contendo questões de todos os componentes curriculares por se tratar de professor polivalente valendo a nota para todos os componentes curriculares.

A média final do bimestre compreende a soma e divisão dos três componentes da avaliação de rendimento do aluno.

OBS.: Para os alunos sem acesso a whatsapp que foram entregues atividades em casa considerar a realização das atividades domiciliares e um trabalho de cada componente curricular (também entregue em casa junto as atividades domiciliares) que deverá ser somada a avaliação presencial que o aluno deverá fazer na volta as aulas presenciais para obtenção de nota para o bimestre. Caso o aluno não atinja a média 6,0 deverá ser feita ainda revisão de conteúdo e oportunidade de recuperação paralela na volta as aulas presenciais.

37. ANEXO 01

LISTA DE MATERIAS DE AQUISIÇÃO

- Sabão líquido,
- Álcool em gel antisséptico 70% 5 lt gel alcoólico,
- Dispenser para Sabonete Líquido para todos os banheiros e onde estiver pia.
- Dispenser para Álcool em gel para todos os espaços físicos do estabelecimento educacional;
- Dispenser para papel toalha interfolha;
- Toalha de papel interfolha, onde tiver sabonete líquido;
- Lixeira com tampa com acionamento por pedal para o descarte de lixo;
- Luvas para as merendeiras;
- Tocas para as Merendeiras
- Álcool 70% líquido para esterilização do ambiente e limpeza
- Hipoclorito para higienizar as dependências da instituição três vezes ao dia, em intervalos do atendimento, com água sanitária diluída em 1 colher de sopa por litro de água, pulverizando em todos os ambientes, antes da chegada das pessoas; realizem a limpeza e desinfecção diária, das superfícies das salas de aula, dos banheiros, demais espaços da escola, maçanetas das portas, mobiliário e equipamentos após o uso;
- Garrafinhas de Água para cada Aluno impeçam o uso de bebedouro coletivo onde haja o uso de recipiente individual para coleta de água, estimulando o uso de bebedouros tipo "bica" e a utilização de garrafas de água individuais;
- Marmiteix isopor de 300 ou 500ml, veja qual quantidade por aluno, para o oferecimento da merenda escolar, de modo a evitar aglomeração de pessoas;
- Placa de proteção em Acrílico 60x100 cm para o afastamento entre alunos para organizar a estrutura operacional da escola para que os alunos mantenham uma distância de 1m² entre eles;
- Máscaras; promovam a troca da máscara a cada três horas;
- Termômetro Digital infravermelho para realizar a aferição da temperatura em todo o público que frequentar a escola, no momento da entrada às dependências escolar;

Investimento em sala de gravação

- Microfone Lapela Sem Fio Headset Profissional 30-50 Mts
- Anel iluminado de led de 6.3 "/10.2", lâmpada de luminosidade regulável + tripé para câmera, anel de estúdio para selfie/show ao vivo

- Caixa Amplificada Bluetooth Led Fm Usb com microfone sem fio.
- Data show com entrada HDMI
- Televisão
- Nootbook
- Cabo HDMI
- Cabo universal para conectar do celular na caixa de som amplificada.

38. ANEXO 02

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES CONSIDERADAS ESSENCIAIS NO PERÍODO DE RETOMADA DAS AULAS

- Educação Emocional e seus desdobramentos no cotidiano escolar em tempos de pandemia;
- Planejamento e avaliação de conteúdos não presenciais;
- Uso de mídias digitais como recurso educacional;

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA APOIO ADMINISTRATIVO CONSIDERADAS ESSENCIAIS NO PERÍODO DE RETOMADA DAS AULAS PRESENCIAIS

- Protocolos de Higienização e limpeza no ambiente escolar

39. ANEXO 03

PROTOCOLOS DE REABERTURA MEDIDAS DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO À COVID-19

Medidas Coletivas:

- Organizar as equipes para trabalhar de forma escalonada, com medida de distanciamento social;
- Manter, sempre que possível, portas e janelas abertas para ventilação do ambiente;
- Garantir adequada comunicação visual de proteção e prevenção de risco à COVID-19;
- Organizar a rotina de limpeza do ambiente de trabalho e dos equipamentos de uso individual;
- Considerar o trabalho remoto aos servidores e colaboradores do grupo de risco;
- Priorizar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para a realização de reuniões e eventos à distância. Se necessário o encontro presencial, optar por ambientes bem ventilados.

Medidas Individuais:

- Utilizar máscaras, conforme orientação da autoridade sanitária, de forma a cobrir a boca e o nariz;
- Seguir as regras de etiqueta respiratória para proteção, em casos de tosse e espirros;
- Lavar as mãos com água e sabão ou higienizar com álcool em gel 70%;
- Evitar cumprimentar com aperto de mãos, beijos ou abraços;
- Respeitar o distanciamento de pelo menos 1,5m (um metro e meio) entre pessoas;
- Manter o cabelo preso e evitar usar acessórios pessoais, como brincos, anéis e relógios;
- Não compartilhar objetos de uso pessoal, como copos e talheres, materiais de escritórios, livros e afins

Para retomada das atividades com segurança, recomenda-se à Instituição de Ensino garantir:

- A aferição da temperatura de servidores, estudantes e colaboradores, na entrada da Instituição e de salas e ambientes fechados;
- A disponibilização de termômetro, álcool 70% e álcool em gel 70% para cada unidade (administrativa e de ensino); A limpeza periódica em locais utilizados com maior fluxo de pessoas;
- A limpeza intensiva de banheiros e salas de aula;

- No uso de bebedouros, deverá se evitar contato direto com a superfície, devendo ser utilizado papel toalha com possibilidade de descarte em coletor de resíduos com acionamento sem contato manual e posteriormente, realizar a higienização das mãos;
- Na impossibilidade do cumprimento de tais orientações, recomenda-se a interdição dos bebedouros.

Áreas comuns (vias de acesso interno, biblioteca, refeitório, e espaço de recreação etc.)

- Utilizar máscaras;
- Disponibilizar frascos com álcool em gel 70%;
- Aferir a temperatura no acesso às áreas comuns;
- Garantir o distanciamento social, respeitando a distância mínima de 1,5m (um metro e meio);
- Manter os ambientes ventilados (janelas e portas abertas)

Salas de Aula e Auditórios:

- Utilizar máscaras;
- Aferir a temperatura na entrada das salas e auditórios;
- Disponibilizar frascos com álcool em gel 70%;
- Garantir o distanciamento social, respeitando a distância mínima de 1,5m (um metro e meio); entre mesas e cadeiras;
- Manter os ambientes ventilados (janelas e portas abertas);
- Manter a limpeza das salas e auditórios a cada troca de turma.

Critérios para retomada de Atividades presenciais (Ônibus escolar)

- Utilizar máscaras;
- Evitar tocar nos olhos, nariz e boca sem higienizar as mãos;
- Seguir as regras de etiqueta respiratória para proteção em casos de tosse e espirros;
- Evitar o contato com as superfícies do veículo, como por exemplo, pega-mãos, corrimãos, barras de apoio;
- Durante o deslocamento, assegurar que ocorra uma boa ventilação no interior do veículo, preferencialmente, com ventilação natural;

Quem não poderá voltar em quaisquer dos grupos dentro da comunidade

- No caso de estudantes de grupo de risco, a Instituição deve considerar a adoção de estratégias para reposição das atividades, após o fim da pandemia.

Considerar atividades laborais ou de ensino à distância para os servidores, colaboradores e alunos que estiverem nas seguintes situações:

- Acima de 60 anos de idade;

- Portadores doenças crônicas (hipertensão arterial e outras doenças cardiovasculares, doenças pulmonares, diabetes, deficiência imunológica e obesidade mórbida); Tratamento com imunossupressores ou oncológico; Gestantes e lactantes;
- Responsáveis pelo cuidado de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de diagnóstico de infecção por COVID-19, ou de vulneráveis.

Monitoramento após Retorno

- O retorno das atividades não significa o relaxamento do risco de adoecimento pela COVID-19, portanto, justifica-se a manutenção de vigilância e monitoramento de risco, ao menos até dezembro de 2020;
- pois enquanto durar a Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), há risco de adoecimento e novos surtos;
- Caso alguém apresente sintomas como tosse, febre, coriza, dor de garganta, dificuldade para respirar, fadiga, tremores e calafrios, dor muscular, dor de cabeça, perda recente do olfato ou paladar, a pessoa deve comunicar imediatamente a Instituição;
- Recomenda-se a elaboração quinzenal de relatórios situacionais, como instrumento de monitoramento e avaliação do retorno das atividades;

Comunicação

- Elaborar peças de comunicação institucional voltadas à retomada das atividades acadêmicas presenciais, ressaltando as principais medidas e cuidados necessários;
- Possibilitar que a comunidade escolar tenha acesso à informação nos sítios oficiais da Instituição; Divulgar as orientações sobre o uso correto de máscaras e medidas de prevenção ao contágio.

40. Referências

IBGE - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/conceicao-do-tocantins/panorama> Acesso em: 11 jun. 2020

<http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em: 11 jun. 2020

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE Folha informativa – COVID-19. Disponível em: . Acesso em: 10 jun. 2020

<https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas-1/coronavirus/CARTILHAPROTOCOLODEBIOSSEGURANAR101.pdf/view>

cartilhaprotocolodebiosseguranar101.pdf – MEC Acesso em 03/06/2020

<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/banco-de-solucoes> Acesso em 03/06/2020

<https://gife.org.br/planejamento-conectividade-e-tecnologia-quais-sao-os-principais-desafios-da-educacao-em-tempos-de-pandemia/> Acesso em 02/06/2020

<https://www.amplifica.me/simplifica/> Acesso em 01/06/2020

<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-572-de-1-de-julho-de-2020-264670332> 02/07/2020

Todos pela Educação - Nota técnica o retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da covid-19 26/05/2020

Todos pela Educação - Nota técnica Ensino a distância na educação básica frente à Pandemia da Covid-19 Acesso em 28/05/2020

Diário Oficial da União - Publicado em: 13/04/2020 | Edição: 70 | Seção: 1 | Página: 27 Órgão:

Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Acesso em 02/07/2020

Diário Oficial do Estado Publicado em , 15 de abril de 2020 RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 105, DE 08 DE ABRIL DE 2020. Acesso em 04/06/2020

IASC, Guidance on COVID-19 Prevention and Control in Schools <https://www.unicef.org/reports/key-messages-and-actions-coronavirus-disease-covid-19-prevention-and-control-schools> Acesso em 20/06/2020

United Nations, Policy Brief: The Impact of COVID-19 on children 15 APRIL 2020

https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/policy_brief_on_covid_impact_on_children_28_junho_2020.pdf Acesso em 25/06/2020

World Bank, We should avoid flattening the curve in education – Possible scenarios for learning loss during the school lockdowns, https://blogs.worldbank.org/education/we-should-avoid-flattening-curve-education-possible-scenarios-learning-loss-during-school?CID=WBW_AL_BlogNotification_EN_EXT) Acesso em 08/06/2020

World Bank, The COVID-10 Pandemic: Shocks to Education and Responses, Draft Paper Acesso em 06/06/2020

World Health Organization, Considerations in adjusting public health and social measures in the context of COVID-19 Interim guidance 16 April 2020 Acesso em 05/06/2020

https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331773/WHO-2019-nCoV-Adjusting_PH_measures-2020.1-eng.pdf World Health Organization, Non-

pharmaceutical public health measures for mitigating the risk and impact of epidemic and pandemic influenza (2019) Acesso em 02/06/2020

https://www.who.int/influenza/publications/public_health_measures/publication/en/ World Health Organization, Reducing transmission of pandemic (H1N1) 2009 in school settings

<https://www.who.int/csr/resources/publications/>

[reducing_transmission_h1n1_2009.pdf](#) Acesso em 03/06/2020

União Europeia (2020). Commission and European regulators calls on streaming services, operators and users to prevent network congestion. Disponível em <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/commission-and-european-regulators-calls-streaming-services-operators-and-users-prevent-network>. Acesso em 02/06/2020

[prevent-network](#). Acesso em 02/06/2020

OCDE (2015). Schooling Redesigned: Towards Innovative Learning Systems. Centre for Educational Research and Innovation (CERI) - OCDE.

OCDE (2018). Understanding Innovative Pedagogies: Key Themes to Analyse New Approaches to Teaching and Learning. OCDE - Education Working Paper No. 172.

OCDE (2020). A framework to guide an education response to the COVID-19 Pandemic of 2020. OCDE.

Sawyer, R.K. (2008). Optimising Learning: Implications of Learning Sciences Research. Centre for Educational Research and Innovation (CERI) - OCDE.

Sawyer, R.K. (2014). The Cambridge handbook of the learning sciences (2nd edition). Cambridge Univ. Press, Cambridge.

Soares, J.F., Castilho, E. e Ernica, M. (2019). IDeA - Indicador de Desigualdades e Aprendizagens - Relatório de Análise. Projeto IDeA - Fundação Tide Setubal.

RELATÓRIO CONCLUSIVO

DA COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO
**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS**

“ O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. ”



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE CONCEIÇÃO DO TOCANTINS**

**Comissão de Transição de Governo
Do Fundo Municipal de Educação
Gestão 01/01/2017 a 31/12/2020**

Ato Normativo: Decreto nº 168/2020

CONSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DA GESTÃO

Gestora do Fundo Municipal de Educação

Luana Souza Rodrigues

Chefe de Controle Interno

Luciolla Di Paula Farias de Alencar Bittencourt

Contabilidade

Sergio Henrique Torres Fernandes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS E CONTRATOS DA EDUCAÇÃO (LOTAÇÃO, TIPOS DE VÍNCULO, VALORES DE SALÁRIOS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES)	4
3. CÓPIA DAS LEIS DA EDUCAÇÃO 2017 A 2020	4
4. DADOS DOS CONSELHOS MUNICIPAL E EDUCAÇÃO, CAE, CACS/FUNDEB ATIVOS (CÓPIAS DAS LEIS DE CRIAÇÃO), NÚMERO DE REUNIÕES, NÚMERO DE ATAS, NÚMERO DE RESOLUÇÕES E RELAÇÃO DE CONSELHEIROS.....	5
5. DEMONSTRATIVOS DOS SALDOS DISPONÍVEIS EM CONTAS	5
6. ESTIMATIVAS DE RECURSOS RECEBIDOS POR FONTES	6
7. EXTRATOS BANCÁRIO DAS CONTAS CORRENTE E APLICAÇÃO REFERENTE DEZEMBRO DE 2020	6
8. LEVANTAMENTO DE ASSUNTOS QUE SEJAM OU POSSAM RESULTAR EM PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS.....	6
9. LEVANTAMENTO DOS BENS DE CONSUMO EXISTENTES EM ALMOXARIFADO	6
10. RELAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS DA EDUCAÇÃO	7
11. NÚMERO DE CONTAS COM AS RESPECTIVAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS	7
12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 2017 A 2020	7
13. CÓPIA DO PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	8
14. CÓPIA DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021 (ABRANGÊNCIA AÇÕES DA EDUCAÇÃO)	9
15. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSO - PAR E PROGRAMAS FEDERAIS.....	9
16. RELAÇÃO DAS UNIDADES EM FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO, E-MAIL E TELEFONE)	13
17. RELAÇÃO DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSO-PAR E OUTROS PAGOS E A PAGAR	13
18. RELATÓRIO DE GESTÃO 2017, 2018, 2019 e PLANO DE CONTINGÊNCIA EDUCACIONAL.....	16
19. RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR.....	16
20. RELAÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO, EM ANDAMENTO E INACABADAS	16
21. CENSO ESCOLAR – QUANTITATIVO DE ALUNOS	17
22. RELAÇÃO DAS UNIDADES EXECUTORAS ATIVAS.....	17
23. CONCLUSÃO	18

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Final apresenta a consolidação das informações obtidas e das análises pela Equipe de Transição de Mandato (2017-2020). A Equipe de Transição se coloca à disposição das autoridades competentes para os esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito do conteúdo do presente relatório.

Durante os meses finais do mandato 2017-2020, o Fundo Municipal continuou em ritmo normal de funcionamento, pagamentos sendo efetuados, obrigações sendo contraídas, novos recursos sendo recebidos, até porque, o que passa são os mandatários, a gestão continua conforme preceitua a Resolução CFC nº 1.282/2020, art. 5º, no Apêndice II da Resolução CFC nº 750/1993 que diz:

“Art. 5º - O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro. Portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância.” (Resolução CFC nº 1.282/2010).

O Relatório começou a ser elaborado a partir do dia 16 de novembro de 2020, após o encaminhamento das documentações solicitadas na Instrução Normativa 002/2016 de 28 setembro de 2016, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, sendo que nele consta todas as informações coletadas e repassadas a Equipe de Transição (2021-2024).

Procuramos cumprir as determinações contidas no Capítulo I –determinar ao Prefeito Municipal (Gestores) e ao Vereador Presidente de Câmara Municipal no último ano de exercício do mandato, bem como os candidatos eleitos para os referidos cargos, a instituição de equipe de transição de mandato, Art. 2º ao 13º Instrução Normativa IN nº 002/2016 de 28 de setembro de 2016.

2. ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS E CONTRATOS DA EDUCAÇÃO (LOTAÇÃO, TIPOS DE VÍNCULO, VALORES DE SALÁRIOS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES)

2.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso VIII e XI, Instrução Normativa nº 002/2016:

O item apresenta a relação e situação dos servidores do quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Educação. Estão relacionados, de acordo a IN nº 002/TCE/TO de 28/09/2016, Incisos VIII e XI, os servidores estáveis, servidores admitidos através de concurso público, vencimentos iniciais, servidores contratados por tempo determinado, estabelecendo as fontes 60% e 40% do FUNDEB e 5% MDE.

Anexo I

3. CÓPIA DAS LEIS DA EDUCAÇÃO 2017 A 2020

3.1. Procedimentos Artigo 6º, Inciso I, alínea b Instrução Normativa nº 002/2016:

Em consonância com o artigo 6º da instrução normativa, segue em anexo cópias das leis elaboradas especificamente para a pasta da educação do município de Conceição do Tocantins, bem como relação detalhada através de demonstrativo com Nº da Lei, situação, descrição e teor do documento.

Obs.: Todas as Leis, Decretos, Portarias e demais documentos provenientes à Secretaria Municipal de Educação, encontram-se em pastas específicas nos arquivos permanentes do gabinete da Secretária na qual será apresentada no ato da transição de governo.

4. DADOS DOS CONSELHOS MUNICIPAL EUCUÇÃO, CAE, CACS/FUNDEB ATIVOS (CÓPIAS DAS LEIS DE CRIAÇÃO), NÚMERO DE REUNIÕES, NÚMERO DE ATAS, NÚMERO DE RESOLUÇÕES E RELAÇÃO DE CONSELHEIROS

4.1. Procedimentos Artigo 6º, Inciso I, alínea b Instrução Normativa nº 002/2016:

Conforme solicitado pelo artigo 6º da referida Instrução Normativa, a Secretaria Municipal de Educação apresenta todas informações correlatas as pautas dos conselhos municipais: Conselho Municipal de Alimentação Escolar-CAE, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb-CACS FUNDEB e Conselho Municipal de Educação, alusiva ao período compreendido de janeiro de 2017 a dezembro de 2020.

Anexo II

5. DEMONSTRATIVOS DOS SALDOS DISPONÍVEIS EM CONTAS

5.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso II, alínea a Instrução Normativa nº 002/2016:

Este item demonstra para a equipe de transição os saldos existentes às contas vinculadas na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo:

Nº da Conta	Nome da Conta	Saldo
	Banco do Brasil S/A.	
11.965-2	MERENDA ESCOLA	Conforme Extrato Anexo
14.904-7	EDUC-BRAISL CAR	Conforme Extrato Anexo
16.723-1	EDUC-MP 81	Conforme Extrato Anexo
16.799-1	FUNDEB	Conforme Extrato Anexo
16.959-5	CONVENIOS ONIBUS	Conforme Extrato Anexo
16.982-X	FUNDEB-60%	Conforme Extrato Anexo
16.984-6	FUNDEB 40%	Conforme Extrato Anexo
16.985-4	FUNDO DE EDUCAÇÃO-MDE	Conforme Extrato Anexo
8.669-XA	EDUCA-QSE-APLICAÇÃO	Conforme Extrato Anexo
9.111-1	EDUC-PNATE	Conforme Extrato Anexo
9.513-3	TRANS PORT ESCOLAR	Conforme Extrato Anexo
	SUB-TOTAL Banco do Brasil S.A.	
Nº da Conta	Nome da Conta	Saldo
	Caixa Econômica Federal	
672009-1	PLATAFORMA BRASIL	Conforme Extrato Anexo
	SUB-TOTAL Caixa Econômica Federal	
Nº da Conta	Banco Bradesco S.A.	Saldo

52.0001-6	FOPAG EDUCAÇÃO	Conforme Extrato Anexo
52.0001-6	FOPAG EDUCAÇÃO	Conforme Extrato Anexo
	SUB-TOTAL Banco Bradesco S.A.	
	TOTAL	

6. ESTIMATIVAS DE RECURSOS RECEBIDOS POR FONTES

6.1. Procedimentos Artigo 7º, Inciso III Instrução Normativa nº 002/2016:

Demonstrativo no qual discrimina os valores recebidos por fontes exercício 2020:

Título	Fonte	Valor (R\$)
1758.01.1.1.00.00.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção FUNDEB - Principal	31	R\$ 3.082.249,81
1718.05.1.1.00.00.00 - Transferências do Salário-Educação - Principal	21	R\$ 51.363,73
1728.10.2.1.00.00.00 - Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	23	R\$ 64.125,00
1718.05.3.1.00.00.00 - Transferências Diretas do FNDE - PNAE	202	R\$ 89.650,80
1718.05.4.1.00.00.00 - Transferências Diretas do FNDE - PNATE	203	R\$ 22.447,50
1922.06.1.1.01.00.00 - Manutenção do Desenvolvimento do Ensino - MDE	20	R\$ 1.380.316,70

7. EXTRATOS BANCÁRIO DAS CONTAS CORRENTE E APLICAÇÃO REFERENTE DEZEMBRO DE 2020

7.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso II, alínea a, parágrafo II Instrução Normativa nº 002/2016:

Atendendo as normas exigidas pela Instrução Normativa nº 002/2016, segue em anexo os extratos bancários referente às contas vinculadas a Secretaria Municipal de Educação, certificando os saldos existentes no item 5 conforme os extratos anexados.

Anexo III

8. LEVANTAMENTO DE ASSUNTOS QUE SEJAM OU POSSAM RESULTAR EM PROCESSOS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVOS

8.1. Procedimentos Gerais para Transição de Mandato:

A Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Tocantins, atesta que não há nenhum assunto que possa resultar em processos judiciais ou administrativos.

9. LEVANTAMENTO DOS BENS DE CONSUMO EXISTENTES EM ALMOXARIFADO

9.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso VII Instrução Normativa nº 002/2016:

Conforme levantamento no controle de estoque/almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, segue relatório contendo os saldos de bens de consumo existentes em almoxarifado.

Anexo IV

10. RELAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS DA EDUCAÇÃO

10.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso VI Instrução Normativa nº 002/2016:

Segue relatório completo detalhando os bens patrimoniais bem como seus número de tombamento, departamento e responsável pelo mesmo.

Anexo IV

11. NÚMERO DE CONTAS COM AS RESPECTIVAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS

11.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso II, alínea a, parágrafo II Instrução Normativa nº 002/2016:

Nº da Conta	Nº da Agência	Descrição	Banco
16.985-4	541	FUNDO DE EDUCAÇÃO-MDE	Brasil
16.982-X	541	FUNDEB-60%	Brasil
16.984-6	541	FUNDEB 40%	Brasil
16.799-1-	541	FUNDEB	Brasil
9.513-3	541	TRANSPORT ESCOLAR	Brasil
12.538-5	541	PDDE	Brasil
11.965-2	541	MERENDA ESCOLA	Brasil
13.358-2	541	PAC II PROIN	Brasil
14.458-4	541	PAC I	Brasil
12.983-6	541	EDUCAÇÃO PTA	Brasil
16.723-1	541	EDUC-MP 81	Brasil
8.669-X	541	FUNDO DE EDUC-QSE	Brasil
9.111-1	541	EDUC-PNATE	Brasil
14.904-7	541	EDUC-BRAISL CAR	Brasil
9.507-9	541	EDUCAÇÃO PNAC	Brasil
52.0001-6	603	FOPAG EDUCAÇÃO	Caixa
16.959-5	541	CONVENIOS ONIBUS	Brasil
672009-1	3089	PLATAFORMA BRASIL	Bradesco

12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 2017 A 2020

12.1. Procedimentos Gerais para Transição de Mandato:

No período de 2017 a 2020, foram realizadas diversas ações pela Secretaria Municipal de Educação, tais como, reuniões para tratar de diversos assuntos para o fortalecimento da educação e valorização de seus profissionais, formações, palestras, aquisições de bens de consumo, equipamentos, reformas e ampliações nas unidades de ensino municipal, métodos de enfrentamento ao COVID-19, entrega do kit alimentação escolar aos alunos matriculados na rede

de ensino do município (em anexo) e etc., conforme relatório de gestão em arquivo no Gabinete SEMED (2017 e 2018, pois eram vinculados à Prefeitura Municipal), anexo a este o relatório de gestão alusivo ao exercício de 2019 elaborado pelo Fundo Municipal de Educação .

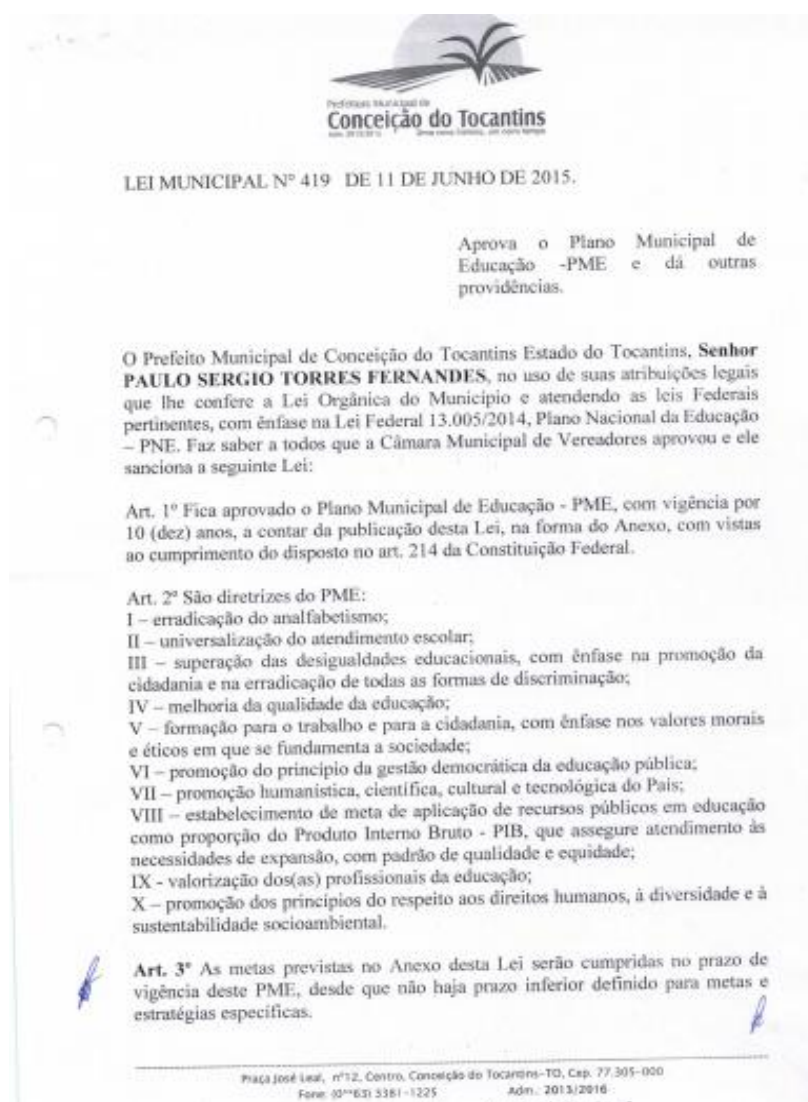
Anexo V I

13. CÓPIA DO PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

13.1. Procedimentos Gerais para Transição de Mandato:

Tipo de Documento	Ano	Situação	Número de Documento
Lei	2015	Vigente	419
Nome do Documento	Descrição		
Lei Municipal nº 419 de 11 de junho de 2015	Lei que aprova o Plano Municipal de Educação-PME e dá outras providências.		

A Secretaria Municipal da Educação-SEMED, implantou o Plano Municipal da Educação-PME (implantado em 2015, com vigência de 10 anos), através da Lei Municipal nº 419/2015 de 11 de junho de 2015.

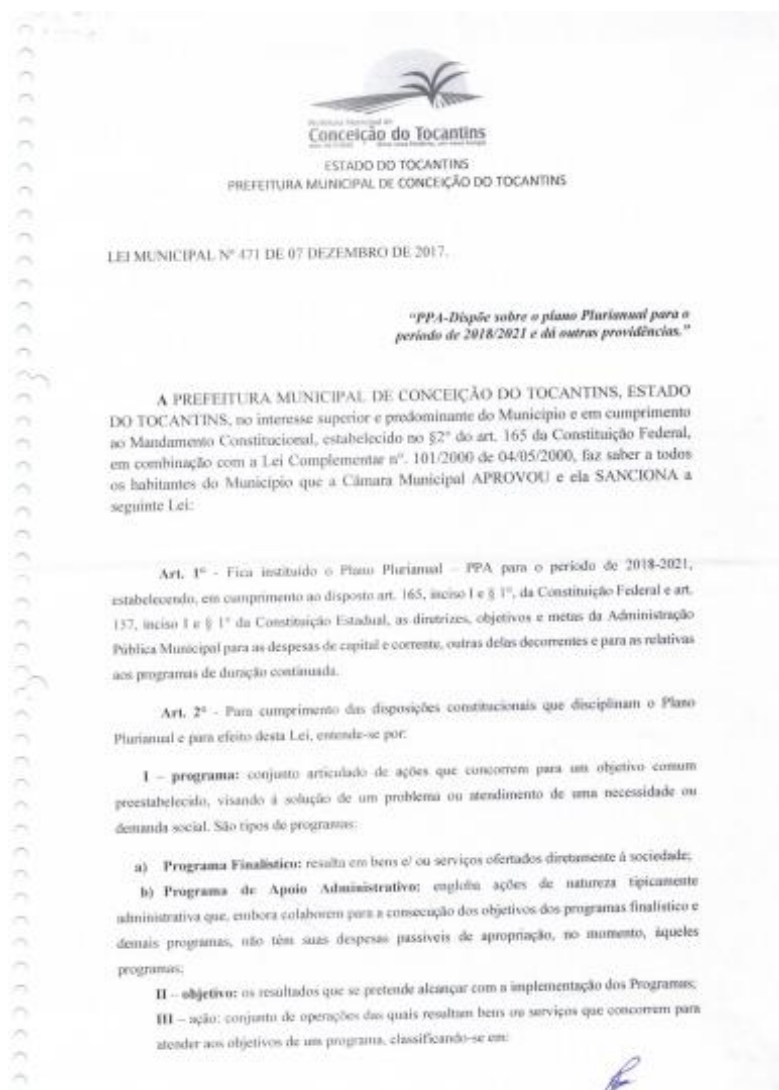


Anexo VIII

14. CÓPIA DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021 (ABRANGÊNCIA AÇÕES DA EDUCAÇÃO)

14.1. Procedimentos Artigo 3º Instrução Normativa nº 002/2016:

Tipo de Documento	Ano	Situação	Número de Documento
Lei	2017		471
Nome do Documento	Descrição		
Lei Municipal nº 471 de 07 de dezembro de 2017	"Lei Municipal que dispõe o Plano Plurianual para o período 2018/2021 e dá outras providências"		



Anexo VIII

15. PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSO - PAR E PROGRAMAS FEDERAIS

15.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso I, V e XII alínea a, Instrução Normativa nº 002/2016:

Além do projetos macros, no âmbito das unidades de ensino (escolas), vem sendo implantados e implementados, programas de repasse financeiro direto às unidades. Na tabela abaixo, identificamos os programas por Unidade de ensino, valores recebidos e prestações de contas informadas:

Tabela - 1

Ano	Unidades de Ensino (Escola)	Valores repassados às escolas por programa				
		PDDE	PDDE EDUCAÇÃO INTEGRAL	PDDE ESTRUTURA	PDDE QUALIDADE	TOTAL
		Manutenção Escolar	Mais Educação	Acessibilidade/Campo	AE Mais Alfabetização	
2017	Associação de Apoio das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	R\$ 4.500,00	-	-	-	R\$ 4.500,00
	Associação de Apoio da Escola Municipal Izabel Costa	R\$ 10.800,00	R\$ 36.282,00	-	-	R\$ 47.082,00
	Associação de Apoio da Escola Municipal Sadjá Samara Miranda de Souza	R\$ 3.700,00	R\$ 4.734,00	-	-	R\$ 8.434,00
Total Recebido no Exercício						R\$ 60.016,00

Tabela – 1.2

Ano	Unidades de Ensino (Escola)	Valores repassados às escolas por programa				
		PDDE	PDDE EDUCAÇÃO INTEGRAL	PDDE ESTRUTURA	PDDE QUALIDADE	TOTAL
		Manutenção Escolar	Mais Educação	Acessibilidade/Campo	AE Mais Alfabetização	
2018	Associação de Apoio das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	R\$ 2.520,00	-	-	-	R\$ 2.520,00
	Associação de Apoio da Escola Municipal Izabel Costa	R\$ 10.040,00	R\$ 41.955,00	-	R\$ 4.860,00	R\$ 56.855,00
	Associação de Apoio da Escola Municipal Sadjá Samara Miranda de Souza	R\$ 4.560,00	-	-	-	R\$ 4.560,00
	Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	R\$ 2.460,00	-	-	-	R\$ 2.460,00
Total Recebido no Exercício						R\$ 66.395,00

Tabela – 1.3

Ano	Unidades de Ensino (Escola)	Valores repassados às escolas por programa				
		PDDE	PDDE EDUCAÇÃO INTEGRAL	PDDE QUALIDADE	PDDE QUALIDADE	TOTAL
		Manutenção Escolar	Mais Educação	Educação Conectada	AE Mais Alfabetização	
2019	Associação de Apoio das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	R\$ 4.820,00	-	-	-	R\$ 4.820,00
	Associação de Apoio da Escola Municipal Izabel Costa	R\$ 9.140,00	-	R\$ 3.328,00	R\$ 8.040,00	R\$ 20.508,00
	Associação de Apoio da Escola Municipal Sadjá Samara Miranda de Souza	R\$ 2.980,00	-	R\$ 2.451,00	-	R\$ 5.431,00
	Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	R\$ 2.300,00	-	R\$ 2.451,00	-	R\$ 4.751,00
Total Recebido no Exercício						R\$ 35.510,00

Tabela – 1.4

Ano	Unidades de Ensino (Escola)	Valores repassados às escolas por programa				
		PDDE	PDDE QUALIDADE	PDDE QUALIDADE	PDDE QUALIDADE	TOTAL
		Manutenção Escolar	Emergencial COVID-19	Educação Conectada	AE Mais Alfabetização	
2020	Associação de Apoio das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	R\$ 4.640,00	R\$ 2.207,04	R\$ 2.451,00	-	R\$ 9.298,04
	Associação de Apoio da Escola Municipal Izabel Costa	R\$ 9.000,00	R\$ 3.588,00	-	-	R\$ 12.588,00
	Associação de Apoio da Escola Municipal Sadjá Samara Miranda de Souza	R\$ 2.900,00	R\$ 1.614,65	-	-	R\$ 4.514,65

Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	R\$ 2.240,00	R\$ 1.401,14	-	-	R\$ 3.641,14
Total Recebido no Exercício					R\$ 30.041,83

Comprovantes de envio anexo às prestações de contas no arquivo

As prestações de contas foram informadas no SIGPC, conforme Tabelas 1, 1.2 e 1.3, referente aos exercícios 2017, 2018 e 2019. O exercício 2020 tabela 1.4 está em vigência e, portanto, poderá haver créditos e débitos. Neste sentido, é regra, finalizar o exercício para posterior prestação de contas das receitas e despesas. **(Anexo Subitem 1.1 – Recursos e Prestações de Contas de Programas das U.Ex.).**

A Prefeitura Municipal também executa programas específicos, com recursos oriundos do tesouro federal e estadual, identificados na tabela abaixo:

Tabela – 2

Programas	Valores recebidos por exercício				Observações
	2017	2018	2019	2020	
PNAE: Programa Nacional da Alimentação Escolar.	R\$ 113.103,60	R\$ 150.024,40	R\$ 92.093,75	R\$ 99.612,00	
PNATE FEDERAL: Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.	R\$ 34.120,20	R\$ 41.988,66	R\$ 54.412,74	R\$ 44.895,00	
QSE: Quota Salário Educação	R\$ 67.251,72	R\$ 78.507,85	R\$ 105.761,45	R\$ 55.597,76	
PAR: Plano de Ações Articuladas (Transferência Direta – Caminho da Escola/ônibus Pronacampo)	R\$ 336.000,00	-	-	-	
Transporte Escolar/SEDUC: Programa Estadual do Transporte Escolar	157.500,00	235.125,00	128.250,00	R\$ 64.125,00	
MP 815/2017 – Transferência de Recursos Financeiros, a títulos de apoio aos entes federados	-	R\$ 40.134,69	-	-	
Quardas – Programa de Construção de Quadras Poliesportivas	R\$ 112.096,31	R\$ 40.762,30	-	-	

Comprovantes de envio anexo às prestações de contas em arquivo

Os Programas PNAE, PNATE FEDERAL, MP 815/2017 e Transporte Escolar/SEDUC, foram concluídas e informadas as devidas prestações de contas, sendo, PNAE, PNATE FEDERAL e MP 815/2017, informados nos sistema SIGPC, com comprovantes anexados nas prestações em arquivos, referentes aos exercícios 2017, 2018 e 2019 e Transporte Escolar/SEDUC, também com anexos informados na Secretaria Estadual de Educação e Juventude, referente aos três exercícios.

O Programa Construção de Quadras Poliesportivas foi concluída e realizada a sua prestação de contas no sistema SIMEC.

As prestações de contas dos Programas Federais, exercício 2020, estão em fase de conclusão, porém, somente poderão ser informadas no sistema SIGPC, ao findar o exercício. Da mesma forma, aplica-se a regra ao Programa de Transporte Escolar Estadual.

16. RELAÇÃO DAS UNIDADES EM FUNCIONAMENTO (ENDEREÇO, E-MAIL E TELEFONE)

16.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso VI, Instrução Normativa nº 002/2016:

Unidade	Endereço	E-mail	Telefone
Escola Municipal Izabel Costa	Rua Travessa II, s/nº - Setor Leste	escolaizabelcosta20@gmail.com	(63) 3381-1134
Escola Municipal Sadjá Samara Miranda Souza	Rua 7 de agosto, s/nº - Setor Rodoviário		(63) 3381-1125
Fundo Municipal de Educação	Praça José Leal, nº 12 - Centro		(63) 3381-1415
Associação das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	Rua do Estudantes, s/nº - Centro		(63) 99239-4684
Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	Praça Coronel Lindolfo Rocha nº 100 - Centro		(63) 3381-1225

17. RELAÇÃO DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS, TERMOS DE COMPROMISSO-PAR E OUTROS PAGOS E A PAGAR

17.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso V, Instrução Normativa nº 002/2016:

Execução e Acompanhamento Documentos do PAR

Termo de Compromisso PAR Nº 201601639				
Data de Vigência				
Data Inicio		Data Fim		
12/2016		03/2019		
Objeto				
Aquisição de ônibus escolar ore 1 com plataforma elevatória veicular (ônibus escolar rural pequeno com plataforma)				
Processo Licitatório				
Dados do Fornecedor (contrato)				
Man Latin América Industria e Comércio de Veículos LTDA – CNPJ Nº 06.020.318/0001-10 – Contrato nº 010				
Dados Financeiros				
Valor Termo	Valor Empenhado	Valor Pago	Aplicação/Devolução FNDE (GRU)	Saldo
336.000,00	336.000,00	336.000,00	2.056,43	0,00
Situação da Prestação de Contas		Enviada		

***Informações extraídas do Sistema SIMEC

Termo de Compromisso PAR N° 8285				
Data de Vigência				
Data Inicio		Data Fim		
02/2013		05/2021		
Objeto				
Aquisição de mobiliários e equipamentos para as escolas de educação infantil da rede municipal de ensino (Pró infância tipo B)				
Processo Licitatório				
Não há processo licitatório em andamento				
Dados do Fornecedor (contrato)				
Não há fornecedor contratado				
Dados Financeiros				
Valor Termo	Valor Empenhado	Valor Pago	Aplicação Financeira	Saldo
92.121,54	92.121,54		35.135,19	127.256,73
Situação da Prestação de Contas		Não Enviada (em andamento)		

***Informações extraídas do Sistema SIMEC

Aditivo de Termo de Compromisso PAR Nº 202000418-4				
Data de Vigência				
Data Inicio		Data Fim		
10/01/2020		10/01/2021		
Objeto				
Aquisição de ônibus rural escolar – ore 2				
Processo Licitatório				
Ata de Registro de Preços nº 002/2020 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2019				
Dados do Fornecedor (contrato)				
CNH Industrial do Brasil – CNPJ Nº 01.844.555/0001-06 – Contrato nº 029/2020 de 31 de março de 2020				
Dados Financeiros				
Valor Termo	Valor Empenhado	Valor Pago	Aplicação Financeira	Saldo
214.000,00	226.550,00	Não creditado		
Situação da Prestação de Contas		Não Enviada (em andamento)		

***Informações extraídas do Sistema SIMEC

Aditivo de Termo de Compromisso PAR N° 202001501-4				
Data de Vigência				
Data Inicio		Data Fim		
09/02/2020		09/02/2021		
Objeto				
Aquisição de ônibus urbano escolar acessível – onurea piso alto				
Processo Licitatório				
Ata de Registro de Preços nº 010/2019 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2019				
Dados do Fornecedor (contrato)				
Man Latin América Industria e Comércio de Veículos LTDA – CNPJ N° 06.020.318/0001-10 – Contrato nº 028/2020 de 31 de março de 2020				
Dados Financeiros				
Valor Termo	Valor Empenhado	Valor Pago	Aplicação Financeira	Saldo
222.900,00	199.940,00	Não creditado		
Situação da Prestação de Contas		Não Enviada (em andamento)		

***Informações extraídas do Sistema SIMEC

Aditivo de Termo de Compromisso PAR Nº 201901109-4				
Data de Vigência				
Data Inicio		Data Fim		
30/12/2019		31/05/2021		
Objeto				
Aquisição de ônibus rural escolar – ore 3				
Processo Licitatório				
Ata de Registro de Preços nº 007/2019 – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 11/2019				
Dados do Fornecedor (contrato)				
Man Latin América Industria e Comércio de Veículos LTDA – CNPJ Nº 06.020.318/0001-10 – Contrato nº 016/2020 de 30 de janeiro de 2020				
Dados Financeiros				
Valor Termo	Valor Empenhado	Valor Pago	Aplicação Financeira	Saldo
247.950,00	247.950,00	247.950,00	121,82	121,82
Situação da Prestação de Contas		Não Enviada (em andamento)		

***Informações extraídas do Sistema SIMEC

Anexo IX

O município de Conceição do Tocantins foi contemplado com 02 veículos para o transporte escolar, Processo nº 2020/27000/008720, firmado entre a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes – SEDUC e o município de Conceição do Tocantins na forma que segue:

Ônibus urbano escolar, ano/fabricação 2020, ano/modelo 2020, W NEOBUS, capacidade 29 e mais 1 auxiliar, passageiros sentados, cor: amarelo/preto, RENAVAL: 1234692674, CHASSI: 9532M52P7/LR032587, COMBUSTÍVEL: Diesel, POTÊNCIA: 16 VC, MARCA: VOLKSWAGEN, PLACA: QWE7D58.

Ônibus urbano escolar, ano/fabricação 2020, ano/modelo 2020, W NEOBUS, capacidade 29 e mais 1 auxiliar, passageiros sentados, cor: amarelo/preto, RENAVAL: 1235239427, CHASSI: 9532M52POLR032298, COMBUSTÍVEL: Diesel, POTÊNCIA: 16 VC, MARCA: VOLKSWAGEN, PLACA: QWE8B22.

Anexo X

18. RELATÓRIO DE GESTÃO 2017, 2018, 2019 e PLANO DE CONTINGÊNCIA EDUCACIONAL

18.1. Procedimentos Gerais para Transição de Mandato

O Relatório Anual de Gestão da Secretaria Municipal de Educação nos exercícios de 2017 e 2018, foram elaborados em conjunto com o Relatório da Prefeitura Municipal, uma vez que nos referidos exercícios não havia sido feito o processo de desmembramento para o Fundo Municipal de Educação que ocorreu em 2019 e estão em arquivo no Gabinete da SEMED. Já com a implantação do Fundo Municipal de Educação em 2019, o referido relatório teve sua elaboração independente pela equipe SEMED, contendo todas as informações no que diz respeito aos atos da educação do município de Conceição do Tocantins.

O Relatório Anual de Gestão alusivo ao ano de 2020, não foi elaborado uma vez que, sua elaboração se dá após o término de cada exercício para ser anexado junto ao Balanço das contas do Fundo Municipal de Educação, contendo informações financeiras, orçamentárias e ações executadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Constam ainda nos arquivos do Gabinete da SEMED, o Plano de Contingência Educacional elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, contendo as informações e orientações referente a volta às aulas nas escolas da rede de ensino do município no qual será entregue no momento da transição.

Anexo XI

19. RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR

19.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso III, Instrução Normativa nº 002/2016:

O relatório de Restos a Pagar contém as despesas com compromisso de utilização no orçamento mais que não foram pagas até o dia 31 de dezembro, portanto, é necessário o final do exercício vigente para emissão do referido relatório e que o mesmo seja anexado.

Anexo XII

20. RELAÇÃO DAS OBRAS EM EXECUÇÃO, EM ANDAMENTO E INACABADAS

20.1. Procedimentos Artigo 3º, Inciso V, Instrução Normativa nº 002/2016:

Nº/Ano do Termo/Convênio	Obra	Início	Situação	% Executado	Descrição
1201/2011	(18323) ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL TIPO B PROINFANCIA TERMO DE COMPROMISSO PAC201201/2011, VALOR: R\$	10/02/2012	Inacabada/em processo de repactuação FNDE	4.22%	Escola de Educação Infantil Tipo B

	1.277.927,17 – CONTRATADO: LUCIANO ELIAS RIBEIRO – PORTAL DAS CONSTRUÇÕES – CNPJ: 10.463.476/0001-12 – TOMADA DE PREÇO: 002/2011				
4747/2013	(1000988) PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 001/2013 - Conceição do Tocantins – TO – TERMO DE COMPROMISSO PAC4747/2013 – VALOR: R\$ 509.528,71 – CONTRATADO: L2 PRESTACIONAL – CNPJ: 08.960.041/0001-31 – CONTRATO Nº 005/2014 – TOMADA DE PREÇO: 002/2014	15/04/2014	Concluída	99.79%	Quadra escolar coberta com vestiário- projeto FNDE
702169/2010	(13470) 702619 - Esc. Educ. Infantil - Tipo B - Pro infância - Construção - CONCEIÇÃO DO TOCANTINS/TO		Inacabada/ em processo de repactuação FNDE	45.60%	Escola de Educação Infantil Tipo B
Rec. Próprios	Construção Escola Educação Fundamental Izabel Costa		Concluída	100%	Escola de Educação Infantil

As obras referente as duas creches encontram-se em processo de repactuação junto ao FNDE, tendo seu deferimento aguardando a liberação do Termo de Compromisso.

21. CENSO ESCOLAR – QUANTITATIVO DE ALUNOS

21.1. Procedimentos Gerais para Transição de Mandato

Segue em anexo os dados do censo escolar do município de Conceição do Tocantins, especificando o quantitativo de alunos por escola e modalidade de ensino, bem como o número de alunos usuários do transporte escolar.

Anexo XIII

22. RELAÇÃO DAS UNIDADES EXECUTORAS ATIVAS

22.1. Procedimentos Gerais para Transição de Mandato

Unidade	Endereço	E-mail	Telefone
Escola Municipal Izabel Costa	Rua Travessa II, s/nº - Setor Leste	escolaizabelcosta20@gmail.com	(63) 3381-1134
Escola Municipal Sadjá Samara Miranda Souza	Rua 7 de agosto, s/nº - Setor Rodoviário		(63) 3381-1125
Fundo Municipal de Educação	Praça José Leal, nº 12 - Centro		(63) 3381-1415
Associação das Escolas Municipais de Conceição do Tocantins	Rua do Estudantes, s/nº - Centro		(63) 99239-4684
Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição	Praça Coronel Lindolfo Rocha nº 100 - Centro		(63) 3381-1225

Com relação a situação fiscal das Associações junto à Receita Federal do Brasil, a SEMED vem trabalhando com intuito quanto a regularização de todas tal como consta em anexo a certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união da Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição.

23. CONCLUSÃO

Este relatório marca o encerramento dos Trabalhos da Equipe de Transição, representante da gestão (2017-2020), as análises apresentadas pela equipe no presente relatório, tem a finalidade de contribuir com a eficiência dos atos administrativos a serem praticados pelo novo governo, priorizando e preservando o interesse público e possuem caráter eminente técnico, cabendo as autoridades competentes a emissão do juízo de valor sobre os fatos relatados em face da legislação em vigor.

Conforme determina o Art. 9º da Instrução Normativa nº 002/2016, as informações contidas no presente relatório deverão ser encaminhadas ao Tribunal de Contas, via Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública – SICAP/CONTÁBIL, em arquivo PDF e assinado digitalmente pelo Gestor, a cópia do Relatório Técnico conclusivo emitido pela equipe de transição.

Finalmente, a Equipe de Transição de Governo (2017-2020) se coloca à disposição das autoridades competentes para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Conceição do Tocantins, 21 de dezembro de 2020.

Luana Souza Rodrigues
Secretária Municipal de Educação

Luciolla Di Paula Farias de Alencar Bittencourt
Chefe de Controle Interno

Sergio Henrique Torres Fernandes
Contador